



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

CIBELLE TAGAWA ÁVILA



**TERRITÓRIO E CULTURA JAPONESA:  
O CASO DE ASSAÍ-PR**

CIBELLE TAGAWA ÁVILA

**TERRITÓRIO E CULTURA JAPONESA:  
O CASO DE ASSAÍ-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia: Dinâmica Espacial Ambiental da Universidade Estadual de Londrina-PR como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientação:** Prof. Dra. Alice Y. Asari

Londrina - PR

2012

**Catlogação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina**

### **Dados Internacionais de Catlogação-na-Publicação (CIP)**

A958t Ávila, Cibelle Tagawa.

Território e cultura japonesa : o caso de Assaí-PR / Cibelle Tagawa Ávila. –  
Londrina, 2012.  
137 f. : il.

Orientador: Alice Yatiyo Asari.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina,  
Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012.  
Inclui bibliografia.

1. Geografia humana – Teses. 2. Japoneses – Identidade – Teses. 3. Cidades e  
vilas – Paraná – Teses. 4. Territorialidade humana – Teses. 5. Migração japonesa –  
Assaí (PR) – Teses. I. Asari, Alice Yatiyo. II. Universidade Estadual de Londrina.  
Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 911.3

CIBELLE TAGAWA ÁVILA

**TERRITÓRIO E CULTURA JAPONESA:  
O CASO DE ASSAÍ-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia: Dinâmica Espacial Ambiental da Universidade Estadual de Londrina-PR como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Alice Y. Asari  
(Orientadora – UEL / Londrina)

---

Prof. Dra. Ruth Tsukamoto  
(UEL / Londrina)

---

Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga  
(UFPR / Curitiba)

Londrina, 09 de Abril de 2012

“Não tenham medo...”

Beato João Paulo II

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço incessantemente a Deus por ser este Pai bondoso e misericordioso, que está presente em minha vida todos os dias, horas e minutos, me amparando e fortalecendo.

Agradeço a minha família Pai, Mãe e meu irmão Felipe, por serem estas pessoas maravilhosas e que dão sentido a minha vida.

Agradeço à minha querida orientadora Prof.<sup>a</sup> Alice Asari que não mediu esforços para a conclusão deste trabalho, sempre amiga e companheira, acreditando em mim e me motivando.

Agradeço aos meus valorosos amigos que sempre com muita compreensão me apoiaram dando-me muita motivação e carinho, em especial aos meus irmãos: Adriano, Vera, Angelita e Alzinira minha incentivadora.

E por fim, agradeço a meus professores do mestrado em Geografia pela sabedoria e conhecimento que me transmitiram durante minha caminhada em minha busca por aprender cada vez mais.

"A Força não vem da capacidade física, ela vem de uma vontade inabalável."

*(Mahatma Gandhi)*

AVILA, Cibelle Tagawa. **Território e cultura japonesa**: o caso de Assaí – PR. 2012. 137 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

## **RESUMO**

O presente trabalho é uma reflexão sobre o papel dos migrantes japoneses na formação do território em Assaí-PR, sendo que estes foram os pioneiros na ocupação do município e através da participação em todos os setores da sociedade, imprimiram sua identidade na comunidade. A discussão foi pautada nos conceitos de território, territorialidade e identidade a partir da perspectiva de diversos autores, tendo como objeto de análise o município de Assaí e a cultura japonesa. A partir disso, foi verificado a importância dos japoneses na formação socioeconômica do município e uma territorialidade de destaque. Nas últimas décadas, várias mudanças em diversas escalas provocaram alterações nessa territorialidade japonesa, em que percebeu-se alterações no território assaiense, sendo que território japonês em Assaí já não é mais predominante, porém ainda tem relevância no cenário assaiense, imprimindo-lhe uma identidade própria.

**Palavras-chave:** Território. Territorialidade. Identidade. Cultura Japonesa. Assaí-PR.



AVILA, Cibelle Tagawa. **Território e cultura japonesa**: o caso de Assaí – PR. 2012. 137 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

### **ABSTRACT**

This present work is a reflection of the role of migrants in the formation of Japanese territory in Assaí-PR, They were the pioneers in the occupation of the city and through participation in all sectors of society, they printed their identity in the community. The discussion was based on the concepts of territory, territoriality and identity from the perspective of several authors, and object of analysis the city of Assaí and the Japanese culture. From this it was verified the importance of socioeconomic background on the Japanese city and a prominent territoriality. In recent decades, several changes in different scales led to changes that territoriality Japan, where it was perceived changes in the territory assaiense, being Japanese territory in Assaí is no longer dominant but still has relevance in the setting assaiense, giving it an identity .

**Palavras-chave:** Territory. Territoriality. Identity. Japanese culture. Assaí-PR.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Modelo de assentamento nas seções rurais do município de Assaí.....	57
<b>Figura 2</b> – Modelo de Organização das Seções rurais de Assaí .....	57
<b>Figura 3</b> – Uso dos espaços do Kaikan .....	58
<b>Figura 4</b> – Modelo de Ranma .....	69
<b>Figura 5</b> – Modelo de <i>Irimoya</i> .....	70
<b>Figura 6</b> – Modelo de <i>Onigawara</i> .....	70
<b>Figura 7</b> – Modelo de casas de Assaí marcadas com características da arquitetura japonesa de Assaí .....	71
<b>Figura 8</b> – Logotipo em comemoração aos 80 anos de emancipação de Assaí.....	101

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1 –</b>	Vendedor de terras mostrando mapa da região para venda de terras aos pioneiros, na década de 1930.....	46
<b>Foto 2 –</b>	Vista parcial da implantação da cidade de Assaí na década de 1940.....	50
<b>Foto 3 –</b>	Vista parcial das atividades comerciais na Avenida Rio de Janeiro, no centro da cidade de Assaí por volta dos anos de 1950.....	52
<b>Foto 4 –</b>	Produção de fios – Fiação Integrada de Assaí .....	57
<b>Foto 5 e 6 –</b>	Estruturação de Assaí no final da década de 1930.....	64
<b>Foto 7 e 8 –</b>	Primeiras habitações no período de ocupação de Assaí .....	65
<b>Foto 9 –</b>	Casa típica da arquitetura japonesa construída em Assaí na década de 1940 .....	76
<b>Foto 10 –</b>	Terminal do estudante utilizado por alunos de todo o município .....	77
<b>Foto 11 –</b>	Portal de inspiração japonesa construído na entrada da cidade de Assaí.....	78
<b>Foto 12 –</b>	Torii presente no espaço público “zerinho” de Assaí .....	79
<b>Foto 13 –</b>	Torii que será o portal de entrada para o centro de eventos de Assaí.....	79
<b>Foto 14 –</b>	Templo Budista – Assaí .....	80
<b>Foto 15 –</b>	Igreja Tenrikyo de três Barras – Assaí.....	81
<b>Foto 16 –</b>	Senhoras da LACA dançando no evento do <i>Bon-odori</i> .....	82
<b>Foto 17 –</b>	Bon-Odori realizado anualmente na Avenida Rio de Janeiro em comemoração ao aniversário do município .....	83
<b>Foto 18 –</b>	Tanzaku com escritas de diversos pedidos .....	84
<b>Foto 19 –</b>	Festival Tanabata Matsuri em Assaí.....	84
<b>Foto 20 –</b>	Festival Tanabata Matsuri em Assaí.....	85
<b>Foto 21 –</b>	Exposição de produtos agrícolas na EXPOASA. Foto dos produtos expostos: mamão, amendoim, bucha e abóbora, são os melhores exemplares selecionados por uma comissão técnica .....	86
<b>Foto 22 –</b>	Exposição de produtos agrícolas na EXPOASA, sendo os produtos na foto, trabalhados em forma de decoração.....	87

<b>Foto 23 –</b>	Visita de governantes de 5 províncias do Japão à Assaí 09/05/1965.....	89
<b>Foto 24 –</b>	Homenagem ao pioneiro Tomotadashi Ikeda .....	89
<b>Foto 25 –</b>	Deputado Antonio Ueno (à esquerda da foto) participando de evento de inauguração de monumento aos pioneiros .....	90
<b>Foto 26 –</b>	Abertura oficial do Bon-odori em Assaí - 1999.....	90
<b>Foto 27 –</b>	Sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem aos 99 anos da imigração japonesa no Brasil, veiculação a nível nacional de fotos de Assaí .....	92
<b>Foto 28 –</b>	Parque Ikeda, espaço público de lazer em Assaí .....	93
<b>Foto 29 –</b>	Maquete do castelo japonês em Assaí .....	96
<b>Foto 30 –</b>	Prefeito Michel Angelo Bomtempo e dirigentes da LACA para sensibilização sobre castelo japonês no ano de 2007 .....	97
<b>Foto 31 –</b>	Apresentação de projeto do castelo para a comunidade .....	98
<b>Foto 32 –</b>	Paisagista Kawashino idealizador da maquete do castelo japonês de Assaí .....	99
<b>Foto 33 –</b>	projeto arquitetônico da parte frontal do castelo, elaborado pela empresa Origem Arquitetura.....	100
<b>Foto 34 –</b>	Membros do Instituto Hyogo e Prefeitura Municipal de Assaí firmando parceria com relação a construção do castelo japonês em Assaí.....	100
<b>Foto 35 –</b>	Parceria com Ministério do Turismo para a construção do castelo japonês em Assaí.....	101
<b>Foto 36 –</b>	Prefeito Municipal de Assaí, repórter e técnico de filmagem da JICA e membros da LACA em entrevista sobre o castelo para a imprensa japonesa.....	102
<b>Foto 37 –</b>	Participação da comunidade local no lançamento da pedra fundamental .....	103
<b>Foto 38 –</b>	Deputado Federal Alex Canziani, Presidente da LACA, vereador, pioneiro, presidente do Instituto Hyogo e Prefeito Municipal.....	103
<b>Foto 39 –</b>	Construção do castelo japonês em Assaí no ano de 2011 .....	104
<b>Foto 40 –</b>	Festa nordestina em Assaí .....	1110

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> –População de Assaí: 1970-2007.....	56
<b>Gráfico 2</b> –Principais responsáveis pela organização do município de Assaí na década de 1930 a 1990 .....	111
<b>Gráfico 3</b> –Principais responsáveis pela organização do município de Assaí atualmente .....	112
<b>Gráfico 4</b> –Atual grau de importância dos japoneses para o município de Assaí.....	113
<b>Gráfico 5</b> –Contribuição dos japoneses para o município de Assaí .....	114
<b>Gráfico 6</b> –Idade dos presidentes de Seção .....	121
<b>Gráfico 7</b> –Idade dos filhos dos presidentes e/ou responsáveis pelas seções .....	123
<b>Gráfico 8</b> –Localização de moradia atual dos filhos dos presidentes.....	125

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b>	–	Localização do município de Assaí .....	36
<b>Mapa 2</b>	–	Delimitação da Microregião de Assaí - PR .....	37
<b>Mapa 3</b>	–	Mesoregião paranaense Norte Pioneiro .....	44
<b>Mapa 4</b>	–	Seção Palmital dividida em lotes .....	61
<b>Mapa 5</b>	–	Divisão das seções rurais do município de Assaí na década de 1940 .....	67
<b>Mapa 6</b>	–	Seções do município de Assaí – PR .....	121
<b>Mapa 7</b>	–	Mapa político do Brasil com adaptações para ilustrar os estados onde residem filhos de presidentes de seções rurais de Assaí .....	124

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Idade dos presidentes de seção .....	120
<b>Quadro 2</b> – Idade dos filhos dos presidentes e/ou responsáveis pelas seções .....	122
<b>Quadro 3</b> – Localização de moradia atual dos filhos dos presidentes .....	123

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Evolução da População do Município de Assaí: 1940 -2010.....	51
<b>Tabela 2</b> – Produção das Principais Lavouras de Assaí (ton.) .....	54
<b>Tabela 3</b> – Número de estabelecimentos rurais em Assaí por faixa de área 1970-2006 .....	55



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>BRATAC</b>	Sociedade Colonizadora do Brasil
<b>EXPOASA</b>	Exposição Agrícola de Assaí
<b>IMIN 100</b>	100 anos de Imigração Japonesa no Brasil
<b>JICA</b>	Agência de Cooperação Internacional do Japão
<b>LACA</b>	Liga das Associações Culturais de Assaí
<b>SAMA</b>	Sociedade dos Amigos de Assaí.
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1 DISCUSSÕES SOBRE TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE.....</b>	<b>20</b>
<b>2 COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE ASSAÍ .....</b>	<b>35</b>
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ASSAÍ .....	35
2.2 A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL .....	38
2.3 A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO PARANÁ.....	43
2.4 A IMIGRAÇÃO JAPONESA EM ASSAÍ .....	45
2.5 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM ASSAÍ.....	53
<b>3 TERRITORIALIDADE JAPONESA DE ASSAÍ.....</b>	<b>59</b>
3.1 A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E OS IMIGRANTES JAPONESES EM ASSAÍ - PR .....	59
3.2 OS JAPONESES E A ASSOCIAÇÃO: O CASO DA LACA .....	66
3.3 TERRITORIALIDADE JAPONESA EM ASSAÍ .....	72
<b>4 O CAMINHO PARA UMA NOVA TERRITORIALIDADE NIPO-BRASILEIRA EM ASSAÍ .....</b>	<b>106</b>
4.1 ALTERAÇÕES NA TERRITORIALIDADE NIPO-BRASILEIRA EM ASSAÍ .....	106
4.2 PERSPECTIVAS DA ATUAL TERRITORIALIDADE JAPONESA EM ASSAÍ .....	110
4.2.3 <i>Os resultados das entrevistas com os Presidentes das Seções e seus descendentes.....</i>	<i>119</i>
<b>5 ASSAÍ E A MULTITERRITORIALIDADE.....</b>	<b>126</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>135</b>

## APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem por objetivo entender o papel dos migrantes japoneses na formação do território em Assaí, uma vez que os mesmos foram os pioneiros na ocupação, organizaram-se durante esse processo e garantiram a superação das dificuldades de adaptação ao ambiente. Paralelamente ocorreu a preservação cultural, e imprimindo sua identidade de forma significativa, criando uma territorialidade singular para o município. Atualmente vivencia-se alterações na conjuntura socioeconômica e cultural redefinindo a atuação e a influência dos migrantes japoneses e seus descendentes.

Sob esse contexto, tem-se como recorte espacial o município de Assaí-PR, cuja gênese remonta ao ano de 1932, ocasião em que os governos japonês e brasileiro se esforçaram em levar migrantes ao então despovoado norte do Paraná, fato que fez com que a colonização do município fosse bastante diferente da maioria dos municípios do estado, sendo ocupado praticamente por japoneses.

A motivação para aprofundar este tema está relacionada a uma série de fatores, sendo o principal de ordem pessoal: ser descendente de japoneses e residir no município, além do fato de observarmos uma mudança na presença e participação dos japoneses na vida socioeconômica de Assaí, despertando-nos para a investigação do alcance e especificidades de tal processo.

O município de Assaí está localizado no Norte do Paraná, 50 Km de Londrina e de acordo com o estudo de Utimada et al. (2009), a fertilidade da terra da região fez com que observadores representantes do governo japonês, se dirigissem para o local, motivando os descendentes aqui instalados a realizarem diversas ações para o desenvolvimento da região, dentre elas a fundação da Cooperativa de Imigração, em 1927.

Um ano depois, em 14 de novembro, foi firmado um contrato de compra e venda de uma gleba de 29.040 mil hectares na localidade conhecida por Três Barras. Cinco anos depois, um grupo de japoneses, partiu do município de Jataizinho – que naquela época se chamava Jataí e pertencia ao município de São Jerônimo da Serra e embrenhando-se na mata, chegou ao local onde foi estabelecida a colônia Três Barras, que posteriormente foi parcelada em seções

(muras ou bairros rurais) e lotes de terra , compondo assim o município (ASSAÍ, 2005).

Em 1938, Assaí foi elevado à categoria de Distrito de São Jerônimo da Serra e, devido ao rápido desenvolvimento econômico e populacional, em 30 de dezembro de 1943 foi criado o município de Assaí, sendo que sua emancipação foi solenemente instalada pelo governo do Estado em 28 de janeiro de 1944 (ASSAÍ, 2011).

Apesar da difícil ambientação da nova comunidade, uma vez que o clima da região é muito diferente daquele do país de origem, além de tratar-se de uma terra fértil, coberta por uma floresta densa, houve um grande desenvolvimento agrícola, baseado nas culturas de café e algodão, e segundo Oguido (1988), na década de 1950 o município já era conhecido como “capital nacional do algodão”.

Apesar da dificuldade que a população enfrentava, o desenvolvimento local era intenso, atraindo migrantes japoneses e brasileiros vindos principalmente do estado de São Paulo, além de mineiros e nordestinos, atraídos pela fertilidade do solo.

Como os migrantes japoneses foram maioria na ocupação do município, sua atuação nos diversos segmentos da sociedade foram marcantes e os mesmos até hoje constituem um grupo relevante para a vida socioeconômica do município, organizando ou contribuindo com eventos socioculturais, realizando parcerias e imprimindo traços culturais na sociedade. Tal atuação realizada de forma contínua e organizada, garante aos japoneses uma territorialidade, ou seja, “um efeito particular no território” (Silva, 2008, p.34) categoria esta que subsidiou o desenvolvimento desta dissertação.

Assim, do ponto de vista metodológico, foram realizadas inicialmente leituras, reflexão e discussão do conceito território e seus desdobramentos, tendo como base a Geografia Cultural, revisão bibliográfica referente à história da migração japonesa em escala nacional, estadual e no município de Assaí, entrevista a membros da comunidade japonesa, aplicação de questionário a 100 descendentes de japoneses e análise de atas, estatuto, jornais e outros documentos obtidos junto a uma das Associações japonesas da localidade, mais especificamente, a Liga das Associações Culturais de Assaí – LACA e Prefeitura Municipal de Assaí.

O resultado dessa pesquisa foi estruturado em quatro capítulos. O primeiro analisa e dialoga com autores que realizarem trabalhos sobre o território; territorialidade e identidade, sua conceituação acerca dos temas e as relações entre eles. O segundo discute o processo de migração japonesa no Brasil e no norte paranaense e as ações planejadas dos governos brasileiro e japonês para a colonização do município de Assaí, bem como a relevância dos japoneses para seu desenvolvimento até aproximadamente a década de 1970.

O terceiro capítulo aborda a ação dos imigrantes japoneses e seus descendentes no território, desde a ocupação e organização das propriedades, divididas em seções, sua organização em associações, influências nas edificações urbanas e sua participação ativa na vida da sociedade assaiense.

O quarto capítulo aborda as alterações ocorridas no papel dos imigrantes japoneses e seus descendentes em Assaí, uma vez que os mesmos foram fundamentais para a construção e para a criação de uma identidade no município, mas uma série de mudanças socioeconômicas em escala nacional e local vem redefinindo sua participação e relevância para o município. Essa discussão, realizada a partir de dados obtidos de forma empírica fornecem subsídios para uma leitura da territorialidade japonesa em Assaí.

## 1 DISCUSSÕES SOBRE TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE

O presente capítulo apresenta os conceitos e discussões acerca do território. Estas análises serão apresentadas através de várias discussões acerca do tema território, territorialidade e identidade, e as relações destes com a comunidade nipo-brasileira de Assaí.

As migrações promovem inserção e o encontro de pessoas de uma ou diversas culturas no espaço, que no caso de Assaí propiciou um encontro da cultura japonesa muito mais expressiva por conta do número e organização dos migrantes com a cultura brasileira, em menor quantidade e tradicionalmente receptivos a novas experiências. Destaca-se entre os nacionais, o nordestino, que chegou posteriormente em um território onde os japoneses já haviam se instalado.

Assim, entender as características, consequências e especificidades dessa realidade, requer o entendimento de uma das categorias da Geografia que abarca tal discussão: o território. Nota-se acompanhando a evolução da ciência geográfica, os conceitos nela contidos também ganham novas dimensões, sendo o espaço a base para o entendimento dos demais conceitos.

Para Yi-Fu Tuan (apud MOREIRA, 2009), o espaço é um produto de nossa relação com o entorno, remetendo e referindo-nos à nossas experiências corpóreas de sensação, percepção, impressão e imaginação em sua combinação necessária com a ação da mente e do pensamento. Tudo isso é entendido como uma relação de subjetividade em cujo centro está a significação. “É nesse quadro que diferem espaço e lugar, sendo espaço o mais amplo e impreciso, e lugar o espaço do imediato vivido, ao qual atribuímos valor e onde encontramos uma sensação de estado de estabilidade e permanência” (MOREIRA, 2009, p.65).

Sendo então o espaço algo mais abrangente, impreciso e o lugar algo vivenciado e experienciado de forma singular pelo indivíduo.

Fraga (2011) faz considerações acerca do espaço:

O espaço deve ser considerado um evento e mais do que um elemento físico. Sua definição se dá por meio de uma multiplicidade de conceitos que interagem na e com a forma, É como se a forma tivesse corpo e alma. Ela é resultante e resultado de um conteúdo e é alterada com o movimento social, de modo que um conteúdo se encaixa e interage a cada nova forma que, por sua vez, renova sua concepção formal de existência, gerando redes de conexões. Tais definições e concepções remetem ao território, cuja complexidade se amplia consideravelmente. (FRAGA, 2011, p.73).

Nas relações de experiência com o entorno, surge primeiro a noção de espaço, algo referido aos sentidos do corpo, ainda vago, abstrato e genérico, que, a seguir, se torna lugar, à medida que o homem o conhece e o dota de valor através de seus significados para ele, ou seja, passa a ser visto como uma construção única, singular, carregada de simbolismo e que agrega idéias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam (MOREIRA, 2009)

Na concepção de Silva (1999), o espaço geográfico pode-se ser visto como um produto, processo e manifestação da sociedade, expressando todas as manifestações geradas e contidas nas relações sociais. Para o autor, esta contradição não é exterior às relações sociais incorporadas no espaço, nem à sua reprodução. As oposições referentes ao conceito de espaço permitem discutir de forma mais ampla, e analisar o espaço enquanto expressão da sociedade.

Santos (2008, p.159) afirma que o “espaço geográfico é formado por sistemas de objetos e sistemas de ações, um conjunto indissociável. Cada subespaço inclui uma fração desses sistemas, cuja totalidade é o mundo”. Cada subespaço se define conjuntamente por uma tecnoesfera e uma psicoesfera, funcionando de modo unitário. A tecnoesfera é o mundo dos objetos, a psicoesfera é o mundo da ação. Assim, cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional. É assim que os subespaços existem e se diferenciam uns dos outros.

Ainda para o autor, os espaços de globalização apresentam cargas diferentes do conteúdo técnico, de conteúdo informacional, de conteúdo comunicacional. Os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, cuja fusão os caracteriza e distingue. Essas qualidades se interpenetram, não se confundem (SANTOS, 2008).

Usar os espaços para viver, ou apenas sobreviver, é uma necessidade incontestável, por mais variações que, ao longo da história, possa-se inferir, pois as necessidades são históricas. Apesar das formas variadas de utilização, o uso dos espaços é um pressuposto da vida. E exatamente porque nem sempre as formas de uso foram as mesmas, é possível avaliar que muitas delas se consolidaram no decorrer da história humana, constituindo costumes e hábitos próprios dos diferentes povos e das condições naturais e históricas que viviam e vivem.

O uso do espaço remete às profundas marcas que o homem imprime à natureza; remete, portanto, à produção da natureza humana. É evidente que esse raciocínio pode ser generalizado para outros objetos e instrumentos, que o homem produziu ao longo de sua história, mas o significado ímpar e abrangente do espaço também pode ser ressaltado. Através do espaço, a relação entre homem e natureza, como suposto na produção do homem, evidencia-se; o homem lido de forma simplesmente cultural ou existencial, perdendo sua naturalidade, fica mais comprometido (DAMIANI, 1999).

Já o conceito de território não era um assunto recorrente na discussão geográfica, sendo revertida tal situação apenas nos últimos vinte anos, sendo redescoberto atualmente por conta da mobilização de fronteiras por ações internacionais, interétnicas e interpessoais. Assim, o reaparecimento do conceito “aponta para um (re)-fortalecimento da categoria espaço em detrimento do tempo ressaltando principalmente as divergentes e desiguais transformações dos territórios” (SILVA, 2008, p.18).

Uma das primeiras acepções do conceito está presente em Ratzel, que em sua obra “Antropogeografia”, apontou que o território seria a expressão legal e moral do Estado, a conjunção do solo e do povo, na qual se organizaria a sociedade e sua territorialidade associa ao mesmo uma identidade específica, partindo do princípio que não existiriam subdivisões ou contradições internas a um Estado determinado, fixo no tempo e no espaço, características que só poderiam ser modificadas sob o uso da força (Raffestin, 1993).

Haesbaert (2004) considera que a raiz etimológica da palavra “território” nos remete à apropriação da *terra*, como forma de dominá-la, tendo direito de posse, tendo como base a relação emocional, que conseqüentemente desperta um sentimento de *terror*, “*aterritORIZANDO*” qualquer pessoa que viesse de fora para o referido território.

Ainda segundo o autor, além do caráter material óbvio e o emocional descrito anteriormente, o conceito de território abarca ainda o caráter simbólico, que exerce o domínio através de uma representação, restringindo o terror através de relações simbólicas, realizadas no lado emocional pelo sentimento de pertencimento, fortemente carregado com um elemento representacional de caráter psicológico.



Assim, o território incorpora um sentido triplo: material, emocional e representativo, um conceito complexo, porém um nicho a ser explorado pelas ciências sociais, em especial a Geografia.

Para Valverde (2004), posteriormente a esse entendimento do território, mudanças epistemológicas da Geografia influíram em novas abordagens do território, levando a enfoques mais descritivos e menos analíticos do espaço geográfico e por análises do sistema capitalista.

As constantes transformações das relações sociais presentes no território permitiram que o mesmo se desvinculasse apenas da concepção de Estado-Nação, ganhando um sentido mais amplo, correspondendo às três dimensões abordadas anteriormente. O conceito de território acompanha as modificações políticas mundiais, o que permite que hoje possa ser analisado sob diferentes ângulos. O Estado hoje é um palco espacial de ações sociais, em constante modificação, o que segundo Santos (1996, p.15) deveria ser entendido juntamente com o território como [...] forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica”.

Raffestin (1993) aponta que tais enfoques diversificados atribuídos ao território propiciam ao mesmo, um caráter inconstante, igual ao próprio território empírico, pois “são oriundos das relações de poderes diferentes, das relações simbólicas e das relações emocionais que representam diferentes intenções entre atores sociais” (RAFFESTIN, 1993, p.59).

Complementando a discussão sobre território, Haesbaert (2005, p. 6774) afirma que:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

Ainda segundo o autor, pode-se então afirmar que ao se analisar o território, envolto em relações de dominação e/ou apropriação da sociedade-espaço se perpassa por situações que vão desde a dominação político-econômica à apropriação cultural simbólica.

Para Haesbaert (2005, p. 6775):

[...]a diferença é que, se o espaço social aparece de maneira difusa por toda a sociedade e pode, assim, ser trabalhado de forma genérica, o território e os processos de des-territorialização devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e, conseqüentemente, os processos sociais que o(s) compõe(m). Assim, o ponto crucial a ser enfatizado é aquele que se refere às relações sociais enquanto relações de poder – e como todas elas são, de algum modo.

Silva (2008) afirma que as relações de poder são geradas por aspectos que podem ser considerados tanto materiais, que trata das influências econômicas que alguns grupos possuem sobre outros, como não-materiais, manifestados em seus aspectos simbólicos, culturais, psicológicos e relacionais de alguns grupos e/ou de algum grupo sobre outro(s).

Quanto às relações de poder Foucault, citado por Raffestin (1993) aponta que as mesmas não existem como algo superior que determina os indivíduos, mas está presente nas relações entre os sujeitos, presentes em toda a estrutura social. De acordo com o autor, o poder não pode ser materializado em um ponto específico, como o Estado, mas está disseminado em todas as relações sociais:

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder. Para compreender isso, pode-se recorrer à imagem do ímã e dos fragmentos de limalha que se orientam e assinalam linhas de força. O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações. (Foucault, citado por Raffestin (1993, p. 53)

Assim, para o autor supracitado, o poder deve ser entendido como um “feixe de relações” mais ou menos organizado, mutável, aberto à relações e transformações. Sua análise deve ser realizada por meio das relações que o

constroem, o que em nosso caso corresponde às relações sociais ocorridas no território assaiense, constantemente passível de transformações.

Retornando à discussão sobre território, Souza (2007), é de opinião que:

Territórios existem, e são construídos(e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex. uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da organização do tratado do atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

À vista do exposto, pode-se constatar que o conceito de território é muito abrangente e possibilita várias interpretações que vão desde um olhar voltado à relação política e de poder sobre um território até a materialização e sentimento de pertença através de relações sociais e simbolismos, em escalas diversas.

Boligian e Almeida (2003) apresentam algumas facetas que as relações sociais atribuem ao território: o viés político-econômico e o simbólico-afetivo.

No viés político-econômico, o território representa

[...] a base espacial onde estão dispostos objetos, formas e ações construídas pelos atores sociais e historicamente determinadas segundo as regras do mundo de produção vigente em cada época, ou seja, pelas relações sociais de produção (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p.241)

Já no viés simbólico-afetivo, o território corresponde ao espaço

[...] das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p.241)

Já para Haesbaert (2004), o território é múltiplo e abrangente, uma relação material/funcional e/ou simbólico/igualitária, caracterizando o território como um local “delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionada ao poder do Estado. É atribuído um valor de troca ao território através de relações entre agentes políticos

e econômicos, públicos e privados. Para o autor, essa concepção de território se dá pelo valor subjetivo vivido ou de uso do mesmo.

Silva (2008) aponta que tanto os discursos de Haesbaert (2004) quanto de Boligian e Almeida (2003) apresentam as relações sociais do território através de ações, coercivas ou repressivas, porém como forma de identificação de valores e sentidos, fazendo do território um local que abriga uma ou mais identidades em sua flexibilidade cultural.

Tal reflexão é passível de visualização em Assaí, uma vez que o município é resultado de ações e relações de dois grupos culturais distintos: migrantes japoneses e migrantes brasileiros, em grande parte nordestinos. Mas conforme será discutido a seguir, o destaque sempre foi dos nipo-brasileiros, porém nas últimas décadas as ações de valorização dos nordestinos e sua cultura passaram a ter uma maior visibilidade.

Para Raffestin (1993), o território apresenta um caráter relacional, indo além da base material, correspondendo a uma complexa rede de ações e relações entre indivíduos. Tais relações e ações são resultado de disputas, de confrontos entre indivíduos, formando uma espécie de “campo de poder”, que pode ser entendido como um território, um espaço delimitado por relações de poder. “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Entendendo o território em seu caráter relacional, desvinculando-o apenas do material, ampliando sua abrangência para as relações de trabalho, de comunicação, de poder o autor considera que o espaço é a “prisão original, e o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p.144), porém não deixando de ser uma forma de organização espacial, e realização do poder.

Para se entender uma determinada territorialidade em um determinado lugar é preciso extrapolar a visão de Raffestin (1993), que procura entender a idéia do sujeito, as ações culturais do sujeito no território e levar em conta a visão idealizada do sujeito.

Assim, segundo Raffestin (1993, p.158), a territorialidade “[...] adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Os grupos sociais

necessitam de elementos de comunicação e reflexão que reproduzam as suas relações sociais de forma resumida, permitindo o trânsito do processo territorial nas mais diversas escalas, tornando-se uma “face” do poder.

Desta forma, o autor aponta que o território é formado pela vivência dos indivíduos expressas nas relações entre os mesmos, que lhes conferem vínculos para com o território através de territorialidades (ações) específicas, tais como o *bon-odori* (evento típico da tradição japonesa que está relacionado à um culto aos antepassados), realizado em Assaí no dia do aniversário de Assaí, uma festa que teria sentido somente para os japoneses, atualmente, já foi incorporada por todos os munícipes, que entendem tal evento como um traço próprio da identidade do município.

Portanto, segundo Haesbaert (2005, p.6776):

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista).

Com relação à territorialidade, Silva (2008, p.34) aponta territorialidade como “um efeito de particularidades culturais no território, com estratégias de manutenção e/ou sobrevivência de um grupo social e/ou étnico”, ou seja, ações num território híbrido.

Ainda segundo a autora, em territórios onde houve o processo de migração, pode haver um novo enraizamento no novo território, reconfigurando o território atual, como é o caso de Assaí, um território norte paranaense influenciado inicialmente por migrantes brasileiros e que a partir da colonização japonesa passou a representar um “pedaço” do Japão no Brasil.

Após discussões e contribuições de vários autores com relação ao território, iremos tratar das discussões e conceitos de territorialidade, sendo que este conceito assim como nos estudos acerca de território, pode assumir diferentes significados e interpretações, sendo variável dependendo da abordagem que se faz.

Com relação a territorialidade, Saquet (apud FRAGA, 2011, p.45) diz que:

As interpretações vão desde as mais superficiais, que entendem a territorialidade como chão e recorte espacial (limite político-administrativo), passando por aquelas centradas na atuação do estado-nação, numa compreensão unilateral das relações de poder, até as renovadas, mais completas e coerentes com a complexidade de nossa vida diária e com a apropriação e produção histórica e relacional do território.

Nesse sentido Bonnemaïson (2002, p.107) aponta que “a territorialidade é expressão de um comportamento vivido: ela engloba ao mesmo tempo, a relação com o território, e a partir dela, a relação com o espaço ‘estrangeiro’”. Dessa forma, o fato dos migrantes japoneses se adaptarem em Assaí, cultivando dentro da possibilidade seus traços culturais, garantem sua territorialidade, uma vez que passam a se relacionar de forma intensa com o novo espaço, até então estrangeiro, mas que com o passar do tempo vai se tornando parte da identidade dos mesmos.

Assim, as territorialidades extrapolam os limites físicos e materiais de um território, uma vez que encontram-se nas “relações de domínio apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico” (HAESBAERT, 2004, p.339).

Note-se que as territorialidades são processos permanentes e abrangentes de apropriação e perda de territórios, com ou sem suas particularidades, que variam de acordo com a capacidade de transformação das culturas (SILVA, 2008).

Complementa Saquet (apud FRAGA, 2011, p. 46) afirmando que:

[...] a territorialidade corresponde a todas as relações sociais efetivadas pelos sujeitos entre si e com o espaço de vida: é marcada por elementos de mudanças e processos no movimento de territorialização que, por sua vez, gera o território. A territorialidade corresponde às dimensões sociais do território, ou seja, às relações econômicas, políticas e culturais que os homens estabelecem entre si com sua natureza exterior. Além disso a territorialidade também pode ser evidenciada como governança, numa espécie de quarta dimensão social do território, que enaltece os processos de reunião, planejamento e gestão do território pelas relações cotidianas de certo grupo social com o objetivo de elaborar projetos e programas de desenvolvimento territorial.

Ainda segundo o autor, as territorialidades podem ser vistas como todas as relações sociais, tendo como elemento motivador o sujeito, que desenvolve a territorialidade a partir do momento que interage entre si e com o espaço da vida. Tais territorialidades são marcadas por elementos de mudança e processos dentro do processo de territorialização que por sua vez gera o território. (SAQUET apud FRAGA 2011, p.46).

Dentro deste contexto que tem como base o território e seus desdobramentos, no que se refere ao território em Assaí - nosso foco de estudos; não se pode deixar de realizar apontamentos relacionados à identidade vinculadas à estas territorialidades, sendo que na construção do território e das territorialidades, a identidade se desenvolve proporcionando à comunidade, características específicas desta localidade.

Alguns autores ressaltam a dificuldade no estudo sobre identidade, alegando a falta de definição como conceito de modo claro e preciso.

Hall (2002) ressalta que “o conceito de identidade ainda não foi suficientemente desenvolvido e que tem como marca a complexidade e que por isso carece de consistência e precisão”. (HALL, 2002, p.8).”

Mesmo com as observações dos autores sobre a dificuldade em se conceituar identidade, apresentamos algumas discussões acerca do tema.

No que se refere à identidade, segundo Ennes (2007, p. 197):

Até o momento, pudemos constatar que, historicamente, a identidade envolve processos sociais associados à nação, etnia, raça, classe, gênero, território e orientação sexual. No campo teórico, por sua vez, a noção de identidade tem sido utilizada de maneira transversal, isto é, está presente de diversas maneiras, nos diversos campos do saber das ciências sociais e humanas.

É importante observar que, Ennes (2007) considera que se possa realizar a leitura da identidade a partir de sua trajetória no campo conceitual e no campo histórico sendo necessário que os dois campos comuniquem-se em dois sentidos. Isto é, de um lado, as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que produzem constantemente novas identidades e de outro, no campo teórico, os conceitos mudam na medida em que questionam essa realidade em transformação.

Complementam Lima, Brand e Marinho citado por Alves e Perotti (2009) dizendo que:

Não se tenciona discutir de modo amiado, a aceção de identidade, haja vista que, além do aspecto semântico, existem diversas definições, conforme o enfoque atribuído. A formação de identidades, compõe a cultura de um determinado grupo de pessoas, porque “[...] baseia-se em elementos discursivos fornecidos pela história, geografia, biologia, memória coletiva, por instituições, relações de poder, interesses, relatos e mitos, entre outros aspectos [...]”.

Os autores ainda ressaltam que a manifestação da identidade, implica acima de tudo, que os atores sociais da localidade, no caso, os assaienses, se reconheçam historicamente, em seu próprio entorno físico e social de forma que, esse constante reconhecimento é o que dá caráter ativo a identidade.

Com relação aos atores sociais e identidade Castells (2000) diz que:

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo e construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados. (CASTELLS, 2000, p.22)

Para Ennes (2007), ao se tentar entender a formação de identidade é necessário seguir uma lógica que inicia-se com a idéia de processo, devendo ser apreendida como algo em movimento, em segundo lugar, a identidade como algo que não está dado e acabado, não é estritamente restrito ao seu portador e; terceiro, trata-se de um processo e de uma construção que ocorre por meio de inter-relações, não podendo assim, ser pensada como um atributo isolado e independente de sujeitos individuais ou coletivos. Trata-se, pois, de um processo em construção que se dá por meio de relações sociais.

Observa-se que segundo o autor, a análise de Stuart Hall relacionado à identidade na pós-modernidade está embasada em dois pressupostos, sendo o primeiro diagnosticado como a identidade em meio à crise partindo da ruptura das formas de identidades em períodos históricos anteriores e os processos sociais que, lhes eram característicos. e o segundo, a fragmentação, descentramento e deslocamento da identidade.



Ainda segundo Hall (2002), citado por Ennes (2007) o processo de mudança e crise das identidades corresponde, às mudanças pelas quais os sujeitos históricos a vivenciaram. Vê-se, portanto, que a discussão sujeito/identidade está associada as mudanças históricas e aos responsáveis por elas. De qualquer modo, essa crise está associada a algo maior e mais complexo do que mudanças na sociedade como um todo.

Analisando esta crise mencionada por Hall, podemos ter uma outra perspectiva dessa crise segundo Castells (2000):

Para um determinado indivíduo ou ainda ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na autorepresentação quanto na ação social. (CASTELLS, 2000, p. 22.)

Desta forma, é possível analisarmos que através da multiplicidade e pluralidade das identidades geram-se tensões e contradições, o que nos permite perceber, tal como em Hall, uma situação de crise para o sujeito/identidade.

É a partir destas análises que Hall descreve algumas análises a respeito da existência do sujeito/identidade.

Segundo Hall (2002) a primeira fase, tem como contexto histórico o período de triunfo e consolidação da sociedade moderna-burguesa-liberal, que viria a se materializar no “sujeito soberano” ou “iluminista” (HALL, 2002, p.25).

Nesse contexto, observa-se que segundo o autor, o sujeito é visto como sendo o soberano, estando acima e além das determinações sociais, sendo o sujeito um ser autônomo e independente. A sociedade, por sua vez, é compreendida e vivenciada como um aglomerado de indivíduos livres e capazes de dar direção e significado a suas vidas.

Para Hall (2002), o segundo momento está ligado a um período de transição caracterizado, sobretudo, pela massificação da sociedade. Esse processo gera um conflito no plano das identidades, uma que vez que, ao mesmo tempo que o sujeito se concebe como ser autônomo, já não possui a mesma mobilidade e autonomia de antes. Trata-se de um período marcado pela burocratização das relações sociais e pela massificação da produção e corresponde, grosso modo, aos trinta primeiros anos do século XX.

Outro elemento importante que deve ser levado em consideração em toda esta discussão é a globalização, que é uma ferramenta motivadora de conhecimento e influência de novas culturas e possibilidades, considerando-se também que, no mundo contemporâneo, as informações que fluem em rede graças a tecnologia da informação, conta com uma dinâmica variável que de alguma forma, influi decisivamente no estabelecimento de uma identidade local, fazendo com que o sujeito não tenha uma identidade fixa, essencial ou permanente, por estar sujeito a formações e transformações contínuas em relação às formas em que os sistemas culturais o condicionam.

É importante ressaltar que segundo Ennes (2007), com a revolução tecnológica da informação e a reestruturação do capitalismo surge uma nova forma de sociedade, denominada sociedade em rede.

Castells (2000), analisa que,

Essa sociedade tem como característica a globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real e construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. (CASTELLS, 2000, p. 17).

Se analisarmos a discussão de Castells é possível concluir que a globalização democratizou a informação, levando cultura e conhecimento para várias partes do mundo, fazendo então com que, devido ao acesso livre de tradições e culturas de vários povos e lugares, houvesse uma aculturação entre vários povos através da globalização.

Um ponto importante levantado e que pode ser influenciado pela globalização, são “os territórios que sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e reterritorialização” (HAESBAERT, 2004, p.127), onde a tensão entre as diferentes territorialidades torna-se uma ação, um movimento.

A desterritorialização, de acordo com Haesbaert (1997), brota da diferença e, muitas vezes, é uma determinada diferença que faz brotar uma desigualdade em que o diferente se considera, antes de tudo, superior, como por

exemplo, ‘o povo eleito’ dos hebreus<sup>1</sup>. É quase inevitável que o encontro entre culturas promova sempre a comparabilidade e, portanto, uma padronização do outro frente aos valores e comportamentos generalizados.

Ao mesmo tempo em que esse processo fragmenta e espalha os códigos culturais pelo mundo, também fortalece as identidades, os sentimentos nacionalistas, os movimentos culturais e acaba por territorializar esses códigos justamente pelo fato do indivíduo estar envolto na efemeridade do tempo presente e da fragmentação espacial, conduzindo-o à busca por algo coeso e solido para se apoiar, para fixar raízes. Tal fato promove aquilo que Boligian e Almeida (2003) chamam de identidade territorial descontínua, que são identidades presentes em territórios heterogêneos. Tal fato não seria a desterritorialização, mas, identidades presas a vários territórios. Essas identidades se transformam ao longo do tempo e lugar, sendo ainda flexíveis e mutáveis.

Haesbaert propõe uma nova abordagem para o que se entende como desterritorialização, entendendo que o espaço atualmente é composto por uma diversidade de territorialidades, conforme exposto anteriormente. O autor propõe a substituição do termo desterritorialização por multiterritorialização.

Multiterritorialidade aparece como uma resposta a esse processo identificado por muitos como “desterritorialização”: mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade (HAESBAERT, 2005, p.6774)

Para o autor, a desterritorialização seria uma espécie de “mito”, incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”. (HAESBAERT, 1994, p. 214) Estes processos de (multi)territorialização precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles implicam.

---

<sup>1</sup> O autor, citando Castoriadis (1990) chega a afirmar que o Antigo Testamento é o primeiro documento racista da história, pois o ‘povo eleito’ é simplesmente, um povo como os outros (HAESBAERT, 1997, p.44).

Se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Assim, segundo o autor, aquilo que denominamos multiterritorialidade em sentido lato, mais tradicional, resulta da sobreposição de territórios, hierarquicamente articulados, “encaixados”.

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. E toda ação que se pretenda transformadora, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança efetivamente inovadora (HAESBAERT, 2005).

A partir dessas reflexões, nos capítulos que se seguem abordaremos as ações dos imigrantes japoneses e seus descendentes no município como ações de poder, ou seja, territorialidades, buscando identificar suas características, especificidades e conseqüências na apropriação do espaço assaiense.

## **2 COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE ASSAÍ**

O presente capítulo buscará apresentar os fatos que possibilitaram a ocupação da área que hoje abrange o município de Assaí.

É importante ressaltar que a colonização de Assaí foi realizada por intermédio dos governos japonês e brasileiro e executado pela empresa de colonização BRATAC na década de 1930 nota-se que o Brasil permitiu a migração européia e asiática no país como estratégia para suprir a falta de mão de obra agrícola, sobretudo para a cafeicultura paulista e posteriormente para o norte do Paraná.

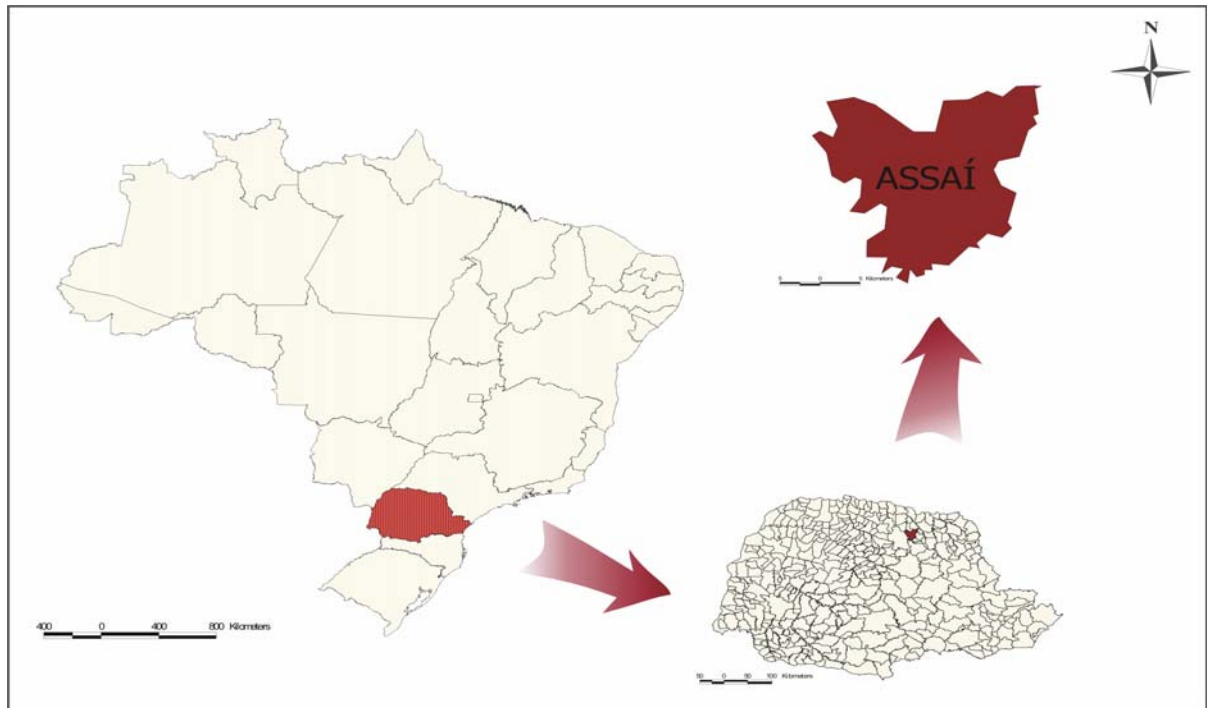
O entendimento de tal conjuntura permite observar o papel dos migrantes japoneses e seus descendentes na formação do território assaiense e a relevância da ação dos mesmos no referido espaço. Para tanto será apresentado um panorama da migração japonesa no contexto nacional, em nível estadual e a ação da companhia colonizadora BRATAC na colonização de Assaí. Em seguida a atual situação socioeconômica de Assaí, será objeto de análise uma vez que nas últimas décadas o município vem passando por um processo de industrialização e por transformações socioespaciais, dando novos sentidos e territorialidades ao município.

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ASSAÍ**

O município de Assaí, situado no norte do estado do Paraná, está localizado a 50 km de distância de Londrina e a 378 km de Curitiba, a capital do estado, conforme pode ser observado no mapa 01 a seguir. Segundo o censo demográfico de 2010, Assaí possui 16.368 habitantes, sendo 13.601 na zona urbana e 2.767 na zona rural (IBGE, 2010).

Possui uma área de 440 km<sup>2</sup> e está localizado a uma latitude de 23 ° 22 ' 24 " S, uma longitude 50 ° 50 ' 29 " W e altitude de 605 metros. (IPARDES 2010).

**Mapa 1 - Localização do município de Assaí**



**Fonte:** Assaí (2005).

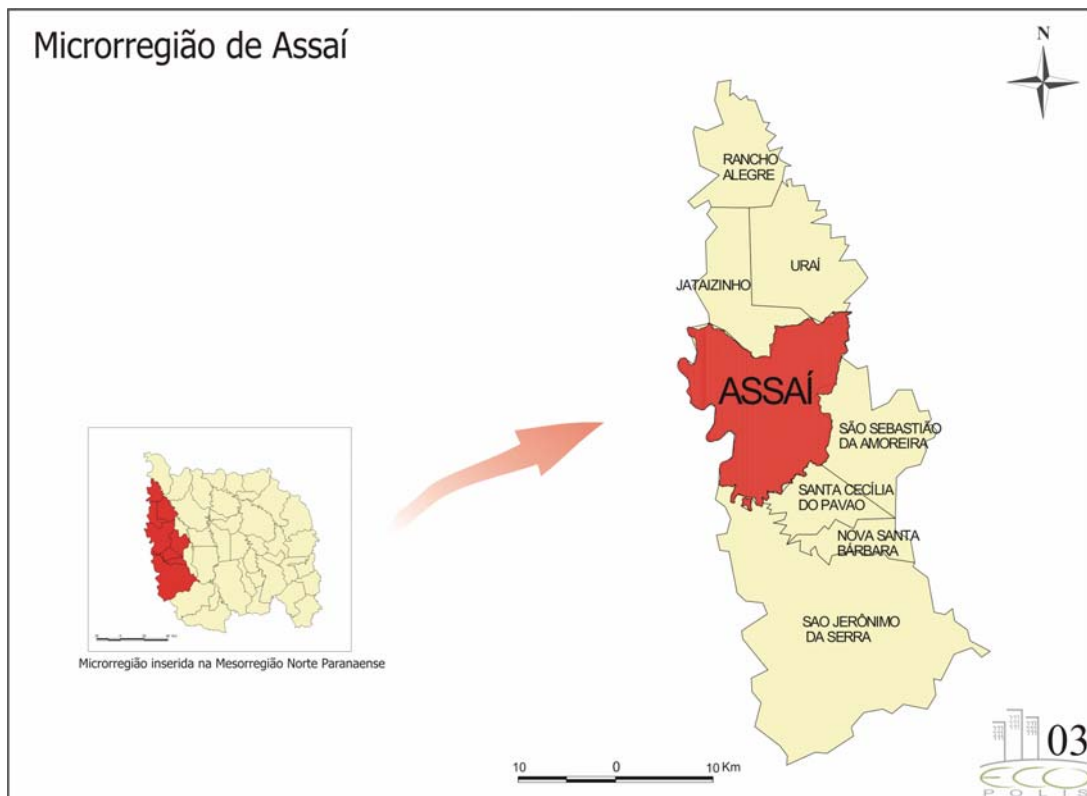
O município faz limites com os municípios de Jataizinho e Uraí ao norte, São Jerônimo da Serra e Santa Cecília do Pavão ao sul, São Sebastião da Amoreira à leste e Londrina à oeste, conforme pode ser observado no mapa 02.

Quanto às atividades econômicas, 32% da população economicamente ativa trabalha no setor secundário, 22% no funcionalismo público, 19% no comércio, 15% nas demais atividades do setor terciário e 12% no setor primário (ASSAÍ, 2011).

No último censo demográfico realizado no ano de 2010 (IBGE, 2010), foi observado um crescimento maior na renda *per capita* da região: 207,73%, evoluindo de R\$ 215,31, em 2000, para R\$ 662,58. Tal evolução pode ser entendida pela nova dinâmica socioeconômica vivida pelo município após a década de 1990: a especialização industrial metalmecânica, que promoveu a criação de um grande número de empregos diretos e indiretos, conforme aponta Almeida (2011, p.137):

[...] mesmo com a presença da fiação de algodão que sozinha gera mais de 300 empregos diretos na cidade, o setor metalmecânico é responsável por gerar mais de 800 empregos diretos e mais de 1.000 indiretos, como os serviços terceirizados de segurança, limpeza, transporte, frete, auditorias e outros. Chama-se a atenção para o fato que os salários das unidades industriais metalmecânicas são praticamente o dobro dos funcionários da fiação.

**Mapa 2 - Delimitação da Microrregião de Assaí-PR.**



**Fonte:** Assaí (2005)

Tal oferta de empregos possibilitou a geração de rendas e salários à uma parcela considerável da população, bem como a especialização do comércio e prestação de serviços para o atendimento destes trabalhadores.

Houve também uma intensificação das atividades comerciais, vinculadas ao fato de grande parcela da população ter acesso a salários dos diversos postos de trabalho ofertados na cidade. Essa intensificação também é resultado do aumento do fluxo de consumidores das cidades circunvizinhas, que encontram na cidade uma oferta maior e mais diversificada de alguns bens não ofertados em suas cidades como roupas, insumos agrícolas, móveis, eletroeletrônicos, produtos alimentares gerais e específicos da culinária japonesa, dentre outros (ALMEIDA, 2011, p.145).

Essa nova função urbana adquirida pelo município é um fenômeno recente, ainda em processo de consolidação, porém o objetivo de nosso trabalho é analisar as ações territoriais dos japoneses e a gênese de Assaí está intimamente ligada à migração japonesa no Brasil e conseqüentemente no Paraná, que com a sua vinda, agregou características únicas à um território com as mais variadas populações e culturas, formando então um Brasil com características singulares.

Para entendermos a história de Assaí, veremos a seguir um breve histórico da migração japonesa no Brasil e no Paraná.

## 2.2 A MIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Ao se falar em emigração e imigração, nota-se que tais processos estão intimamente ligados à mobilidade espacial separadas por fronteiras e envolvendo um número considerável de pessoas, que seja individual ou em grupo, migram para outros países, passando a viver e desenvolver suas atividades, superando os obstáculos de adaptação. Esse tipo de mobilidade é tão antiga quanto a própria história da humanidade, variando-se apenas suas formas ao longo do desenvolvimento das sociedades humanas. (TSUKAMOTO, 1973).

O crescimento da população mundial a partir do século XVIII pressionou enormemente o setor agrícola de cada país. Para atender às crescentes demandas alimentares, começaram a mudar os métodos tradicionais de arrendamento, cultivo e produção. A supressão dos tradicionais direitos do acesso à terra e outros instrumentos foram usados para a criação de unidades econômicas viáveis. Isso implicou na perda por muitos lavradores de seus direitos à terra, os quais foram forçados a trabalhar para outros. O aumento de produtividade e a crescente mecanização da agricultura européia significaram menor necessidade de mão de obra, exatamente em um momento em que surgia um excedente de força de trabalho. Em virtude da falta de apoio governamental na implementação de políticas públicas para o setor, a fome passou a ser uma ameaça às populações sem terra ou que possuíam terras limitadas. Diante de tal cenário, a população não encontrava outra opção senão emigrar à procura de oportunidades em terras desconhecidas (SAKURAI, 2000).

No Japão, a situação não foi diferente dos demais países. Desde o final do século XIX, o Japão atravessava uma crise demográfica, com o fim do feudalismo e o início da mecanização da agricultura, o que fez com que a população do campo migrasse para as cidades, fugindo da pobreza. As ofertas de emprego se tornavam cada vez mais escassas, fazendo com que um contingente muito grande de trabalhadores vivesse sem as mínimas condições de salubridade e qualidade de vida (SÃO PAULO, 2008).



Esse processo teve início anos antes, em 1868, quando o governo japonês adotou uma política de enviar trabalhadores para outras partes do mundo, de início para o sudeste asiático e Oceania e, mais tarde, para as Américas. A pressão populacional foi uma das razões para forçar a saída de seu território. O crescimento demográfico acentuou-se em virtude da queda da taxa de mortalidade infantil e a proibição do infanticídio. Para contornar o problema do crescimento populacional e oferecer melhores condições de vida para a população, o governo empreendeu uma política de expulsão incentivando a emigração, o trabalho temporário no exterior, ou a anexação e conseqüente colonização dessas terras, como ocorreu na Manchúria e na Coréia (SAKURAI, 2010).

A outra razão para o incentivo à emigração foi de ordem internacional. O processo de inserção do Japão na economia mundial capitalista ocorreu em meados do século XIX, mais precisamente em 1868. Para isso, o Japão empreendeu uma política industrial intensiva, recrutando todos os seus recursos humanos, numa jornada que teve como objetivo colocar o país em condições de competição com as grandes potências mundiais. Em 1896, a Câmara dos Deputados do Japão aprovou a Lei de Proteção aos Emigrantes. A lei incentivava a emigração oficial, passando os emigrantes a ter uma legislação que os amparava e os defendia (SAKURAI, 2000). Estas considerações são fundamentais para a compreensão da evolução da trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil.

No Brasil, a situação era exatamente oposta, pois um decreto do governo italiano que proibia a migração subsidiada de italianos para São Paulo, em 1902, fez com que faltasse mão de obra nas fazendas de café, principal produto exportado pelo país na época. Sendo assim, o Brasil precisava urgentemente encontrar uma nova fonte de mão de obra. Diante de tal situação, o Brasil se tornou praticamente o único país com condições favoráveis à migração japonesa (SÃO PAULO, 2008).

Para dar início oficial à imigração para o Brasil acertou-se que o governo brasileiro pagaria a passagem de terceira classe em navios que partiam do porto de Kobe para Santos, em São Paulo. As despesas da viagem eram repassadas aos fazendeiros que depois as deduziriam do pagamento aos trabalhadores. O acordo incluía ainda as condições para a imigração de japoneses: a vinda de famílias com pelo menos três pessoas aptas para o trabalho, não importando o sexo e a idade, e o contrato como colono numa fazenda de café pelo período de dois anos (SAKURAI, 2010, p.13).

Tal imigração teve início por meio de um acordo entre os dois governos visando resolver o problema de ambos, ou seja, excesso de população no Japão e falta de mão de obra para as lavouras de café no Brasil (UTIAMADA et al., 2009). Tratava-se de uma relação de trabalho assalariada, com a particularidade do colonato paulista da época do café, que permitia o cultivo de lavouras intercaladas como as do milho e do feijão, cujo excedente podia ser comercializado pelo imigrante. O destino das famílias japonesas já estava estabelecido antes da saída do Japão, era para as fazendas de café do interior do estado de São Paulo (SAKURAI, 2000).

Após a realização do acordo, em 1907, o Governo do Estado de São Paulo concedeu autorização à Companhia Imperial de Imigração do Japão para transportar um determinado número de imigrantes para o Brasil, anualmente, processo que se iniciou em 1908. A esperança dessa primeira leva de japoneses era fazer fortuna e voltar ao Japão. Entretanto, a realidade que aqui encontraram não foi exatamente esta e, além disso, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, o retorno a seu país foi proibido (UTIAMADA et al., 2009).

A imigração japonesa no Brasil efetivamente iniciou-se em 18 de junho de 1908, quando chegava ao porto de Santos (SP) o primeiro navio japonês, Kasato Maru, trazendo consigo 165 famílias, num total de 781 pessoas. A maioria dessas famílias era formada por lavradores de regiões pobres do norte e sul do país e vinham com a específica tarefa de trabalhar nas prósperas fazendas de café do oeste do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008).

Nos primeiros sete anos chegaram ao Brasil 3.434 famílias (14.983 pessoas). Após o início da I Guerra a imigração se otimizou fortemente e, entre 1917 e 1940, vieram mais 164 mil japoneses para o Brasil, sendo que destes, 75% se dirigiram para o Estado de São Paulo. O grande fluxo de imigrantes ocorreu entre 1920 e 1930, mas, nesse período, o foco já não era apenas as plantações de café, eles buscavam outras regiões e outros cultivos, como o morango, chá e arroz (SÃO PAULO, 2008; UTIAMADA et al., 2009; SAKURAI, 2010).

A chegada foi decepcionante, as áreas precisavam ser desmatadas, a jornada de trabalho ia do clarear do dia até à noite, as casas eram de pau-a-pique e terra batida, sem móveis e banheiro. Alimentos básicos e desconhecidos tinham preço elevado. Não havia verdura nem peixe e as crianças ficavam desnutridas (UTIAMADA et al., 2009, p.22).

As reações dos japoneses perante o ambiente brasileiro, como se pode observar, foi de total estranheza a tudo o que os rodeava. O clima, a língua, a alimentação e, sobretudo, as condições de trabalho provocavam nesses imigrantes uma desilusão, especialmente sobre o sonho de retornar. A intenção de acumular dinheiro para investimento no país de origem estava no horizonte de todo imigrante, não importando sua etnia. Retornar com recursos financeiros satisfatórios para a terra natal é, até hoje, repetida em diferentes línguas, denotando que no imaginário do imigrante a permanência na terra para a qual se dirige é apenas temporária. No entanto, a realidade era bem diferente daquela sonhada. As condições de trabalho nas fazendas de café não permitiam a poupança que se esperava na chegada (SAKURAI, 2010).

Nessas condições, o sonho de regressar para a terra natal se fortaleceu ainda mais, pois o enriquecimento rápido em terras brasileiras mostrou-se um sonho quase impossível, pois, além dos baixos salários, ainda tinham que pagar a passagem de vinda e eram obrigados a comprar tudo o que consumiam do fazendeiro para quem trabalhavam. Diante de tais condições, se endividavam em pouco tempo (SÃO PAULO, 2008).

O desejo de voltar ao Japão dificultou ainda mais a adaptação na nova terra, pois, como pretendiam voltar ao Japão, não procuravam se integrar aos costumes e ao povo brasileiro, sendo que uma considerável parcela de imigrantes nunca aprendeu a falar o português (SÃO PAULO, 2008).

Na busca de melhores condições de sobrevivência, os japoneses rebelaram-se e muitos abandonaram o campo onde trabalhavam para procurar melhores condições de vida. Muitos japoneses fugiam das fazendas, faziam rebeliões, motins, greves, contra os fazendeiros e se negavam a trabalhar, com exceção de poucas fazendas, nas quais recebiam tratamento digno por parte dos fazendeiros (UTIAMADA et al., 2009).

Como a manutenção das propriedades começou a ficar inviável para os grandes fazendeiros, a solução encontrada para que os prejuízos não afetassem demasiadamente, foi o parcelamento das grandes fazendas. Nelas, os japoneses começaram a desenvolver novas culturas, especialmente a do algodão, de ciclo mais curto que o café e com mercado em expansão. (SAKURAI, 2010).

A política de colonização em terras brasileiras do governo japonês se tornou mais explícita, quando em 1928 foi fundada a Bratac, Sociedade

Colonizadora do Brasil Ltda., com capital japonês. Antes, governos de províncias, como a de Nagano, já haviam fundado colônias em São Paulo. É o caso da colônia Aliança (1924) na região de Mirandópolis. No ano anterior à fundação da Bratac, foi criada no Japão a Federação das Associações de Províncias Japonesas, cuja diretoria era formada pelo Ministro do Interior japonês, um ex-embaixador do Japão no Brasil, um ex-cônsul geral do Japão em São Paulo e mais um representante, denotando a importância que tinha essa atividade de saída de japoneses para o exterior nos meios oficiais japoneses (SAKURAI, 2000).

A Federação comprou uma grande área de terras no estado de São Paulo, no norte do Paraná e em Minas Gerais, injetando cerca de três milhões de ienes no empreendimento. Os japoneses que se fixaram nessas colônias chegavam na condição de proprietários, muitos dos quais tinham informações em cursos preparados especialmente para formar emigrantes, antes de sua saída do Japão.

Além desses empreendimentos, também havia as chamadas colônias, nascidas em torno de famílias da mesma origem provincial, de companheiros de navio, de vizinhos nas fazendas de café. Eram núcleos que agregavam famílias japonesas que, por conveniência ou segurança, compravam ou arrendavam terras próximas, a fim de levantarem uma escola para os filhos, criar uma associação e implementar outras medidas. Eram as mais numerosas e, nitidamente, resultavam do desejo de reunir poupança para o retorno ao Japão. O tempo de permanência nessas colônias era curto, pois, quando surgiam possibilidades melhores, eles se mudavam (SAKURAI, 2000).

Quanto a implementação de escolas neste período, destaca-se a Escola Taisho, instalada em julho de 1915, em São Paulo, considerada como o primeiro estabelecimento de ensino regular criado e mantido por imigrantes japoneses. Na interior de São Paulo a primeira escola a ser fundada foi na colônia *Hirano*, em 1915, na Estação de Cafelândia, na linha da estrada de ferro Noroeste (SÃO PAULO, 2000).

As terras que margeavam as estradas de ferro no interior paulista ainda eram muito valorizadas, o que obrigou os imigrantes a se dirigirem a outras regiões do estado até a divisa com o Paraná. Uma parcela desses atravessou a fronteira dos dois estados a partir de 1931, quando foram proibidas novas plantações de café em São Paulo. Famílias, então, partiram, principalmente, de

Ourinhos em direção a Londrina e Maringá em busca das terras roxas para plantar café (SAKURAI, 2010).

Em razão de toda essa mobilização e do inevitável contato com os brasileiros, os descendentes de japoneses passaram a se abrir definitivamente à sociedade brasileira e se integrar na sociedade. Na década de 1960, muitos descendentes saíram do campo e foram para as cidades para seguir os estudos. O principal destino foi a cidade de São Paulo, que se tornou a cidade com maior número de japoneses fora do Japão. Já na década de 1970, a miscigenação passou a fazer parte da realidade da colônia japonesa no Brasil e, atualmente, cerca de 61% dos bisnetos de japoneses têm alguma origem não-japonesa. Os traços mestiços predominam entre esta nova geração e os vínculos com o país de origem de seus ancestrais já são muito menores e muitos desses descendentes já não sabem falar japonês. A colônia japonesa tem forte presença nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, cuja imigração, neste último, será discutida a seguir (SÃO PAULO, 2008).

### 2.3 A MIGRAÇÃO JAPONESA NO PARANÁ

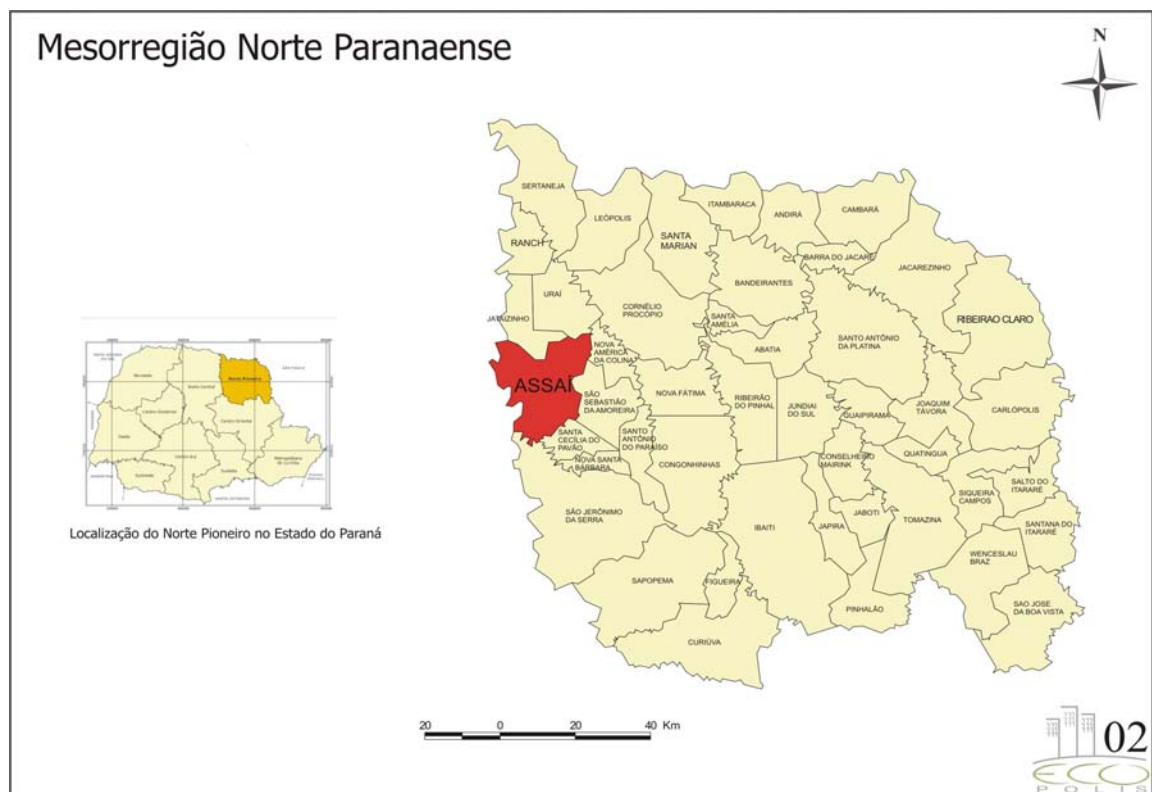
Como o estado do Paraná conta com a segunda maior população de brasileiros descendentes de japoneses, a primeira idéia que se tem é que o estado tenha se empenhado em trazer trabalhadores japoneses para as suas atividades agrícolas. Mas a realidade não é essa. Nunca houve, pelo menos oficialmente, imigração japonesa para o Paraná, limitando-se apenas a projetos de colonização. O que ocorreu foi uma reimigração japonesa ao Paraná. Este fato torna a história da migração japonesa no estado, muito diferente daquelas que ocorreram em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pará, onde os governantes contribuíram para tornar realidade a imigração nipônica. Prova disso é que o Porto de Paranaguá nunca recebeu uma leva de imigrantes do Japão, devido às dificuldades de locomoção que no período eram realizadas por transporte ferroviário (SETO; UYEDA, 2002).

Alguns japoneses, que chegaram ao norte do Estado do Paraná, vieram atraídos pela fertilidade das terras, possibilidade de desenvolvimento agrícola e o enriquecimento almejado desde quando saíram do Japão. Documentos da época revelam que membros do estado eram contrários à vinda desses imigrantes para o

Brasil, principalmente, para o Paraná e tal oposição política não refletiu na população, uma vez que os paranaenses estranharam os traços diferentes, mas logo acolheram os japoneses, arrendando terras e oferecendo emprego (SETO; UYEDA, 2002).

As primeiras famílias de migrantes japoneses se concentraram inicialmente na região norte do estado conhecido como Norte Pioneiro, conforme pode ser observado no mapa 03 a seguir, onde desenvolveu-se sobretudo a cultura do café e do algodão, sendo que essa região até a atualidade é uma das regiões com maior concentração de descendentes de japoneses no estado.

**Mapa 3 - Mesorregião paranaense Norte Pioneiro.**



**Fonte:** Prefeitura, 2005.

As primeiras colônias japonesas se fixaram no município de Cambará pela facilidade de acesso para quem vinha do estado de São Paulo e também, por se tratar de uma área com grande valorização na época, entre os anos de 1913 e 1915 (MATIGANA; ZANON, 2009).

Quanto às colônias japonesas no norte do Paraná, Yoshioka (apud HARADA, 2008, p.28) aponta:

Os primeiros japoneses entraram em Cambará a partir de 1913, trabalhando como colonos na fazenda dos Barboza Ferraz. Em 1917, já surgia um agrupamento de sitiantes, recebendo por isso no nome de núcleo da Vila Japonesa. Em 1923 já existiam armazém e empório japoneses na cidade de Cambará. É fundada uma associação japonesa na Vila Japonesa, em 1918, e em 1921 surgem as primeiras escolas primárias japonesas.

O processo de ocupação na região se dava através da aquisição de propriedades, realizadas em conjunto com diversas famílias, que adquiriam uma área de fazenda e posteriormente a dividiam em pequenos lotes, geralmente de 24,2/ 48,4 hectares, formando comunidades, também chamadas de *mura* (MATINAGA; ZANON, 2009).

Em 1915, outras famílias de japoneses se dirigiram para o Paraná, mas, agora transpondo as divisas no sul do Estado de São Paulo, vindos da região de Iguape – litoral sul do estado, para o município de Antonina. Ali, se dedicavam ao cultivo de banana, tradição de cultura que já traziam do estado de São Paulo. Dois anos depois, um grupo de colonos criou a Colônia Cacatu, onde iniciaram uma plantação de cana de açúcar e inauguraram uma destilaria de cachaça, dedicando-se, também, à pesca (JUSTINO, 2008).

No Paraná, os imigrantes passaram a enfrentar novos problemas, como as geadas constantes e conseqüentemente perda de colheitas e as dificuldades financeiras. Diante dos problemas com os cafezais, passaram a desenvolver outros cultivos, como arroz, milho e feijão e, posteriormente, algodão, sendo que o cultivo tanto de café quanto de algodão foram fundamentais para o desenvolvimento do Norte Pioneiro (JUSTINO, 2008).

Um dos municípios onde os japoneses não só vivenciaram todas essas dificuldades mas se estabeleceram de forma singular, disseminando sua presença e cultura pelo território foi Assaí, conforme abordaremos a seguir.

## 2.4 A MIGRAÇÃO JAPONESA EM ASSAÍ

Assaí, do japonês *asahi*, que significa “sol da manhã”, nasceu do impulso colonizador implementada pela Sociedade Colonizadora do Brasil - BRATAC que adquiriu a então Fazenda Três Barras, pertencente ao município de

São Jerônimo da Serra, apoiada pelo Governo do Estado e o capital japonês, conforme aponta Oguido (1988, p.127):

Em 1932, a Companhia Colonizadora Três Barras fundou um patrimônio no município de São Jerônimo da Serra. No princípio, seu nome era Três Barras. Depois, passou a ser chamado de Assailand, que quer dizer Terra do Sol Nascente. Em 1938, a localidade foi elevada à condição de distrito de São Jerônimo, recebendo a denominação definitiva de Assaí. Seis anos mais tarde alcançava a categoria de município, cuja instalação se deu em 1º de janeiro de 1945, com a posse do primeiro Prefeito Municipal, o major José Schleder.

Um dos momentos de planejamento de tal processo de ocupação pode ser observado na foto 01 a seguir. Quanto à colonizadora, a BRATAC, fundada no ano de 1929, se caracterizava por ser uma empresa de economia mista, com capital formado pelas diversas contribuições das Províncias e de particulares, tendo como objetivo, recrutar e encaminhar os emigrantes de colonização agrícola que possuíam seus próprios recursos. (HOSHINO, 2004).

**Foto 1** - Vendedor de terras mostrando mapa da região para venda de terras aos pioneiros, na década de 1930.



Fonte: LACA (2011)



De acordo com Asari (1992), a Sociedade Colonizadora do Brasil (BRATAC), foi a responsável pela colonização de Assaí, tendo adquirido fazendas, sendo uma delas a antiga fazenda Três Barras, em 1932, com uma área de 43.560 hectares.

Segundo Hoshino (2004), a Sociedade Colonizadora do Brasil – BRATAC, foi a responsável pela colonização de Assaí, sendo que a companhia além de comprar fazendas no Estado de São Paulo comprou uma fazenda localizada no município de São Jerônimo da Serra, tendo como objetivo sobre tais terras: comprar, vender, locar e hipotecar imóveis, fundar e explorar núcleos coloniais, introduzir e localizar imigrantes, construir e explorar estradas de ferro, de rodovias e de todos os outros meios de comunicação, explorar as terras e todas as outras atividades inerentes à colonização.

Asari (1992) aponta que após uma busca por áreas de terra à venda que correspondiam as especificações já pré definidas pela colonizadora, e a constatação da não existência das mesmas no Estado de São Paulo, nas regiões Noroeste e Oeste, o superintendente M. Umetami auxiliado pelos funcionários do Consulado, dirigiram-se para o Norte do Paraná, iniciando contatos para futuras negociações de terras da Fazenda Três Barras em maio de 1928.

Após a Fazenda Três Barras ser analisada, foi apresentado um relatório sobre as especificidades observadas:

A terra sendo mata virgem, os colonizadores terão trabalhos árduos, mas como a terra é roxa, não resta dúvida que é fértil, senão igual, superior aos terrenos de primeira no Estado de São Paulo. A inconveniência é a existência de algumas pedreiras, que denota seca. Tem mais de 600 metros de altitude, ideal para a plantação de café. Não deve haver muita preocupação com geadas. Segundo estudos da estação meteorológica, a época da seca é de abril a setembro; e de chuva, de outubro a março. A temperatura máxima é igual a Ribeirão Preto, da Estrada de Ferro Mogiana e a mínima de três graus, acima de Campos de Jordão. As possibilidades para plantios de rápido crescimento são maiores que no Estado de São Paulo, devido a grande diferença climática. É possível efetuar plantações e ainda ter lucros com o aproveitamento de matérias naturais. O único caminho para ir para Três Barras é o da estrada velha de São Jerônimo. Em futuro próximo será construída a estrada de ferro até Jataí, encurtando a distância em 75 km até Cambará e em 81 km até Jataí.

[...] É conhecida a existência de maleita nos arredores do Riacho Cinzas e do Rio Tibagi, como é o caso da Colônia Militar e da reserva indígena de Frei Timóteo, que sofrem com a doença. Porém, como Três Barras está localizada longe da margem do Tibagi e em

local alto e seco, não haverá perigo de maleita e de doenças locais. Para confirmar, nota-se a ausência de pernilongos. Sobre a escritura do terreno, até hoje não houve problema algum. Tem 12.500 alqueires, mas haverá necessidade de fazer nova medição. (KOBAYASHI, 1960 apud CODATO, 1981, p.69).

A Colônia Três Barras era dividida em *muras* ou seções (bairros rurais) que receberam, em sua maioria, o nome de árvores. Os lotes variavam de 24,2/ 48,4 hectares e as *muras* ou seções, tinham área de 2.904 a 3.388 hectares. As famílias adquiriam os lotes conforme seu poder aquisitivo.

A organização destas *muras* ou seções rurais foi comentada por ASARI (1992),

Cada *mura* ou seção tinha o seu líder, que participava de reuniões de interesse para toda a comunidade (social, econômico e político). Note-se, também, que a maior preocupação dos imigrantes japoneses no Brasil foi a preservação da cultura baseada no *ie*, isto é, na casa, na família, sendo o veículo dessa cultura a escola. E, quando se observa a ação da colonização da Bratac em Assaí, percebe-se que há conjugação dos interesses e dos anseios dos imigrantes e da orientação dada pela Companhia, com o incentivo e a implementação dos sistemas organizacionais semelhantes aos existentes no Japão, que na época começava a apresentar significativas transformações, aumentando as diferenças entre os imigrantes japoneses do Brasil e os japoneses moradores no Japão. Ademais, a instalação da escola permitia à Bratac demonstrar que se preocupava em atender às necessidades dos prováveis compradores, assim como representava uma propaganda para a venda de lotes, como já era apresentado no folheto distribuído nos anos de 1936-1937, pela colonizadora (ASARI, 1992, p.23).

A área era dominada por uma mata virgem rica em perobas, figueiras, cedros e outras árvores, o que tornou árduo o trabalho dos colonizadores, apesar de apresentar uma terra de fertilidade aparentemente superior às terras paulistas.

Estudos feitos por uma associação de colonos concluíram que o solo da área apresentava um alto teor de nitrogênio, sendo assim imprópria para a cotonicultura, sendo mais viável o cultivo de café, porém a BRATAC insistiu na cotonicultura, pois de acordo com Kuroda (1995), a necessidade de matéria prima para a indústria têxtil japonesa foi um dos fatores do interesse na colonização japonesa da área, descrita pelos representantes do governo japonês como ideais para a cotonicultura.

Mesmo contrariando as orientações da BRATAC, alguns produtores já experientes na cafeicultura em São Paulo, plantaram café e paralelamente a isto foram feitas experiências no plantio de algodão além do cultivo de milho, feijão e arroz para subsistência. O algodão foi a cultura que mais se destacou nas áreas agrícolas do município, e a notícia de uma boa colheita foi o impulso necessário para a cotonicultura em Assaí, conforme afirma Oguido (1988, p.129-130):

Uma experiência feita pelo agricultor Heiju Akagui, que plantou algodão em 1934, foi o impulso que faltava para que a comunidade atingisse seu pleno desenvolvimento. Ele colheu 360 arrobas de algodão por alqueire e o fato ganhou dimensões inimagináveis. Para se ter uma idéia do que essa safra representou, basta dizer que até então a Companhia havia vendido apenas 213 alqueires de terra e, a partir da safra de Akagui, chegou ao final de 34 com 2.140 alqueires vendidos.

Nos anos seguintes a cotonicultura fortaleceu-se na cidade e garantiu propaganda para o deslocamento de pessoas interessadas no ouro branco, gerando assim o que Silva (2008), chamou de diásporas, ou seja, os fluxos migratórios mais intensificados sobretudo de nordestinos, além de paulistas e mineiros.

Também é importante lembrar que a BRATAC preocupou-se em dar suporte ao contingente de agricultores e a constituição do núcleo urbano do município:

Visando o desenvolvimento do núcleo urbano já no início da colonização, a BRATAC doa lotes a comerciantes que se instalassem, bem como isenta das prestações do ano seguinte à construção de residências com área superior a 24 m<sup>2</sup> em alvenaria de tijolos e cobertura de telhas de barro. Incentivos para o fortalecimento do núcleo urbano e a definição de uma nova paisagem (YAMAKI et al, 1995, p.582).

A foto 2 apresenta a gênese da cidade, marcada pela implementação da Avenida Rio de Janeiro, que se tornará posteriormente o centro comercial da cidade.

**Foto 2** - Vista parcial da implantação da cidade de Assaí na década de 1940.



**Fonte:** Arquivo pessoal Elisa Fujita (reprodução).

As dificuldades enfrentadas pelos reimigrados recém chegados de São Paulo foram numerosas, como por exemplo, a adaptação a um clima e costumes diferentes, a necessidade de desbravamento da área pelos imigrantes, além da questão do acesso à água, que na época era bastante difícil, haja vista que a área era formada por terrenos pedregosos, aspecto que dificultava a perfuração de poços. Os imigrantes não se dedicaram apenas ao cultivo, deslocando-se, também, para a área urbana, onde instalaram estabelecimentos comerciais em terrenos doados pela Companhia Bratac. Os primeiros estabelecimentos eram filiais de estabelecimentos comerciais de outros municípios. (SILVA, 2005).

A área da Colônia Três Barras vivenciou diversas modificações ao longo dos anos, sendo que as antigas *muras*/seções se transformaram em vários municípios, sendo Assaí o maior deles. Cada uma das seções contava com uma associação que deu origem às atuais, como constata Asari (1992, p. 108)

O município possui duas associações nipo-brasileiras, a LACA e a SAMA, que mantêm em seus quadros as associações por gênero e faixa etária (associação de senhores – *nihon-jin-kai*, de senhoras – *fujin-kai*, de jovens – *seinen-kai*), que auxiliam na manutenção das atividades constantes em seu estatutos, preservando as formas de

ajuda mútua na comunidade. Ao mesmo tempo, as tradições são conservadas, a língua e a cultura japonesa continuam a ser ensinadas e percebe-se que as instituições religiosas japonesas são valorizadas, evidenciadas pela frequência aos cultos, às cerimônias e a utilização de seus preceitos.

Ainda segundo Asari (1992), atualmente essas associações continuam com uma atuação relevante, funcionando como ponto de união entre a comunidade de descendência japonesa no município, atuando na organização das festividades, colaborando na tomada de decisões, ou então, auxiliando no encaminhamento de trabalhadores para o Japão. “Assim, se tais associações tiveram papel significativo no passado, nos dias atuais constituem-se no elo entre o país de emigração e o de imigração” (ASARI, 1992, p.108).

O cultivo de algodão foi de grande importância para a ocupação da cidade, e até a década de 1980 este produto garantiu seu aumento populacional e o desenvolvimento econômico. Nestes anos de prosperidade, o desenvolvimento agrícola ajudou a promover a criação de infra-estrutura básica para a cidade, conforme ilustrado na foto 02, que gradativamente passou a oferecer serviços e atividades necessárias à população.

Almeida (2011) aponta que impulsionada pela cotonicultura, o município de Assaí saltou de 68 habitantes na época da fundação para 31.583 na década de 1950, conforme se constata na tabela 01, apresentada abaixo.

**Tabela 1** - Evolução da População do Município de Assaí: 1940 -2010.

<b>Década</b>	<b>Total</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbano</b>	<b>pop. urbana %</b>	<b>Pop. Rural %</b>
<b>1940</b>	3.573	3.484	89	2,49	<b>97,51</b>
<b>1950</b>	31.583	19.109	12.474	39,50	<b>60,50</b>
<b>1960</b>	31.552	21.987	9.565	30,32	<b>69,68</b>
<b>1970</b>	29.090	20.523	8.567	29,45	<b>70,55</b>
<b>1980</b>	22.096	11.972	10.124	45,82	<b>54,18</b>
<b>1991</b>	20.325	7.361	12.964	63,78	<b>36,22</b>
<b>2000</b>	18.045	4.528	13.517	74,91	<b>25,09</b>
<b>2010</b>	16.368	2.767	13.601	83,10	<b>16,90</b>

**Fonte:** IBGE extraído do IPARDES e Assaí (2005).

**Org.** Cibelle Tagawa Avila.

A foto 3 apresenta uma área comercial da Avenida Rio de Janeiro na década de 1950, é possível perceber que havia na cidade no mesmo quarteirão uma filial das lojas Riachuelo e lojas Pernambucanas, demonstrando como havia uma procura elevada por bens de consumo nesse período, pois somente tal fato justificaria a presença de duas filiais de grandes redes de lojas na mesma cidade, realidade que hoje somente é observada em centros regionais.

Ainda segundo o autor, foi o plantio do algodão também o responsável pela instalação de várias indústrias de beneficiamento e descaroçamento do produto, que montaram seus barracões em Assaí e garantiram empregos diretos a uma parcela significativa da população e contribuíram com o fluxo de pessoas, capital e bens na cidade. As principais empresas do setor foram: a Cooperativa Agrícola de Cotia, com a usina de descaroçamento, a Assaimenka, a Sanbra e a Mercantil de Algodão Vale do Tietê, dentre outras. Atualmente somente a ex-cooperativa Agrícola de Cotia mantém suas atividades, substituída pela Integrada Cooperativa Agroindustrial.

**Foto 3 -** Vista parcial das atividades comerciais na Avenida Rio de Janeiro, no centro da cidade de Assaí por volta dos anos de 1950



**.Fonte:** Arquivo pessoal Elisa Fujita (reprodução).

## 2.5 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM ASSAÍ

A economia assaiense, assim como quase a totalidade dos municípios iniciou-se essencialmente agrícola, caracterizada pela produção do café e do algodão. A cafeicultura perdurou até a década de 1960, período em que a crise gerada pelo aumento da oferta no mercado mundial enfraquece sua produção e encerra tal ciclo, beneficiando novamente o desenvolvimento do algodão, cultura essa que “trouxe novamente o dinamismo a economia, e Assaí passou a ocupar posição de destaque na agricultura” (ASSAÍ, 2005, p.63).

A produção do algodão começou a declinar no município em meados dos anos 1980, vinculado às “[...] doenças na produção e inviabilidade de custo da mão de obra em épocas de concentração de colheita” (ASSAÍ, 2005, p.63), o que levou a uma substituição do mesmo pelo cultivo de cereais, com destaque para a soja e trigo, acompanhando as políticas agrícolas nacionais (ALMEIDA, 2011). Nota-se que,

[...] o plantio de soja e trigo ocuparam as áreas mais planas e de maior fertilidade liberando a mão-de-obra e concentrando a posse da terra. As áreas férteis mais acidentadas como a região do Distrito de Pau D’Alho do Sul foi ocupada com o predomínio de pastagens. (ASSAÍ, 2005, p.63).

Acompanhando o contexto nacional, que apontava para a substituição de café e algodão por outras culturas destinadas à exportação, houve uma mudança na estrutura produtiva do município, inserindo-o em uma nova divisão territorial do trabalho: a dos grandes mercados de *commodities*, assistida pelas cooperativas, que já não representam os interesses coletivos dos produtores, mas os interesses capitalistas do referido mercado.

Almeida (2011) aponta ainda que até o início dos anos de 1980 a estrutura fundiária era caracterizada pela predominância de pequenos estabelecimentos rurais. A modernização agrícola passou a ocorrer de forma mais intensa em Assaí após a década de 1980, pois até então o cultivo do algodão não criava condições propícias para uma maior incorporação de ciência e técnica nas propriedades. Somente após a substituição total do algodão e grande parte das áreas de café pelas culturas soja, trigo e milho é que houve espaço para a prática de técnicas mais avançadas de cultivo. Dados levantados juntos ao Departamento de

Economia Agrícola da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do Paraná evidenciam tais alterações na estrutura agrícola do município de Assaí conforme é possível observar na tabela 2, onde o algodão foi perdendo espaço para a lavoura de grão e cana-de-açúcar.

**Tabela 2** - Produção das Principais Lavouras de Assaí (ton.).

<b>Cultura / Safra</b>	<b>79/80</b>	<b>84/85</b>	<b>89/90</b>	<b>94/95</b>	<b>99/00</b>	<b>04/05</b>	<b>07/08</b>	<b>08/09</b>
Algodão	45.012	38.170	18.900	9.185	48	640	1.083	684
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	2.250	17.000	53.360	58.900
Café Benéfico	508	696	432	240	375	288	636	1.379
Milho	14.400	3.545	4.800	14.700	5.950	9.000	17.940	9.922
Milho Safrinha	-	174	-	6.000	900	9.450	19.932	25.880
Soja	22.622	12.000	22.200	38.250	40.362	47.500	69.165	47.840
Trigo	40.400	17.856	17.250	22.000	10.500	46.000	25.779	47.042

**Fonte:** Deral (2010).

**Org.:** Almeida (2011).

Ainda segundo o autor, a modernização da agricultura propiciou um aumento da produção e iniciou uma série de mudanças na estrutura fundiária e nas relações sociais do campo. A década de 1980 foi um período de transição para a agricultura, marcado pela diminuição do número de estabelecimentos rurais por conta dos avanços da indústria química, de máquinas e implementos, permitindo assim, um aumento de produtividade, promovendo um grande salto na produção total, porém no que se refere ao número de estabelecimentos destinados à agricultura, houve uma diminuição, pois tal aumento de produtividade acabou gerando uma oferta maior das *commodities* no mercado e uma baixa nos preços, dificultando a sobrevivência de muitos pequenos produtores, levando-os a vender suas propriedades e migrar para as cidades. Tais pequenas propriedades em geral foram anexadas às áreas dos médios e grandes produtores, que ainda conseguiam obter lucros por meio do volume de produção.

A partir da década de 1990, com a consolidação da nova dinâmica agrícola na região e o predomínio da cultura do soja-trigo-milho e um aumento na utilização de implementos, insumos e equipamentos, é que se torna possível verificar uma mudança na estrutura fundiária de Assaí. Nesse período, o número de estabelecimentos rurais até 20 Ha (pequenos) diminui de 1090 em 1980 para 519 em 1996 e 512 em 2006. No mesmo período o número de estabelecimentos com mais de 50 Ha proporcionalmente aumentaram sua participação. Embora em termos absolutos tenha havido uma diminuição no número de estabelecimentos, em termos relativos, nesse período



esse grupo de áreas saltou de 33,62% em 1980 para praticamente 43% do total de estabelecimentos em 2006, indicando um aumento na concentração de terras no município de Assaí a partir da década de 1980 (ALMEIDA, 2011, p.80).

A tabela 3 a seguir demonstra as alterações na estrutura fundiária de Assaí apontadas por Almeida (2011).

**Tabela 3** - Número de estabelecimentos rurais em Assaí por faixa de área 1970-2006.

Faixa área	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Até 5 Ha	299	293	331	334	124	156
5 a 10 Ha	412	351	344	303	166	156
10 a 20 Ha	505	330	415	382	229	200
20 a 50 Ha	448	213	403	382	287	235
50 a 100 Ha	90	60	92	116	79	81
100 a 200 Ha	25	17	39	42	32	45
200 a 500 Ha	11	7	18	14	11	23
+ 500 Ha	1	1	0	0	0	2
Total	1791	1272	1642	1573	928	898

**Fonte:** IBGE (1970,1975,1980,1985, 1995-1996, 2006)

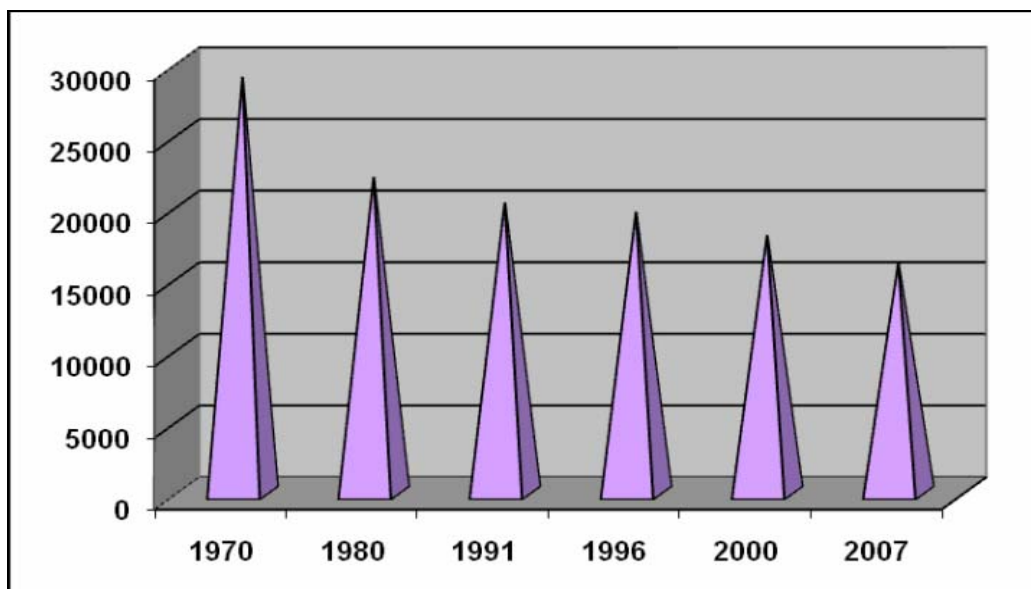
**Org.:** Almeida ( 2011).

O referido autor aponta ainda que as transformações na agropecuária implicaram em mudanças na dinâmica populacional, uma vez que até a década de 1970 a maioria da população estava localizada na zona rural, sendo que a partir desse período, a agricultura brasileira passa por um processo de modernização, caracterizando-se pela implantação de máquinas, implementos, adubação química, sementes híbridas e novas técnicas criadas pelo avanço de pesquisas nesse setor, que promovem uma revolução no campo: havendo um aumento substancial da produção na mesma área e a implementação de máquinas que substituíam eficazmente o trabalho humano, gera desemprego estrutural no campo.

Dessa forma, através de entrevistas com presidentes das seções rurais, observou-se que uma parcela da população que deixou o campo, composta por descendentes de nipo-brasileiros, optou por migrar para o Japão na condição de *dekasseguis*, a fim de trabalhar, juntar dinheiro e posteriormente retornar e outra pequena parcela da população buscou melhores condições de vida em cidades maiores, como Londrina, Curitiba e São Paulo, ou deslocaram-se para a região Centro-Oeste e Norte, principalmente aos estados do Mato Grosso do Sul, Acre e

Rondônia. Tais mudanças nos índices populacionais podem ser observadas no gráfico 1 a seguir.

**Gráfico 1 - População de Assai: 1970-2007.**



**Fonte:** IBGE, extraído do IPEADATA.

**Org.:** Almeida (2011).

Quanto à essa dinâmica demográfica, podemos notar a inversão da distribuição da população, que passou de predominantemente rural para urbana entre as décadas de 1970 e 1980, sendo que a população rural representava 70% do total da população até a década de 1970 e após a década de 1990, passou a representar menos de 40%. (Tabela 01).

Conseqüentemente essas transformações também refletiram nas atividades comerciais e prestadoras de serviços:

Se até as décadas de 1970/1980 havia um comércio que atendia demandas básicas da população, sobretudo a rural em termos de bens e serviços, a partir de então este passou por um período de relativo declínio (entre 1980/1990) do comércio varejista vinculado à perda da população total, mas ampliaram-se aqueles ligados ao atendimento das demandas do campo mediante insumos, máquinas, implementos, etc. A partir do final dos anos de 1990, tal setor foi novamente ampliado quantitativa e qualitativamente, relacionado à instalação de indústrias metalmeccânicas na cidade, que passou a gerar empregos e atrair novamente a uma população para a cidade. Essa nova realidade possibilitou um número maior de pessoas em busca de bens e serviços, intensificando novamente as atividades comerciais (ALMEIDA, 2011, p.83).

O autor aponta também a instalação da praça de pedágio em Jataizinho no ano de 1997, como um dos fatores que contribuíram para a intensificação das atividades comerciais em Assaí, tornando o deslocamento para Londrina menos acessível, motivando grande parte da população local e das cidades vizinhas a buscar no comércio assaiense a oferta de alguns bens e serviços mais diversificados.

Quanto ao setor secundário de Assaí, desde o ciclo do algodão predominavam as indústrias de descaroçamento e comercialização de algodão e beneficiamento do café. Em 1986 foi instalada na cidade a Unidade Industrial de Fios – FIAÇÃO representada na foto 04, pertencente à então Cooperativa Agrícola de Cotia, hoje Integrada Cooperativa Agroindustrial, cuja sede está localizada em Londrina.

**Foto 4** - Produção de fios – Fiação Integrada de Assaí.



**Fonte:** Rádio Líder AM (2012).

Quanto ao ramo industrial mais significativo, o metalmecânico, atualmente estão instaladas quatro unidades industriais na cidade, sendo que a Jumbo Indústria Mecânica, destaca-se no setor por ser a única que continuou a reinvestir seus lucros na expansão da produção industrial e no desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, possibilitando a inauguração de uma nova unidade no

ano de 2010, tais transformações no cenário industrial do município serão retratadas e discutidas no capítulo 3, porém já é possível perceber as mudanças socioeconômicas que o município de Assaí vem vivenciando. Os imigrantes japoneses tiveram papel importante na colonização do município, porém essa importância vem diminuindo nestas últimas décadas, como resultado de uma série de mudanças que o município e a sociedade vem passando. Com o objetivo de entender essas mudanças nos propomos a analisar o papel dos japoneses e seus descendentes em Assaí do ponto de vista de suas ações no território.

### 3 TERRITORIALIDADE JAPONESA DE ASSAÍ

Após analisarmos a ocupação do município de Assaí pelos japoneses, abordaremos neste capítulo as ações dos japoneses em Assaí, principalmente no que se refere a sua organização por meio de associação estruturada, fato esse que segundo Silva (2008) foi o ponto crucial na construção da territorialidade no município”. Apresentamos também os elementos que durante todo o processo de evolução do município garantiram aos imigrantes japoneses a territorialidade, tais como os monumentos, festas e influências socioeconômicas.

#### 3.1 A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E OS IMIGRANTES JAPONESES EM ASSAÍ-PR.

Conforme abordado no capítulo anterior e nos trabalhos de Silva (2008), Assaí é resultado do encontro de duas migrações: a japonesa e a interna brasileira, sendo os nordestinos expressão máxima desta última.

Silva (2008) aponta também que mesmo com a convivência entre estas culturas distintas, sempre houve uma hegemonia da cultura japonesa sobre a nordestina, o que segundo a autora se deu, sobretudo pelo apoio governamental na imigração de japoneses para o Brasil e pela organização dos migrantes no município.

Já os “não descendentes de japoneses, na grande maioria nordestinos, não contaram com nenhum apoio do seu governo, no caso o governo brasileiro, vindos para a região, tendo como objetivo trabalharem na colheita de algodão. (SILVA, 2008, p.70).

Desta forma, não sendo o foco dessa pesquisa a migração nordestina, nos focaremos na territorialidade dos imigrantes japoneses no município, uma vez que a mesma foi disseminada em diversos segmentos da sociedade.

Neste aspecto, o município de Assaí/ Paraná passa, desde os anos 1930 até os anos 1970, por uma permanente reorganização dos seus elementos culturais importados do Japão, reformando constantemente os seus traços de diáspora sem fechamento para o seu exterior originário. Assim, muitas dificuldades de se familiarizar e fixar com o novo foram superadas através das memórias do país deixado. Conseqüentemente, o município de Assaí durante seu auge foi denominado de ‘pequeno Japão paranaense’, em virtude de sua forte coesão cultural proporcionada pela organização em seu processo de ocupação e colonização (SILVA, 2008, p.63).

A territorialização japonesa, pode ser observada em várias áreas como: na educação, na organização das seções rurais, na estruturação física da cidade, nas construções e monumentos, nas festas típicas, na influência política, relevância econômica e pela disseminação do vocabulário e pratos típicos na cultura assaiense, sendo todos estes elementos representatividades da territorialidade dos imigrantes japoneses em um processo de colonização, conforme será possível observar nas fotos a seguir.

A educação foi a primeira forma de organização dos japoneses e espaço imprescindível para a prática e a preservação da cultura, por isso desde o início da colonização foram implementadas escolas específicas para japoneses que,

Com o seu poder de formação identitária, a escola tornou-se um ponto focal da cultura japonesa. Neste local se criou e manteve-se o acervo simbólico dos japoneses logo após a chegada. Além de suprir a necessidade de um suporte educacional geral, os membros da colônia criaram aqui um ambiente complementar a família, onde os costumes foram passados e enfatizados e a prática da língua materna incentivada, formando uma proximidade entre escola e família (SILVA, 2008, p.99).

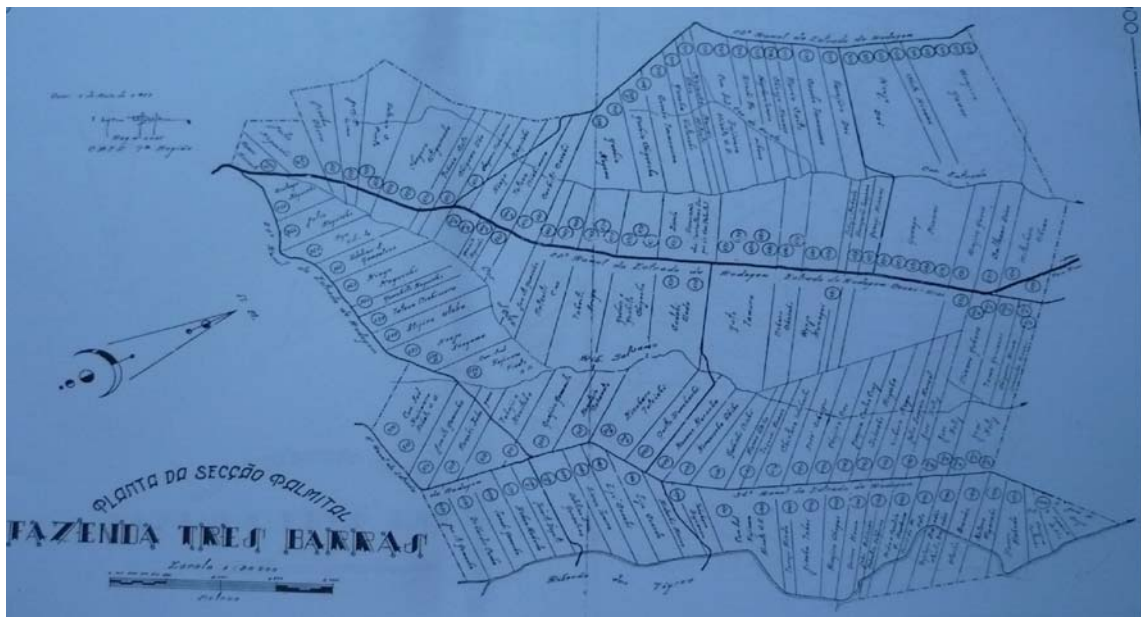
Para Asari (1992), a escola também funcionava como uma forma de controle social do grupo cultural, que preservava as relações sociais familiares e grupais em sua complexidade. Atualmente, tais escolas ainda existem em menor número, mas continuam com o objetivo de preservar relações socioculturais, mantendo a identidade de um grupo entre os mais jovens.

Na atualidade, além das escolas japonesas coordenadas por nipo-brasileiros sendo duas no total, o ensino da língua japonesa também é ofertado na rede pública de ensino, pelo projeto denominado CELEM – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas. Tal centro é uma ação da SEED –PR – Secretaria do Estado da Educação, desenvolvido no colégio Estadual Barão do Rio Branco, que anualmente atende aproximadamente 50 adolescentes, jovens e adultos, inclusive não descendentes de japoneses, o que permite um amplo alcance e uma incorporação da cultura japonesa em Assaí. Além de aulas de japonês, o projeto disponibiliza também em Assaí, aulas de espanhol. Tal interesse do estado do Paraná no ensino da língua japonesa em Assaí, representa uma das particularidades culturais no território assaiense, visando a manutenção e/ou a sobrevivência das territorialidades japonesas no município.

No que se refere ao planejamento de ocupação do solo, o plano de retalhamento do solo pela BRATAC em 1932, previa a criação de núcleos centrais urbanos e a subdivisão em bairros rurais ou seções com cerca de 2.904 hectares cada um. O modelo de assentamento foi dividido em seções, que por sua vez eram constituídas de subunidade de 4 a 5 famílias – denominadas kumi (grupo de vizinhos), com propriedades contíguas, sendo estas subunidades interligadas através de estradas rurais (ASSAI, 2012).

Em média, cada seção com cerca de 2.904 hectares era subdividida em lotes de 24.2 hectares, sendo característica desta divisão, lotes com uma frente estreita junto à estrada que seguia o divisor de águas e se prolongava até o fundo de vale. Sob esta configuração resolvia-se o problema de acesso e também a disponibilidade de água. Tal configuração pode ser no mapa 04, tendo como exemplo a Seção Palmital.

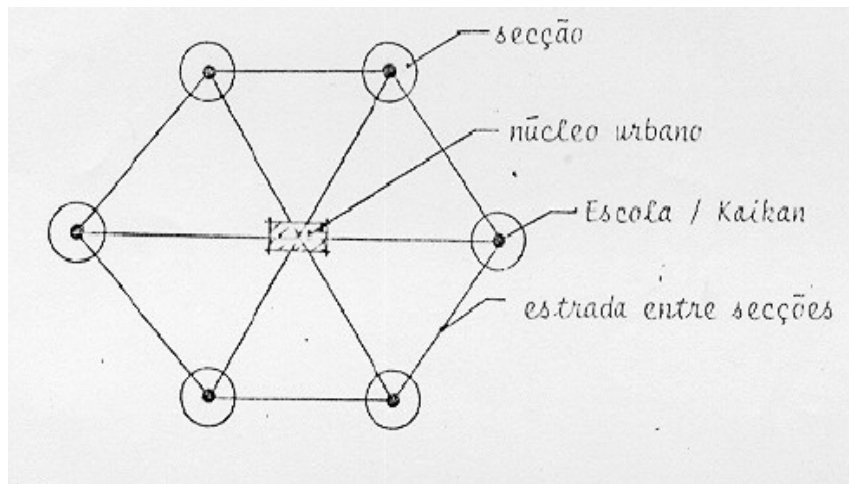
**Mapa 4 - Seção Palmital dividida em lotes.**



**Fonte:** LACA (2011).

Algumas seções de Assai foram planejadas pela BRATAC como por exemplo: Cabiúna, Cedro, Figueira, Palmital, Paineira, Bálsamo, Roseira e Peroba. (ASSAI, 2012). O esquema de organização e assentamento das seções rurais podem ser visualizados nas figuras 1, 2 e 3 a seguir.

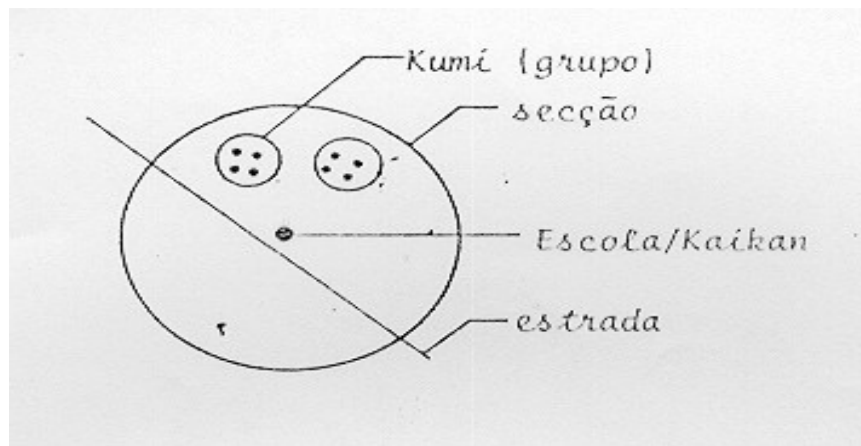
**Figura 1** - Modelo de assentamento nas seções rurais do município de Assaí



**Fonte:** Yamaki (apud ASSAÍ, 2012)

Na figura 01 o autor ilustra a forma de organização do assentamento nas seções rurais do município de Assaí e a relação de ligação que tais seções têm com o núcleo urbano.

**Figura 2** - Modelo de Organização das Seções rurais de Assaí



**Fonte:** Yamaki (apud ASSAÍ, 2012)

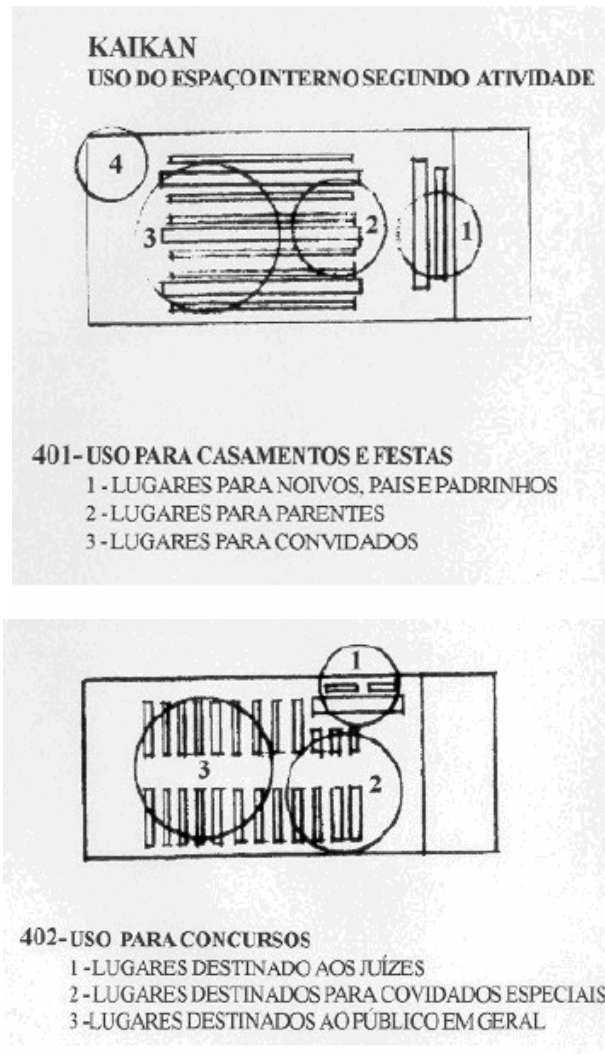
Observa-se na figura 02 que as seções tinham uma organização bastante particular tendo seus grupos denominados “*kumi*” (grupo de vizinhos). No município os *kumis* determinavam uma organização espacial, possuindo uma estruturação política hierárquica. Cada *kumi* possui um representante denominado “*kumichyo*” e um assistente, o “*hanchyo*”, que representam o *kumi* em reuniões de interesses da comunidade. Como os imigrantes tinham dificuldade na comunicação (língua) e na adaptação da cultura brasileira, os *kumis* tinham por finalidade uma



relação intra-étnica de solidariedade cultural e social. (HOSHINO, 2004 apud YAMAKI, 1997).

Cada kumi possuía um sistema interno de funcionamento, com distribuição de cargos e tarefas, com o objetivo de atingir e, mobilizar um maior número de pessoas de modo mais eficiente para a realização de suas atividades sociais e eventos. Nos kaikans (prédio/clube destinado a eventos, existe um procedimento no uso do espaço interno conforme observado na figura 03., como por exemplo: em casamentos, ocasião em que há uma distribuição espacial das famílias conforme o grau de parentesco, amizade e padrinhos, sendo que os noivos e pais ficam em local privilegiado, seguido dos demais parentes e convidados.

**Figura 3 -** Uso dos espaços do Kaikan.



**Fonte:** Yamaki (apud ASSAÍ, 2012).

Para a instalação de tais clubes agrícolas denominados “Kaikan”, existentes somente nas áreas rurais, a Companhia BRATAC, reservava uma área de 36,3 hectares em média, sendo tal área, na maioria das vezes, localizada no centro geográfico da seção, nos cruzamentos ou junto às estradas rurais principais, compondo como edificações principais as seguintes: *kaikan*, escola, a casa do professor e o campo para a prática de esportes.

Os edifícios da escola e do *kaikan* constituem a imagem da seção, sendo as construções que mais exteriorizam e carregam elementos arquitetônicos simbólicos nipônicos, como o telhado *irimoya*, que são coberturas com janela triangular treliçada, o *guenkan*, que são varandas ou alpendres que dão acesso à entrada na parte nobre da casa (sala), sendo considerado o “hall de entrada” restringindo-se à receber as visitas, os *ranma* que são elementos ornamentais presentes no “hall” de entrada, no caso, o *guenkan*, sendo um rendilhado de madeira que apresenta forma geométrica em sua composição e *onigawara* que consiste em elemento de cerâmica localizado no alto das empenas, tendo a função simbólica de espantar o mau-olhado (oni: diabo e kawara: telhas).

Mesmo com as diversas dificuldades enfrentadas pelos pioneiros, observava-se um desenvolvimento significativo do município. Em 1933, o Cônsul Geral do Japão no Brasil, Yuwataro Utiyama, em visita à região, escreveu uma carta parabenizando os colonos, manifestando-se admirado com os esforços daqueles que implantavam uma nova comunidade em plena mata virgem (SILVA, 2005), trabalho desbravador esse observado nas fotos 05, 06, 07 e 08 a seguir.

**Fotos 5 e 6 - Estruturação de Assaí no final da década de 1930.**



**Fonte:** LACA

Ao final de 1941, devido ao rendimento acima do esperado no plantio de algodão, tal cultura, tornou-se a maior fonte de riqueza do município, chegando a proporcionar a Assaí o título de maior produtor de algodão do Brasil, fazendo com que sua população chegasse a 30.000 habitantes. (ASSAÍ, 2005).

Desde 1940 até 1975, Assaí como qualquer região agrícola, teve sua fase áurea, a fase do café e a fase do “ouro branco”, o algodão. Em 1954, uma grande geada atingiu o norte do Paraná, e depois outras, em 1963 e 1975, fazendo com que a cultura do café fosse aos poucos sendo substituída pela cultura do algodão. (UTIAMADA et al., 2009).

**Fotos 7e 8 - Primeiras habitações no período de ocupação de Assaí.**



**Fonte:** LACA

Portanto as culturas do algodão e do café, em conjunto com a criação de organizações e mecanismos de ajuda mútua foram de vital importância para a consolidação da comunidade japonesa em Assaí.

Com base no que foi apresentado anteriormente, observa-se de forma bastante evidente as particularidades empregadas pelos imigrantes japoneses na ocupação do território em Assaí.

### 3.2 OS JAPONESES E A ASSOCIAÇÃO: O CASO DA LACA

A LACA – Liga das Associações Culturais de Assaí é o resultado da necessidade de organização e discussão dos nipo-brasileiros em realizar ações específicas para a manutenção da sua cultura no município, procurando garantir a sua transmissão às próximas gerações e difundir junto à comunidade local.

Segundo o estatuto social da LACA, registrado no livro A – 01 sob nº 77, aos 11 de setembro de 1968, e reformulação registrada em 23 de maio de 2003, a LACA é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, apolítica, sem distinção ao credo religioso, organizada em conformidade com a legislação do país, tendo sido fundada em dezesseis de dezembro de 1962.

A entidade tem por finalidade, promover e/ou fomentar e incentivar entre suas seções associadas, as atividades agropecuárias, esportivas, educativas, artísticas e culturais, beneficentes e filantrópicas.

Segundo Sato (2007), a existência das associações em Assaí está intimamente ligada a uma postura predominante no Japão, onde se valoriza a unidade, a harmonia social e a de grupo, sendo o sentimento coletivo um dos pontos fortes do modo de vida dos que moram em Assaí.

Devido à estrutura física existente e o bom relacionamento dos dirigentes da Igreja Budista em Assaí com os nipo-brasileiros, principalmente com os membros da LACA, o espaço físico da Igreja foi alugado para a associação, tendo sido então transformado na sede da LACA, sendo o salão denominado DOOBO, onde ocorre grande parte dos eventos da entidade.

A associação LACA, está filiada à Aliança cultural Brasil Japão do Paraná, entidade esta que tem por finalidade o desenvolvimento cultural, educacional, esportivo, beneficente e de assistência social, sem fins econômicos, sem distinção política, étnica e credo religioso, com sede social na cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná.

A LACA – Liga das Associações Culturais de Assaí, teve origem a partir da Colônia Três Barras, área que hoje corresponde ao município de Assaí. A Colônia, como já relatado anteriormente, foi dividida em seções de 2.904 a 3.388 hectares cada, cuja maioria recebeu nomes de espécies vegetais. As muras, como também já percorrido, foram subdivididas em lotes de 24,2 a 48,4 hectares, que eram

adquiridos conforme o poder aquisitivo das famílias. Como pode ser observado no mapa 05 as seções estão divididas em :

- Assaí: Seções Bálsamo, Central, Cebolão, Figueira, Jangada, Paineira, Palmital, Peroba, Guarucaia, Timbori e Cerro Leão.
- São Sebastião da Amoreira: Amoreira e Cabiúna.
- Santa Cecília do Pavão: Santa Cecília
- Jataizinho: Couro do Boi, São João, Jacutinga, Roseira
- Nova América da Colina: Cedro.

**Mapa 5 -** Divisão das seções rurais do município de Assaí na década de 1940.



**Fonte:** Paulo (2010).

No mapa 05, observa-se as seções e o municípios vizinhos que até os dias atuais, são filiadas à LACA, sendo elas: São Sebastião da Amoreira, Cabiúna, Cebolão, Cedro, Central, Figueira, Guarucaia, Jangada, Paineira e Palmital.

Uma das afiliadas mais atuantes na sociedade é a SAMA – Sociedade dos Amigos de Assaí, que abrange os associados da área urbana sendo

presidida por Luiz Shirai, que tem 49 anos de idade. É natural de Assaí. Tem dois filhos e ambos residem em Assaí, ainda são menores de idade e são estudantes.

A Seção tem 150 famílias associadas e realiza os seguintes eventos:

- Maio: *Bon odori*
- Junho: *Expoasa*, exposição de produtos agrícolas, acontece anualmente e é organizada em conjunto entre as entidades LACA e SAMA.
- Setembro: *Undokai*, evento esportivo que acontece entre as famílias associadas, ocorrendo uma gincana, com provas competitivas, como corridas e outras atividades físicas. As famílias são divididas por quadras onde residem, competindo quadras entre quadras.
- 3º Domingo de Setembro: *Keirokei* – evento com diversas atividades como canto, dança, tendo como público alvo as pessoas acima de 70 anos objetivando o atendimento à este público da melhor idade, homenagear e proporcionar uma alternativa de atividade de lazer e sociabilização.
- Dezembro: *Bonenkai*, evento de confraternização visando comemorar as conquistas, sejam coletivas ou individuais, obtidas no decorrer do ano.

O espaço físico da SAMA encontra-se em uma área na entrada da cidade de Assaí, contendo à disposição dos associados: salão de jogos, campo de tênis, campo de futebol, pista de atletismo, piscina para adultos e crianças e um salão de festas. Segundo o presidente Shirai, a entidade tem como projeto futuro a criação de uma academia e sauna para as senhoras associadas.

Um fato que difere a SAMA das demais seções se deve por ser a única associação que conta com mulheres presidindo departamento como: departamento de senhoras sendo elas responsáveis pelo planejamento e execução de atividades como por exemplo: venda de produtos alimentícios em festas de casamento: buffet, de artesanato entre outros.

A LACA está dividida em departamentos de uma forma bastante abrangente, sendo eles: departamento agropecuário; departamento de ensino da língua japonesa, oratória e demais atividades educacionais; departamento de jovens e shuyodan – formação de líderes jovens e adolescentes; departamento desportivo,

englobando: *atletismo*, *beisebol*, *softbol*, futebol, salonismo, tênis de mesa, sumô; departamento de *gatebol* & assistência geriátrica; departamento artístico e cultural, contendo as atividades de: canto, danças folclóricas; departamento de *Bon-Odori* e *taikô*; departamento de movimento social das senhoras e dos idosos; departamento de assistência filantrópica, de bem estar familiar e social; departamento de assistência médica preventiva e departamento de patrimônio.

É característico da Associação, que cada departamento seja coordenado por um associado e têm uma gama bastante diversificada de ações, tendo os eventos como a principal base de suas atividades, sendo a grande maioria abertos à toda comunidade.

No departamento agropecuário, o foco está no planejamento e execução do evento denominado “EXPOASA” – Exposição agrícola de Assaí, e acontece todos os anos no mês de junho, estando em sua 69<sup>o</sup> edição no ano de 2012; devido à sua importância ao discutir territorialidade em Assaí, a exposição agrícola será detalhada posteriormente, ainda neste capítulo.

Com relação ao departamento de ensino da língua japonesa e oratória, são desenvolvidos eventos anuais que têm como foco a preservação do ensino da língua japonesa, transmitindo de geração para geração a escrita e a oralidade da língua japonesa.

Neste departamento, acontecem todos os anos duas atividades: o concurso de oratória e karaokê entre membros associados da LACA e demais associações japonesas em competições em nível nacional e a caligrafia como concurso de desenho, caligrafia visando aprimoramento da escrita japonesa.

No concurso de oratória, são distribuídos no primeiro semestre do ano, nas escolas japonesas do município, associadas à LACA, pelos próprios professores, várias histórias em japonês e cantos, para que os alunos estudem e memorizem a forma correta da pronúncia em japonês, ocorrendo então no segundo semestre do ano, um concurso em nível local de oratória e *karaokê*, sendo os primeiros colocados, convidados a concorrer em nível regional e nacional através da Liga Aliança Brasil - Japão do Paraná.

Com relação ao departamento de jovens e *shuyodan* – formação de líderes jovens e adolescentes, tal evento, acontece todos os anos no mês de janeiro na sede da LACA, sendo uma atividade de três dias organizado pela própria entidade, com cantos, atividades esportivas, dança típica, palestras e reflexões



acerca da vida e da importância da valorização da família. Este evento é aberto para toda a comunidade jovem, independente de ser descendente ou não e conta com uma adesão bastante grande de não descendentes, em que segundo a LACA, os não descendentes chegam a representar cerca de quarenta e cinco por cento dos participantes do evento.

No que se refere ao departamento desportivo, o mesmo engloba várias atividades como o atletismo: em que a prática de atividades e participação em competições a nível nacional, estão divididas para atletas que representam o município nas competições nacionais, regionais e locais e atividades para não atletas que acontecem nos eventos denominados “*undokai*”. Estas últimas são atividades mais simples tendo como objetivo a interação social entre as famílias participantes e não a competição. Ainda no mesmo departamento acontecem os treinos de *softbol*, atividade esta criada como uma variação mais leve do *beisebol*, por isso tornou-se uma modalidade mais popular entre as mulheres. O *softbol* é um desporto semelhante ao *beisebol*, sendo as regras praticamente as mesmas. As principais diferenças entre o *softbol* e o *beisebol* são as dimensões da bola (maiores no *softbol*), as dimensões do campo (menor do que o de *beisebol*) e o tempo de jogo (que é de sete entradas no *softbol*, em vez de nove). Além disso, o lançamento no *softbol* é completamente diferente, tem de ser feito por baixo, junto ao quadril. Outras regras menos expressivas como o roubo de bases e a mecânica das substituições de jogadores também diferencia estas modalidades. Em Assaí a atividade é organizada pela associação e desenvolvida com membros de toda a comunidade independente de serem nipo-brasileiros ou não. Os treinos acontecem duas vezes por semana na quadra de treinamento da SAMA. Já os treinos de futebol de campo, acontecem no campo da SAMA – Sociedade dos Amigos de Assaí, entidade filiada à LACA, tendo como objetivo a prática de esportes e não a competição.

Já a prática do tênis de mesa, é uma atividade destinada aos associados da SAMA, afiliada à LACA, com treinos durante a semana, e nos finais de semana recebem um profissional especializado na modalidade para treinar os atletas da associação, tendo como objetivo participar de competições nacionais nesta modalidade.

Outra atividade que no momento está inativa devido à falta de recursos financeiros e adeptos à modalidade é o *sumô*. Esta atividade esportiva já



teve grande representatividade no departamento desportivo da LACA, tendo adeptos de várias seções e comunidades nipo-brasileiras de outros municípios como: Nova Santa Bárbara, Santa Cecília do Pavão e São Sebastião da Amoreira, é uma luta de competição japonesa, em que dois atletas (*rikishi*) competem num ringue circular (土俵 *dohyō*) onde o primeiro a tocar o chão com qualquer parte do corpo exceto os pés ou pisar fora do *dohyō* perde a luta. Um *rikishi* também perde a luta se aplicar algum golpe proibido. O sumô é bastante antigo e, apesar de ser um esporte, conserva rituais xintoístas.

No que se refere ao departamento de *gatebol* e assistência geriátrica, a associação recebe uma vez ao ano, a visita de médicos voluntários, encaminhados pela Aliança Cultural Brasil-Japão, tendo como objetivo orientar os membros idosos da associação nos cuidados com a saúde. Os departamentos de assistência filantrópica, de bem estar familiar e social; e assistência médica preventiva também participam deste dia de visita médica, sendo esta a única atividade deste departamento.

Com relação ao departamento artístico e cultural, são desenvolvidas ações como o canto: sendo realizado aulas de canto em japonês uma vez por semana às senhoras afiliadas da entidade; atividades de danças típicas da cultura japonesa também desenvolvidas pelas senhoras, tendo adesão apenas de nipo-brasileiras.

Um dos departamentos mais ativos da associação nos dias atuais é o departamento do *bon-odori* e *taikô* (no Japão feudal, *taikos* eram frequentemente usados para motivar as tropas, para ajudar a marcar o passo na marcha e para anunciar comandos e anúncios marciais. Ao se aproximar ou entrar no campo de batalha o *taiko yaku* (tocador de tambor) era responsável por determinar o passo da marcha, usualmente com seis passos por batida do tambor).

Uma vez ao ano realiza-se o evento denominado *bon-odori* que também devido à representatividade quanto territorialidade japonesa em Assaí, será detalhado a seguir, ainda neste capítulo. Já o *taikô* é composto por membros da LACA, em que devido ao incentivo dos mais idosos, a maioria dos participantes são jovens e crianças, que desenvolvem treinos semanais e apresentações em várias localidades do estado.

Com relação ao departamento denominado movimento social das senhoras e dos idosos, são desenvolvidas atividades como: aula de *ikebana*, que é em arranjo floral japonês que visa criar uma harmonia das flores com o ambiente, sendo as aulas ministradas uma vez por mês e destinada a nipo-brasileiros como forma de preservação da cultura japonesa; outra atividade desenvolvida pelas senhoras é a produção de alimentos tipicamente japoneses para serem comercializados em feiras organizadas por moradores de Assaí que acontecem todas as sextas-feiras denominada: feira da Lua.

E por fim, o departamento de patrimônio que tem como função cuidar de todos os pertences da associação, que vão desde livros antigos, novas publicações, equipamentos do taikô, cadeiras, mesas, som, equipamentos existentes na cozinha enfim, catalogando e acompanhando seu empréstimo e ou aluguel.

Ao analisar as atividades desenvolvidas até os dias atuais, pela LACA e suas seções afiliadas, mais especificamente a SAMA, observa-se que tais ações são elementos expressivos de territorialidade que marcam o território, criando uma relação simbólica com a cultura japonesa em Assaí.

Para Sack (apud HAESBAERT, 2005, p.6776 ):

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Ou seja, todas as ações promovidas pelos nipo-brasileiros e ou ações desenvolvidas no seu cotidiano, acabam por desenvolver uma territorialidade única para o município de Assaí.

### 3.3 TERRITORIALIDADE JAPONESA EM ASSAÍ

Quanto ao espaço urbano, ao construir suas casas, os japoneses procuraram reproduzir o estilo de construção existente em seu país de origem, como uma das diversas medidas que os mesmos tomaram para transformar a área em um pedaço do Japão, onde tais construções só foram possíveis devido à vinda de mestres carpinteiros japoneses – *daiku*, especializados em residências, por meio da

arquitetura de madeira produzida por tais mestres carpinteiros, no Norte do Paraná, tanto na zona rural quanto urbana.

Segundo Sato (2007, p. 19) os mestres carpinteiros deixaram em Assaí características arquitetônicas adaptadas a realidade e a cultura arquitetônica regional, sendo estas construções em madeira e possuindo uma tipologia local influenciada por elementos da arquitetura japonesa, marcando a influência nipônica, principalmente no século XX.

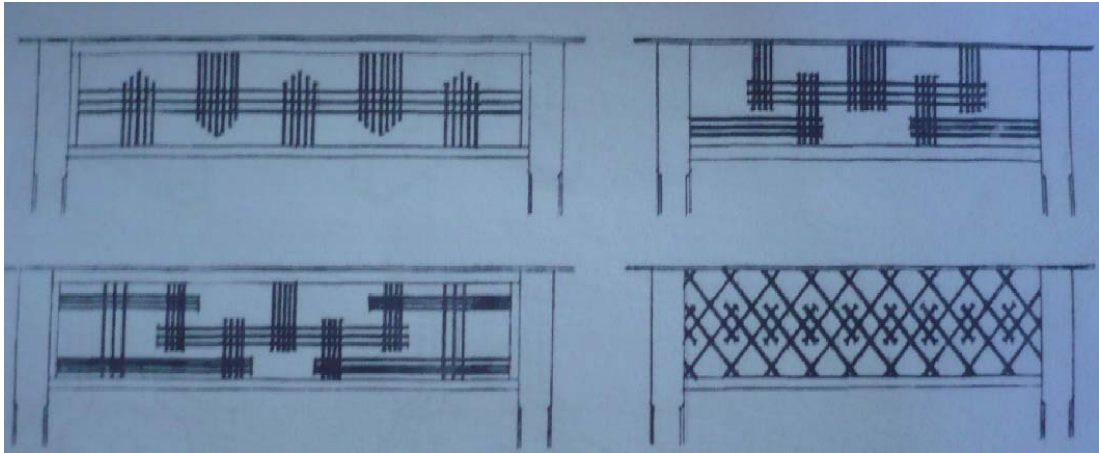
Ainda segundo a autora, no início, devido à grande parte dos imigrantes desenvolverem atividades agrícolas, foi na zona rural que surgiram as primeiras construções e o desenvolvimento da carpintaria japonesa, porém logo as construções foram aplicadas na área urbana, criando assim mais um elemento da territorialidade japonesa em Assaí através da arquitetura típica.

[...] no começo as construções em Assaí, não se utilizavam pregos, só sambladuras. Com o tempo vão sofrendo influências de outros carpinteiros da região e se adaptando a realidade local...[...] os imigrantes japoneses construíram suas casas, escolas e templos em madeira tanto na paisagem rural como na urbana, deixaram as suas marcas na arquitetura, suas casas são marcadas pelo simbolismo tanto na utilização do espaço interno como no uso de elementos ornamentais nas fachadas. (SATO, 2007, p.19).

As características arquitetônicas das casas estavam centradas nas riquezas dos detalhes arquitetônicos, elementos estes, detalhados por Sato (2007, p. 22):

- *Ranma*: elemento ornamental presente no “*hall*” de entrada, no caso, o *guenkan*. Constitui-se de um rendilhado de madeira que apresenta forma geométrica em sua composição. Feitas com técnica de encaixe e para facilitar o trabalho optaram por uma madeira macia como o cedro, conforme pode-se observar na figura 4.

**Figura 4 - Modelo de Ranma.**

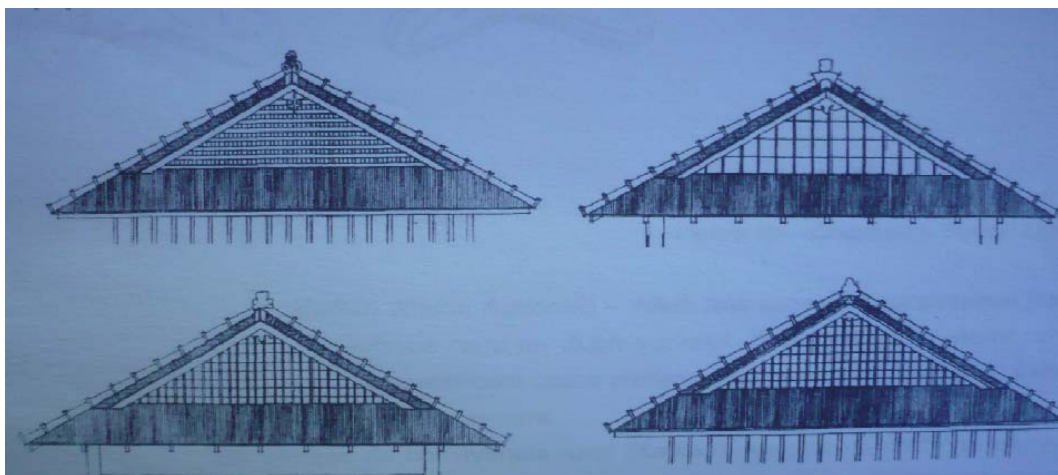


**Fonte:** Zanni (apud SATO, 2007).

- *Guenkan*: varanda ou alpendre que dá acesso à entrada nobre da casa (sala). É considerado o “hall de entrada” restringindo-se à recepção de visitas. Encontra-se sempre elevado devido ao alicerce de alvenaria e recebe o prolongamento das escadas. Na maioria das vezes estas escadas são de cor vermelha, cor muito utilizada por simbolizar a alegria e a sorte.

- *Irimoya*: cobertura com “janela” triangular treliçada. Geralmente a janela triangular precede o volume mais saliente da casa. Figura 05.

**Figura 5** Modelo de *Irimoya*

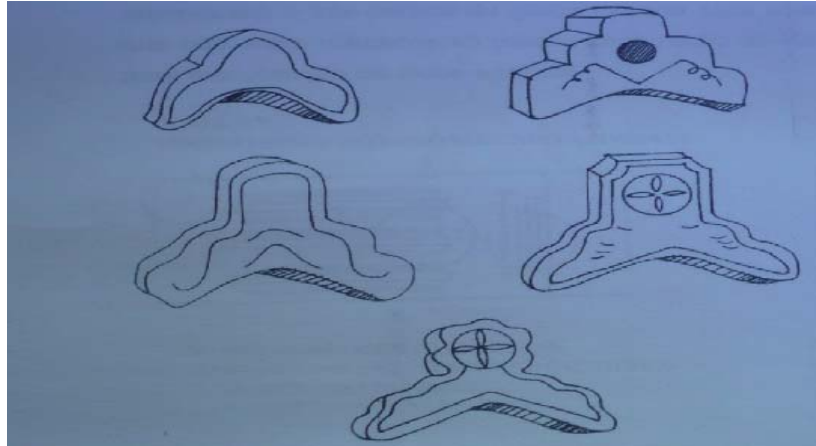


**Fonte:** Zanni (apud SATO, 2007)

- *Onigawara*: elemento de cerâmica localizados no alto das empenas. Houve uma adaptação nas casas verificando que a peça foi confeccionada em

cimento. Simbolicamente tinha função de espantar o mau-olhado (*oni*= diabo e *kawara*= telhas). Figura 6.

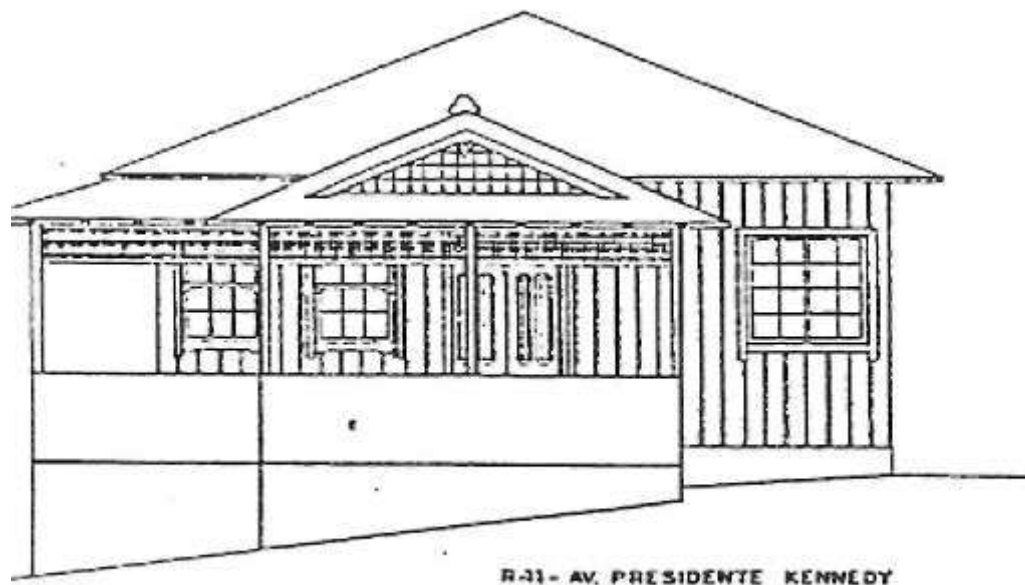
**Figura 6** - Modelo de *Onigawara*



**Fonte:** Sato (apud ZANNI, 1997).

Todos estes elementos citados acima, integram as particularidades da arquitetura japonesa das casas de Assaí. Ainda como forma de ilustrar estes elementos dispostos nas casas é possível observá-los na figura 07.

**Figura 7** - Modelo de casas de Assaí marcadas com características da arquitetura japonesa de Assaí.





**Fonte:** Yamaki et al (1995).

Esses traços característicos ainda podem ser observados na atualidade, em algumas casas da cidade (conforme foto 09) embora quase todas já tenham passado por uma reforma, tendo em vista que as mesmas foram construídas entre as décadas 1940 a 1960.

**Foto 9** - Casa típica da arquitetura japonesa construída em Assaí na década de 1940.



**Fonte:** Arquivos pessoais de Solange Nozaki.



Além de moradias, estão presentes em Assaí diversas edificações inspiradas na arquitetura e cultura japonesa, principalmente templos religiosos e construções públicas, como por exemplo o terminal de estudantes conforme observa-se na foto 10 a seguir.

**Foto 10** - Terminal do estudante utilizado por alunos de todo o município.



**Fonte:** DBcity.com (2012).

No acesso à cidade foi construído um portal no ano de 2004, cuja inspiração foi um dos elementos mais reconhecidos quando se refere ao Japão – o *torii* – conforme pode ser observado na foto 11, uma construção típica do xintoísmo, a religião nativa do país representando a entrada em território considerado sagrado. Quando construído em madeira, o *torii* geralmente é pintado de vermelho – segundo a tradição japonesa, tal cor tem o poder de espantar doenças. Também existem toriis feitos de rocha, bronze e outros materiais . O *torii* também é utilizado como ícone em mapas, indicando e facilitando a localização de santuários. (MADE IN JAPAN, 2011).

**Foto 11** - Portal de inspiração japonesa construído na entrada da cidade de Assaí.



**Fonte:** Avila (2012).

A mesma inspiração dos *toriis* e seu significado estão presentes na entrada de uma área de lazer pública da cidade, conhecida como “zerinho”, constituída por um lago, espaço para esportes e caminhada, utilizada como ponto de lazer pelos cidadãos assaienses. Foram colocados *toriis* nos quatro cantos do espaço público, para que os mesmos, assim como na entrada da cidade, representem os portais de recepção para os usuários e turistas que utilizam o espaço como área de lazer, conforme pode ser observado na foto 12 a seguir.



**Foto 12** - *Torii* presente no espaço público “zerinho” de Assaí.



**Fonte:** Ávila (2012).

Foi construído um centro de eventos na cidade, onde o *torii* também faz parte do mesmo, localizado na entrada do empreendimento, como pode ser observado na foto 13.

**Foto 13** - *Torii* que será o portal de entrada para o centro de eventos de Assaí.



**Fonte:** Ávila (2012).

A influência japonesa também está presente nos templos das religiões praticadas por japoneses e nipo-brasileiros, como o Templo Budista de Assaí e a igreja *Tenrikyo* Três Barras.

O templo budista (Foto 14), além de espaço para a prática religiosa também oferece aulas de japonês e outros cursos como *origami* (prática oriental de dobradura em papel), para crianças nipo-brasileiras. O templo também possui valor histórico e turístico, por ser o templo budista mais antigo do Paraná em atividade, sendo assim, recebe turistas e adeptos de todo o Estado e se destaca por sua distinta arquitetura, com elementos da arquitetura japonesa, dentre eles: o *ranma* (elemento ornamental) e o *irimoya* (cobertura com janela triangular treliçada), sendo que sua construção permanece ainda conforme sua configuração inicial, em madeira e em ótimo estado.

Foi inaugurada em 13 de outubro de 1948 e está localizada na Rua Petrópolis. Com trabalho árduo e ajuda dos fiéis, o monge Takanori Imai conseguiu trazer para o Brasil o sino de ferro diretamente do Japão, que foi transportado de navio durante meses e outra longa viagem até chegar a Assaí no ano de 1975, quando foi instalado no templo, juntamente com a mudança da família do monge para a cidade. (ASSAI, 2012).

**Foto 14** - Templo Budista - Assaí



**Fonte:** Avila (2012).



Outra construção representativa da arquitetura japonesa, pode ser observada na Igreja Tenrikyo Três Barras (foto 15), localizada na PR-090, próxima ao Centro de Eventos da Sociedade dos Amigos de Assaí - SAMA, tendo sido fundada em 26 de janeiro de 1950, tendo como condutor o reverendo Jijiro Watanabe e os conselheiros Haruhiko Kawada, Shinsuke Okamura e Kinjiro Inada. Sendo freqüentada essencialmente por japoneses, o templo é um dos mais bonitos e mais visitados de Assaí por sua história e elementos da arquitetura japonesa presentes na sua infra-estrutura.

**Foto 15** - Igreja *Tenrikyo* de três Barras - Assaí



**Fonte:** Assaí (2008).

Outro destaque da territorialidade japonesa em Assaí são as festas como: o *Bon-odori*, festival *Tanabata* e a Exposição Agrícola de Assaí – EXPOASA, sendo tais atividades vinculadas à cultura e comunidade nipo-brasileira e consideradas importantes dentre os eventos desenvolvidos no município.

O *Bon-Odori* (fotos 16 e 17) é originalmente um festival de origem chinesa, muito difundido no Japão, cujo objetivo é homenagear os antepassados mortos por meio de músicas alegres e danças, agradecendo a eles, por tudo que fizeram em vida. Geralmente é realizado após o por do sol, o que segundo a tradição japonesa prevalece a crença de que os espíritos somente saem a noite.

Em Assaí, a celebração do *Bon-Odori* acontece desde 1950, promovido pela Igreja Budista. O local da festa é enfeitado com *kentô* (lanternas coloridas) com nomes de pessoas falecidas ou apenas o nome da família. Cada família participante contribui com uma taxa a título de auxílio ao evento, sendo tal contribuição denominada *kifu*; isto é, a doação é voluntária e não há valor estipulado, sendo assim, todas as famílias contribuem conforme as suas possibilidades. A luz de cada lanterna simboliza a virtude e a sabedoria dos entes queridos falecidos, havendo participação de nipo-brasileiros e não descendentes.

Atualmente o *Bon-Odori* é realizado no mês de maio, no centro da cidade, por ocasião das comemorações do aniversário do município e na EXPOASA, ambos em caráter comemorativo e no mês de agosto ou novembro, com cunho cultural, sendo uma forma de homenagear os mortos em espaços mais restritos, como o auditório da LACA (PARANÁ, 2005).

**Foto 16** - Senhoras da LACA dançando no evento do *Bon-odori*



**Fonte:** Assaí (2012).

A vestimenta utilizada pelas senhoras na dança do *bon-odori* denomina-se *quimono* sendo uma vestimenta tradicional da cultura japonesa, usada por mulheres, homens e crianças.

Nos dias atuais, o *quimono* é, na maioria das vezes, usado em ocasiões solenes; sendo, confeccionado com tecido de seda e contendo estampas

coloridas quando o traje é feminino. Os quimonos masculinos são geralmente pretos. Os feitos de tecido de algodão são usados dentro de casa ou em festas locais como é o caso dos *quimonos* observados na foto 14.

No *Bon-odori* o *quimono* é utilizado na hora de se apresentar, em festivais.

**Fotos 17 -** *Bon-Odori* realizado anualmente na Avenida Rio de Janeiro em comemoração ao aniversário do município



**Fonte:** Assaí (2012) e Skyscrapercity (2009).

Outro evento bastante representativo e tradicional em Assaí é denominado: Festival *Tanabata* que é uma celebração de origem chinesa que se iniciou há mais de 4.000 anos, e que segundo a lenda, serve para retratar a história de amor entre uma princesa e seu amado que não puderam concretizar os seus sonhos. Essa festa foi introduzida no Japão a aproximadamente 1300 anos, enfeitando-se as ruas e passarelas com diversas esferas confeccionadas com papéis multicoloridos e tiras soltas ao vento, sustentadas em troncos de bambus. Nas ramagens dos bambus são amarrados diversos papéis chamados *tanzaku*, conforme pode ser observado na foto 18, contendo pedidos e promessas dos participantes do evento (PARANÁ, 2005).



**Foto 18 - *Tanzaku* com escritas de diversos pedidos.**



**Fonte:** Nipo cultura.com (2012)

Em Assaí, a festa iniciou-se em 1996, conforme podemos observar na fotos 19 e 20, mas nos últimos anos não tem sido realizada porque o evento era organizado pela LACA e a entidade, teve de priorizar outros eventos. Em razão do número de membros associados envolvidos não havia pessoas suficientes para a realização de todas as ações propostas pela entidade.

**Foto 19 - Festival Tanabata Matsuri em Assaí**



**Fonte:** Skyscrapercity.com (2011).

**Foto 20** - Festival Tanabata Matsuri em Assaí.



**Fonte:** Skyscrapercity.com (2009).

O evento mais importante para a comunidade nipo-brasileira, uma vez que aglutina outras comemorações e tradições japonesas é a Exposição Agrícola de Assaí, a EXPOASA (fotos 21 e 22). De acordo com Oguido (1988, p.130) é a mais antiga exposição do gênero no Brasil, sendo a primeira realizada em agosto de 1935.

Realizada tradicionalmente no mês de junho, desde 1943, a feira atrai milhares de pessoas. Para participação na EXPOASA os produtos como por exemplo: abóbora, uvas, lichias, entre outros, são selecionados por uma equipe técnica delegada pela LACA e ficam em exposição durante a feira, sendo retirados somente no último dia do evento. Há também exposição de carros, motos, implementos agrícolas, entre outros. Inúmeros visitantes prestigiam a exposição, para visita das mostras dos variados produtos cultivados no município de Assaí e selecionados conforme a qualidade e variedade de produtos, que vão desde produtos da agricultura local a produtos de artesanato. Há ainda apresentações artísticas e pode-se saborear pratos típicos da culinária japonesa como: *udon*, *sushi*, *sashimi* ou então participar dos entretenimentos destacados na feira como o *Bon-Odori* e *Matsuri Dance*, sendo o *matsuri dance* uma versão atual do *bon-odori*, com arranjos da música pop japonesa. (ASSAÍ-2011).



A apresentação dessas manifestações culturais é explicada por Dematteis (apud SAQUET, 2007, p 8.):

A materialidade do território exprime-se nas relações intersubjetivas derivadas, em última instância, da necessidade de produzir e de viver que, ligando os sujeitos humanos à materialidade do ambiente, provoca interações entre si, como membros de uma sociedade. O território, assim, resulta como conteúdo, meio e processo de relações sociais. Essas relações sociais que são, ao mesmo tempo, materiais, substantivam o território.

Este evento, assim como os demais organizados pela comunidade japonesa como: *Bon-odori* e *Tanabata*, proporcionam a interação entre as tradições da cultura japonesa e a comunidade assaiense em geral, por ser um evento aberto ao público e com atrações que vão desde uma dança tipicamente japonesa até a apresentação de uma dupla sertaneja, atraindo diversos tipos de público para prestigiar o evento.

**Foto 21** - Exposição de produtos agrícolas na EXPOASA. Como pode-se observar na foto os produtos expostos: mamão, amendoim, bucha e abóbora, são os melhores exemplares selecionados por uma comissão técnica.



**Fonte:** Skyscrapercity.com (2009).



**Foto 22** - Exposição de produtos agrícolas na EXPOASA, sendo os produtos na foto, trabalhados em forma de decoração.



**Fonte:** Assaí (2008).

Uma outra manifestação da influência dos nipo-brasileiros em Assaí encontra-se no campo da política. Nota-se que os imigrantes japoneses e seus descendentes desde a emancipação e organização do município de Assaí sempre estiveram presentes, seja pela atuação ou pelo apoio a representantes nas diversas esferas do poder. Ressalta-se que na década de 1940 esta foi restrita ou anulada por conta da Segunda Guerra Mundial (uma vez que o Japão lutava contra a aliança a que o Brasil apoiava, sendo aliado aos países do eixo Inglaterra, França e Estados Unidos e o Japão ser aliado da Alemanha e Itália ).

Somente alguns anos após a Segunda Guerra Mundial é que os japoneses puderam retomar a participação na vida política do país. Em 1947 acontece um fato político marcante: Antonio Kuya é eleito vereador, constituindo-se no primeiro nipo-brasileiro a ingressar na política brasileira. E a participação dos japoneses continuou a aumentar, uma vez que nas eleições municipais ocorridas em 1951, quatro das 11 cadeiras da Câmara Municipal de Assaí foram ocupadas por *nisseis* (filhos de imigrantes japoneses nascidos no Brasil): Luiz Yanaguisawa, Antonio Kuya (reeleito), Yutaka Hirayama e Jorge Shimba (OGUIDO, 1988).

Ainda segundo o referido autor, houve mais participações importantes de japoneses em outros segmentos da sociedade: em 1956 foi criada a

Associação Rural de Assaí, cujo presidente era Domingos Julião e o vice-presidente foi Antonio Ueno; a professora Kazuko Kumagai é nomeada diretora da Escola Normal Estadual de Assaí, tornando-se a primeira diretora *nissei* do Paraná; no mesmo ano Domingos Julião elege-se prefeito com apoio da colônia japonesa e Antonio Ueno e Luiz Yanaguizawa são eleitos vereadores; é criada a associação “Clube Simpatia”, presidido por Seiti Yokoyama. Mas, a representatividade política maior dos japoneses ocorre em 1962, quando “Antonio Ueno é eleito deputado estadual por Assaí [...] Ueno seria reeleito deputado federal mais cinco vezes, sempre pela região de Assaí” (OGUIDO, 1988, p.134-135).

Quanto à Prefeitura Municipal, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, quando os japoneses retomaram o direito de inserção na sociedade, quatro nipo-brasileiros foram eleitos prefeitos: Yoshihiro Nonomura (1977-1982), Sergio Yoshitomu Kian (1982-1983), Yoshinori Fucuda (1993-1996), Mario Sato (2001-2004) (LIMA, 2011).

Os japoneses sempre estiveram envolvidos nas decisões e intervenções políticas do município, uma vez que na observação de fotos de eventos municipais percebemos que os mesmos sempre são convidados a participar, representar a entidade em que atuam ou fazer pronunciamento. A territorialidade japonesa foi marcada pela presença de representantes de autoridades do governo japonês em Assaí, como observa-se na foto 23, em que Assaí recebe a visita de governantes de províncias do Japão, no ano de 1965, fortalecendo e trocando experiências entre os dois países, através de interação sobre boas práticas desenvolvidas no Brasil e no Japão.

Tais fatos permitem concordar com Saquet (2011), pois “a territorialidade corresponde às dimensões sociais do território, ou seja, as relações econômicas, políticas e culturais que os homens estabelecem entre si com sua natureza exterior”.

**Foto 23** - Visita de governantes de 5 províncias do Japão à Assaí 09/05/1965.



**Fonte:** Acervo LACA

Na foto 24 a seguir, observa-se a inauguração de um marco para a comunidade japonesa de Assaí denominado monumento aos pioneiros, localizado na área urbana do município e que até os dias de hoje encontra-se em destaque na sua área central. Na ocasião o homenageado foi Tomotadashi Ikeda, um dos pioneiros do município de Assaí.

**Foto 24** - Homenagem ao pioneiro Tomotadashi Ikeda.



**Fonte:** Acervo LACA.

Várias autoridades marcaram presença no evento de inauguração do monumento, dentre elas o então deputado estadual Antonio Ueno, eleito com expressiva votação de assaienses, conforme observamos na foto 25.



**Foto 25** - Deputado Antonio Ueno (à esquerda da foto) participando de evento de inauguração de monumento aos pioneiros.



**Fonte:** Acervo LACA

Em todos os eventos organizados pela comunidade nipo-brasileira em Assaí, a representação política se faz presente até nos dias atuais, sendo incorporados às ações oficiais do município, inclusive com a participação/discurso do responsável pelo poder executivo municipal, como se observa na foto 26 com a presença do então Prefeito José Carlos da Cruz no ano de 1999.

**Foto 26** - Abertura oficial do Bon-odori em Assaí 1999.



**Fonte:** Acervo LACA

A cultura japonesa em Assaí sempre foi valorizada por parte dos órgãos públicos em nível regional, estadual e nacional, manifestadas nas políticas de preservação da cultura local e desenvolvimento econômico. Um exemplo dessa política foi o 1º Fórum regional de turismo que foi realizado em Assaí no ano de 2006, tendo como foco a cultura japonesa, onde estavam presentes o consultor do Ministério do Turismo, poder público municipal, representante da LACA, Chefe da Paraná Turismo regional Londrina, Presidente da ADETUNORP – Agência de desenvolvimento turístico no norte do Paraná, UNOPAR – Universidade Norte do Paraná e Secretaria Estadual do Turismo e a palestrante Dra. Doris van de Meene Ruschmann. A palestrante, doutora em Ciências da Comunicação - Turismo, pela Universidade de São Paulo, docente e pesquisadora no Curso de Turismo - ECA/USP, publicou seis livros e coletâneas, além de capítulos de livros e artigos em revistas técnico-científicas no Brasil e Exterior sobre o tema planejamento e a sustentabilidade no turismo.

O referido evento teve como foco a importância de mecanismos de sensibilização comunitária e do planejamento para o desenvolvimento da atividade turística em uma determinada localidade e visava subsidiar os estudos para incentivar a atividade turística tendo como base as manifestações culturais japonesas.

Observa-se ainda que a territorialidade japonesa de Assaí é reconhecida em nível nacional, tendo em vista que, como pode ser observado na foto 27, o município foi convidado pelo presidente das comemorações IMIN 100 na Câmara dos deputados em Brasília, para veicular em rede nacional, as fotos dos imigrantes japoneses na colonização do município, tendo como objetivo auxiliar nos preparativos do centenário da imigração japonesa que aconteceu no ano de 2008, sendo então, todos os imigrantes japoneses no Brasil, simbolicamente representados e homenageados por meio dos assaienses.

**Foto 27 -** Sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem aos 99 anos da imigração japonesa no Brasil, veiculação a nível nacional de fotos de Assaí.



**Fonte:** Assaí (2012)

Alguns empreendimentos públicos também tem recebido nomes de patronos japoneses, seja por homenagem à personalidade, seja pela representatividade que o mesmo exerceu na sociedade assaiense, por doações de lotes ou contribuições financeiras e intelectuais à mesma, como o espaço público “Parque Ikeda” doado à comunidade através do poder público municipal (foto 28), o “Viaduto Eitaro Ikeda”, homenagem realizada pelo governo estadual a um dos pioneiros de Assaí, localizado próximo ao pedágio de Jataizinho, o Ginásio Kingo Koguishi, ao lado do Ginásio Municipal de Assaí, dentre outros.



**Foto 28** - Parque Ikeda, espaço público de lazer em Assaí.



**Fonte:** Assaí (2012).

São atribuídos também nomes de japoneses que tiveram destaque em vida ou que foram importantes em determinado segmento da sociedade; ao levantarmos dados a esse respeito observamos a relevância dos migrantes japoneses e seus descendentes na vida da cidade, por conta do número de homenagens atribuídas a tais personalidades, cujo exemplo mais claro está no nome das ruas da cidade. Assaí possuía em 2009, 143 ruas e 29 delas receberam o nome de um migrante ou descendente japonês, (ASSAÍ, 2012), ou seja para cada quatro ruas, uma é batizada com um patrono japonês, sendo eles de diversos segmentos da sociedade e que tiveram de alguma forma, uma participação relevante através de suas atividades no município, como professor, vereador, pioneiro; enfim, evidenciando assim a representatividade da territorialidade japonesa em Assaí, conforme pode ser observada na relação a seguir e no mapa em anexo:

- Chácara Akagui;
- Rua Ver. Akaro Hirayama;
- Rua Akira Furukawa;
- Rua Dr. Carlos Yoshio Kato;
- Rua Genachi Azuma;
- Rua Hakaro Hirayama;

- Rua Haruo Nakashima;
- Rua Haruo Yoshitomi;
- Rua Heige Akagui;
- Rua Ver. Hideo Kamazaki;
- Rua Hikohei Shimba;
- Rua Jerônimo T. Minamihara;
- Rua Ver. Jorge Shimba;
- Rua Ver. José Shimba;
- Rua Kaito Ussui;
- Rua Katoshi Minami;
- Rua Mario Toshio Tagata;
- Rua Mitsugi Ohara;
- Rua Miyuki Saito;
- Rua Morimoto;
- Rua Riichi Tatewaki;
- Rua Prof. Sadamu Kudo;
- Rua Shozo Kawasse;
- Rua Prof. Tadashi Kikuti
- Rua Takamitsu Uno;
- Rua Takeshi Kubo;
- Rua Tetsuya Imagawa;
- Rua Tomotada Ikeda;
- Rua Utaro Katsuda

A influência japonesa também está presente na culinária, na qual muitos condimentos japoneses foram incorporados ao dia-a-dia das famílias como o Ajinomoto (tempero em pó a base de sal) o *shoyu* (molho de soja), o macarrão de *udon* e o *hondashi* (tempero à base de peixe). Pratos típicos também são muito apreciados, principalmente o *yakissoba* (composto por legumes e verduras juntamente com o macarrão e algum tipo de carne), o *udon* (macarrão a base de farinha de centeio), *sushi* (prato típico da culinária japonesa, tendo como técnica a conservação da carne de peixe em arroz avinagrado) e o *sashim*( é uma iguaria da culinária japonesa que consiste de peixes e frutos do mar muito frescos, fatiados em pequenos pedaços e servidos apenas como algum tipo de molho no qual ele pode ser mergulhado). Estes pratos são amplamente consumidos sobretudo nas feiras



que acontecem nas sextas-feiras na cidade, onde uma parcela da população se dirige para apreciar a culinária japonesa. Aos domingos é possível comprar outros produtos japoneses na feira que acontece no centro da cidade, além dos mesmos serem vendidos na maioria dos mercados da cidade.

A seguir apresentamos uma construção de bastante representatividade para a territorialidade japonesa em Assaí, que foi iniciada no ano de 2007: a construção de um Castelo Japonês<sup>2</sup> (foto 29).

O empreendimento foi idealizado por uma ação conjunta que envolveu a LACA – Liga das Associações Culturais de Assaí, na qualidade de associação representativa da comunidade nipo-brasileira em Assaí, Poder executivo e legislativo municipal, visando, homenagear os migrantes japoneses que foram responsáveis pela colonização de Assaí. Objetiva ainda destacar o que Assaí tem de história no que se refere à cultura japonesa e que pode ser observado não só na memória fotográfica dos migrantes, mas em objetos conservados pelas famílias nipo-brasileiras, e que serão entregues ao museu que está sendo implementado no interior do castelo. Por fim, visa através da história dos japoneses de Assaí, dos objetos, das atividades cotidianas e da infra-estrutura típica existente, implementar a atividade turística no município. Esta atividade já vem sendo estudada e planejada desde o ano de 2001 através de estudos, planejamento, sensibilizações e esclarecimentos sobre a mesma, sempre que possível com a participação da comunidade local, buscando então, por meio da atividade turística a complementação e ou aquecimento da economia local.

O castelo encontra-se na fase de construção do terceiro pavimento, que foi viabilizado com recursos do governo federal através de emenda parlamentar disponibilizada pelo deputado federal Alex Canziani através do Ministério do Turismo.

Este projeto ousado, só está sendo possível de implementação, através das parcerias firmadas com instituições e pessoas físicas que pretendem deixar esta territorialidade da cultura japonesa tão marcante, como um legado para as futuras gerações, sendo a comunidade, nipo-brasileira ou não, pois todos que em

---

<sup>2</sup> O empreendimento custará aproximadamente R\$ 4 milhões e contará com três pavimentos, no térreo ter-se-á: lojas de souvenirs, salão de festas e sede da LACA, no segundo pavimento: o museu histórico de Assaí e no terceiro pavimento: o restaurante com vista panorâmica, onde será servido comida típica japonesa. Terá uma área construída de aproximadamente 1.400 m<sup>2</sup> sendo o terreno uma concessão de uso realizada pela Prefeitura Municipal à LACA A construtora responsável pela obra é a Tekenge, com sede em Londrina-PR.

Assaí residem já tem ciência das tradições e costumes da cultura japonesa. Desta forma, a afirmação de Saquet (apud FRAGA, 2011, p.45), “os indivíduos que interagem, de modo especial, cultural e economicamente, e são essas relações que condicionam, que correspondem à territorialidade ou às territorialidades”, mostra-se adequada ao caso assaiense.

Devido à magnitude do projeto e a representatividade do mesmo, observado como complemento junto às demais atividades e manifestações presentes no município, apresentaremos a seguir, de maneira mais detalhada as ações já desenvolvidas com relação a este projeto, que pode vir a ser um marco para a multiterritorialidade em Assaí.

**Foto 29** - Maquete do castelo japonês em Assaí



**Fonte:** Assaí (2012).

Várias reuniões de sensibilização com a comunidade nipo-brasileira foram realizadas, objetivando sanar as dúvidas e analisar as considerações de todos acerca do projeto do castelo. Na foto 30 observamos a primeira reunião organizada pelo então prefeito municipal Michel Ângelo Bomtempo e o Presidente da LACA,

Cairo Koguishi, tendo como objetivo a sensibilização dos membros/dirigentes da LACA acerca do projeto.

**Foto 30** - Prefeito Michel Angelo Bomtempo e dirigentes da LACA para sensibilização sobre castelo japonês no ano de 2007.



**Fonte:** Assaí (2012).

Após a sensibilização e aceite dos dirigentes da LACA, foram realizadas reuniões com toda a comunidade de nipo-brasileiros de Assaí interessada no projeto, visando esclarecer a todos sobre a importância do projeto como um marco para a comunidade de Assaí, conforme pode ser observado na foto 31.

**Foto 31** - Apresentação de projeto do castelo para a comunidade.



**Fonte:** Assaí (2012).

Os japoneses também se sensibilizaram com a proposta da construção de um castelo japonês em Assaí. A JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão na pessoa de seu técnico, o paisagista japonês Hiroshi Kawashimo, enviado ao Brasil para assessorar a construção de um genuíno jardim japonês dentro do complexo do Parque do Japão em Maringá – PR, cuja inauguração, estava prevista para 2008, após conhecer a proposta e também saber que o mesmo dependia de profissionais voluntários, devido à não disponibilização de recursos financeiros para a elaboração e execução do projeto, se dispôs a analisar o terreno e toda a simbologia que deve ser observada para a realização de tal construção, confeccionando assim uma maquete em apenas três dias do futuro castelo de Assaí (foto 32).

**Foto 32** - Paisagista Kawashino idealizador da maquete do castelo japonês de Assaí.

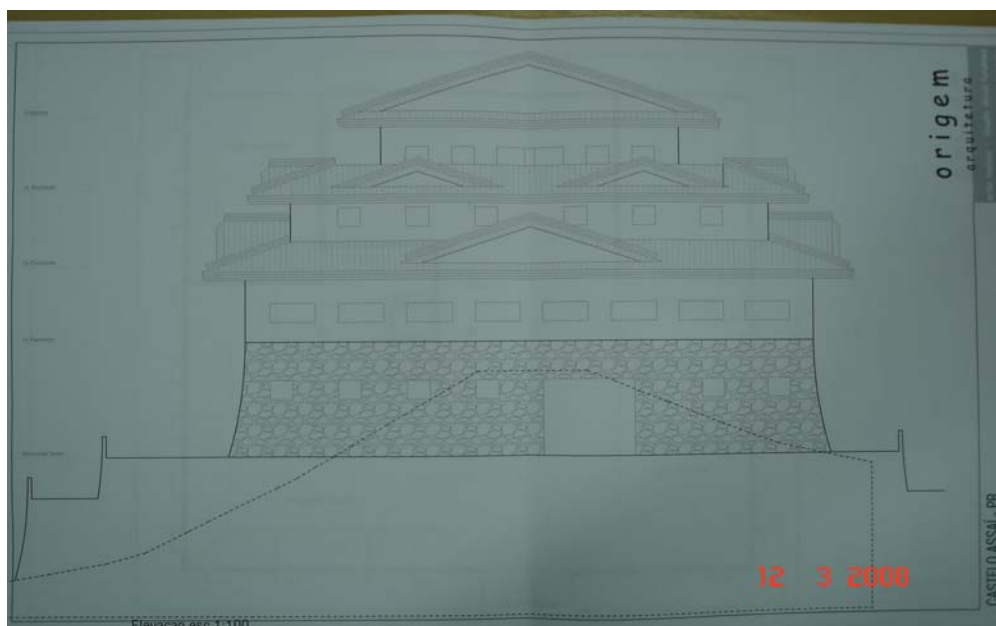


**Fonte:** Assaí (2012).

Posteriormente, várias parcerias também foram firmadas com nipo-brasileiros ex-moradores de Assaí, como é o caso dos profissionais responsáveis pelo projeto arquitetônico do castelo, o arquiteto Shizuo Furukawa e a arquiteta Erica Hoshino, empresários responsáveis pela empresa denominada Origem Arquitetura, que se disponibilizaram a elaborar o projeto arquitetônico do castelo, conforme pode-se observar na foto 33 e demais projetos como: estrutural, hidráulico, elétrico, entre outros.



**Foto 33** - projeto arquitetônico da parte frontal do castelo, elaborado pela empresa ORIGEM ARQUITETURA.



**Fonte:** Assaí (2012).

Outra parceria firmada em prol da construção do castelo, foi com o Instituto Hyogo de Curitiba, onde se localiza atualmente a Câmara de Comércio e o Instituto Cultural e Científico Brasil-Japão, que se comprometeu à buscar ajuda técnica e divulgar no Japão o empreendimento. (foto 34).

**Foto 34** - Membros do Instituto Hyogo e Prefeitura Municipal de Assaí firmando parceria com relação a construção do castelo japonês em Assaí.



**Fonte:** Assaí (2012)

A Secretaria de Estado do Turismo do Paraná também se colocou a disposição do projeto do castelo, com apoio institucional, porém a ação mais efetiva foi do governo federal, mediante ação do Ministério do Turismo em Brasília, onde representantes da LACA e poder público municipal participaram da reunião da bancada do Paraná na definição do orçamento para o ano de 2008, conseguindo o direcionamento de emenda parlamentar do Deputado Federal Alex Canziani através do Ministério do Turismo para o projeto do castelo. Esta ação foi comemorada com os representantes do projeto do castelo (LACA e Prefeitura Municipal) e a então Ministra do Turismo Marta Suplicy, conforme podemos observar na foto 35.

**Foto 35** - Parceria com Ministério do Turismo para a construção do castelo japonês em Assaí.



**Fonte:** Assaí (2012).

Após a divulgação da imprensa local e regional, inclusive com repercussão no Japão sobre a construção do primeiro castelo japonês no Brasil, e as notícias transmitidas aos parceiros por parte do paisagista Kawashimo (responsável

pela elaboração da maquete), o poder executivo municipal juntamente com a LACA, recebeu a visita de técnicos da JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão, que vieram, com o objetivo de divulgar no Japão esta iniciativa em homenagem aos nipo-brasileiros de Assaí e região (foto 36).

**Foto 36** - Prefeito Municipal de Assaí, repórter e técnico de filmagem da JICA e membros da LACA em entrevista sobre o castelo para a imprensa japonesa.



**Fonte:** Assaí (2012).

Seguindo a tradição japonesa, foi proposto pela LACA uma cerimônia de lançamento da pedra fundamental do castelo, visando abençoar a construção através das tradições do Budismo. A cerimônia contou com a participação de autoridades locais e parceiros. É possível observar através da foto 37 a participação da comunidade assaiense no evento.



**Foto 37** - Participação da comunidade local no lançamento da pedra fundamental.



**Fonte:** Assaí (2012)

Observa-se na foto 38 a integração de todas as representatividades municipais e parceiros, no lançamento da pedra fundamental do castelo.

**Foto 38** - Deputado Federal Alex Canziani, Presidente da LACA, vereador, pioneiro, presidente do Instituto Hyogo e Prefeito Municipal.



**Fonte:** Assaí (2012).

Através da foto 39, a seguir, é possível observar o estágio da construção do castelo, que está sendo edificado no ponto mais alto da cidade, sendo que a construção vem de encontro com a necessidade de firmar a multiterritorialidade japonesa em Assaí como forma de atrair turistas para o município.

**Foto 39** - Construção do castelo japonês em Assaí no ano de 2011.



**Fonte:** Assaí (2012).

É importante ressaltar que apesar de várias dificuldades existentes na manutenção da cultura, a territorialidade japonesa ainda é bastante relevante, prova disto é o logotipo em comemoração aos 80 anos de emancipação do município.

Visando comemorar de forma democrática 80º aniversário do município de Assaí, a Prefeitura Municipal promoveu um concurso entre alunos de ensino fundamental e médio, visando criar e definir o logotipo e slogan desta data festiva, que será realizada em maio de 2012. Ao final do concurso foi escolhido entre os jurados presentes, que representavam diversos segmentos da comunidade e profissionais de marketing, um logotipo que contém a simbologia japonesa através de elementos da territorialidade japonesa presentes em Assaí, como o *torii*, a culinária, entre outros, conforme poder ser observado na figura 05.



## **4 O CAMINHO PARA UMA NOVA TERRITORIALIDADE NIPO-BRASILEIRA EM ASSAÍ**

Após discutirmos a formação e a hegemonia da territorialidade nipo-brasileira no município de Assaí a partir da sua organização e da ação dos mesmos nos diversos segmentos da sociedade, apresentamos uma análise das alterações na sua territorialidade na atualidade, uma vez que diversos processos socioeconômicos influenciaram a permanência e as ações dos mesmos no município, conforme será discutido a seguir.

### **4.1 ALTERAÇÕES NA TERRITORIALIDADE NIPO-BRASILEIRA EM ASSAÍ**

Embora o trabalho de Silva (2008) aponte para uma territorialidade da cultura japonesa em Assaí, na realidade, a mesma vem sofrendo alterações nesses últimos anos, uma vez que diversos processos contribuíram para a diminuição do contingente de descendentes de migrantes no município, surgindo dificuldades na manutenção da cultura e no afloramento da cultura nordestina, dentre outros.

A população de japoneses e/ou descendentes que já chegou a ser superior a 50%, atualmente não ultrapassa 15% (Cabral, 2009). Isso aconteceu por conta de diversos, conforme aponta Almeida (2011, p.141):

Um conjunto de processos antagônicos influencia a dinâmica populacional de Assaí: de um lado a fase de estabilidade vivida pela cidade atualmente, manifestada pela oferta de empregos na indústria e no comércio, a infraestrutura (escolas, faculdade, serviços diferenciados, moradia) é um fator de atração de população de outras pequenas cidades em processo de estagnação econômica; por outro lado a estrutura social da cidade não supre as aspirações da população jovem graduada em diversas áreas (nutrição, farmácia, odontologia, direito, fisioterapia, engenharias e outros) e que não encontram espaço para exercício de seus ofícios na mesma, obrigando-os a buscarem em centros maiores tal espaço, como Londrina, Curitiba ou outros estados do Sudeste ou Centro-Oeste do país.

Desta forma, com um menor percentual de descendentes japoneses, sobretudo os mais jovens, fica cada vez mais difícil para as associações implementarem medidas de preservação da cultura, uma vez que menos nipo-

brasileiros estão sendo expostos à cultura japonesa, mas ao contrário, estão internalizando hábitos e costumes brasileiros, já que segundo Almeida (2011) grande parte desses jovens estão mudando-se para cidades médias e grandes do Paraná e outros estados para estudar e/ou trabalhar.

Outro segmento em que houve uma diminuição da presença dos nipo-brasileiros é na produção agrícola. Como não existem levantamentos específicos dessa atividade no município, fizemos um levantamento do número de associados à maior cooperativa do município, que até a década de 1940 era denominada Cooperativa Cotia, e que depois extinção passa a ser denominada Integrada, contando até a década de 1960 com mais de 500 cooperados, dos quais mais de 90% eram japoneses e/ou nipo-brasileiros.

Atualmente, a cooperativa agora denominada Integrada Cooperativa Agroindustrial, possui 595 cooperados, dos quais apenas 36% são japoneses e/ou nipo-brasileiros. Essa diminuição no número de cooperados japoneses e/ou nipo-brasileiros, segundo o analista de crédito da empresa Claudemar Jacob ocorreu porque parte dos cooperados trocou a atividade agrícola por atividades comerciais nos centros urbanos, outros foram para o Japão e também houve um aumento de produtores rurais não descendentes, ex-funcionários de famílias japonesas que após anos de trabalho conseguiram comprar sua própria propriedade rural.

Os nipo-brasileiros também perderam espaço na política, sendo Mario Sato o último prefeito descendente a gerir o município de 2001 a 2004. Quanto à Câmara Municipal, atualmente há apenas um vereador descendente, Paulo Hara, entre os nove eleitos na última eleição municipal.

Outro fator que contribuiu para perda de territorialidade japonesa no município foram as mudanças econômicas recentes. O município a partir da década de 1990 mudou de uma economia essencialmente agrícola - segmento onde tradicionalmente os nipo-brasileiros detinham a hegemonia das terras, uma vez que os mesmos foram os pioneiros na ocupação – para o desenvolvimento industrial, um processo recente, comandado essencialmente por agentes não japoneses, deslocando a hegemonia do poder até então centralizada nos grandes produtores agrícolas japoneses e/ou nipo-brasileiros, para agentes capitalistas das indústrias, articulando grande parte das atividades do município aos seus interesses (ALMEIDA, 2011)

Neste contexto iniciou-se outra etapa de desenvolvimento de Assaí,

manifestado na expansão da produção industrial no setor metalmeccânico, que produz peças metálicas para diversas indústrias, mediante investimentos locais e transferências de outras unidades produtivas. Processo esse articulado à transferência da Atlas Schindler <sup>3</sup> de São Paulo para Londrina, que permitiu à Jumbo<sup>4</sup> tornar-se uma de suas fornecedoras de peças para os elevadores produzidos pela transnacional. Esta empresa foi responsável também pela intermediação, através de seu proprietário e do poder público local, em viabilizar a transferência de outras fornecedoras de peças e implementos da Atlas Schindler para Assaí.

Estão instaladas quatro unidades industriais do setor metalmeccânico na cidade, sendo (quatro delas) fornecedoras da Atlas Schindler. A Jumbo Indústria Mecânica, destaca-se no setor por ser a única que continuou a reinvestir seus lucros na expansão da produção industrial e no desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, possibilitando a inauguração de uma nova unidade no ano de 2010.

Associado a esta dinâmica, destaca-se uma gestão pública articulada aos interesses do setor industrial metalmeccânico, através da política de isenções fiscais, doação de terrenos, investimentos e incentivos na qualificação de mão-de-obra para o setor, dotação de infraestrutura e outras medidas, buscando fortalecer o setor ainda em desenvolvimento em Assaí.

Devemos levar em consideração que essa série de medidas puderam ser implementadas de forma mais abrangente pelo fato do prefeito da cidade ser um dos sócios da Jumbo Indústria mecânica em seu segundo mandato, e ter sido o vice-prefeito da gestão anterior. Essa relação estreita entre o público e o privado foi o que possibilitou ações efetivas para o desenvolvimento da especialização industrial no município (ALMEIDA, 2011, p.167).

O que permite tais ações da gestão pública não é o fato do prefeito municipal ser um dos proprietários da maior metalúrgica da região, mas um conjunto de ações de gestões anteriores, que na busca de vencer as guerras fiscais entre municípios, para conseguir a instalação de novas indústrias, desde a década de 1990, vêm implementando políticas públicas nesse segmento. O destaque foi o atual

---

<sup>3</sup> Atlas Schindler é uma empresa integrante do Grupo Schindler, que conta com mais de 130 anos de atuação em todos os continentes. No Brasil, a empresa conta com duas fábricas instaladas, em Londrina e São Paulo, e um parque fabril planejado para a exportação de equipamentos de transporte vertical principalmente para a América Latina. Com mais de 2500 técnicos e 150 Postos de Atendimento em todo Brasil, a empresa também oferece serviços de manutenção e modernização de equipamentos, que prevê a atualização tecnológica e estética de elevadores, escadas e esteiras rolantes. (site Atlas Schindler)

<sup>4</sup> Jumbo – Indústria Mecânica Ltda, é uma empresa especializada na fabricação de escada rolante, tratamento térmico e fabricação de peças de até 300 toneladas, sendo em sua maioria peças para empresas de mineração e para usinas hidrelétricas. (WWW.jumbotti.com.br).

prefeito municipal manter as articulações da gestão pública e o emergente nicho de mercado gerado no município.

Ainda segundo Almeida (2011), o desenvolvimento industrial contribuiu com uma série de transformações na vida socioespacial de Assaí, o que permitiu que uma parcela maior da população não japonesa, por meio das rendas de salários da indústria pudesse se inserir como cidadãos e consumidores na mesma

O desenvolvimento do setor metalmeccânico também tem contribuído para outras transformações sociais e espaciais da cidade: a mesma apresentou uma expansão física a partir da abertura de novos loteamentos, conjuntos habitacionais e um condomínio fechado; houve uma intensificação das atividades comerciais, marcada pela ampliação e diversificação na oferta de produtos mais diversificados, além de diversos equipamentos e implementos agrícolas. A prestação de serviços também foi ampliada, com a expansão dos serviços médicos de várias especialidades, implantação de polos de educação superior à distância, posto de atendimento do INSS e escolas particulares de ensino fundamental e médio técnico (ALMEIDA, 2011, p.168).

Essa nova realidade, associada ao fato da atual gestão pública ter vínculos afetivos com descendentes de nordestinos, permitiu que se formasse uma territorialidade, cujo expoente máximo é a festa nordestina. A festa foi criada em 2005 e acontece anualmente no município, a fim de celebrar a cultura nordestina, tão relevante para a sociedade assaiense, uma vez que seguido pelos nipo-brasileiros, representa uma parcela da identidade cultural de Assaí. A festa é organizada pela Prefeitura Municipal, no centro de eventos da cidade, onde são montadas barracas com comidas e bebidas típicas, venda de artefatos típicos e literatura de cordel, além de shows com cantores e músicas nordestinas, além de apresentações culturais, como o teatro de mamulengo, uma espécie de teatro de marionetes típicas do nordeste e o tradicional forró, conforme pode ser observado na foto 40.



**Foto 40** - Festa nordestina em Assaí.



**Fonte:** Assaí (2011).

O referido evento, marca de forma expressiva esta nova multiterritorialidade presente em Assaí, em que os eventos e tradições da cultura japonesa acabam dando espaço à outras culturas como é o caso da nordestina.

#### 4.2 PERSPECTIVAS DA ATUAL TERRITORIALIDADE JAPONESA EM ASSAÍ

Entendida por Haesbaert (2004), como as relações de domínio, apropriação do espaço, a territorialidade japonesa ocupou até meados da década de 1990 posição de destaque, porém tal realidade vem se modificando sendo então imprescindível compreender tal processo para o entendimento do município de Assaí e o atual papel dos migrantes japoneses e seus descendentes na vida do mesmo.

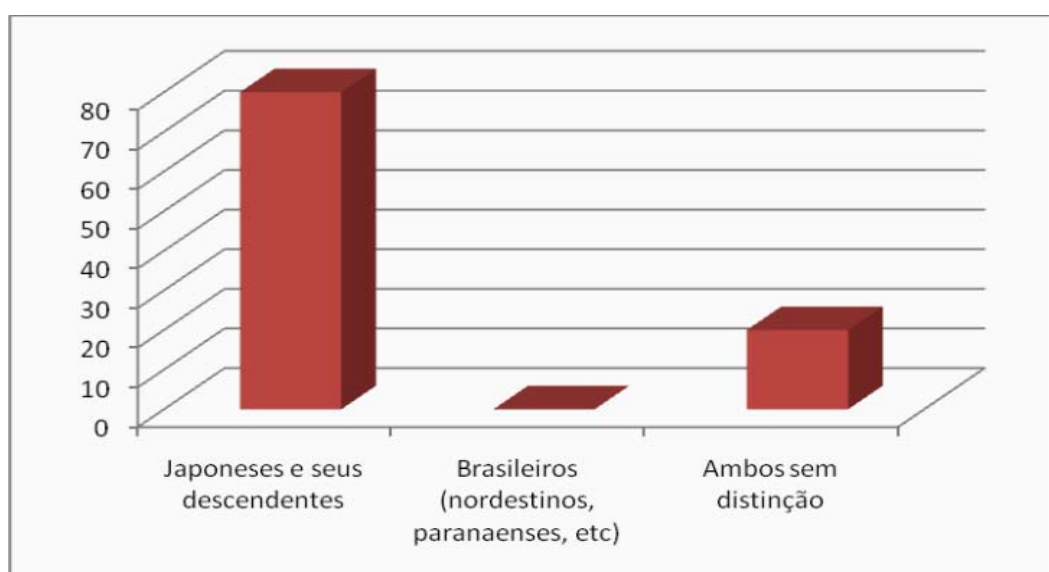
Conforme apontamos no item anterior, diversos processos socioeconômicos vêm se apresentando em Assaí, gerando uma série de transformações no município (ALMEIDA, 2011), inclusive na influência socioeconômica e cultural dos nipo-brasileiros. Por tratar-se de um fenômeno recente, ainda não estudado ou contemplado nas pesquisas existentes que abordam Assaí. Neste item, nosso estudo foi feito a partir de entrevistas e questionários



realizados com japoneses e nipo-brasileiros, a fim de entendermos a atual territorialidade japonesa a partir da perspectiva dos mesmos<sup>5</sup>.

Questionamos quem eram os responsáveis pela organização socioeconômica do município de Assaí no período de 1930 a 1990, com o objetivo de verificar se todos têm a consciência de sua contribuição para a construção do município, e 80% dos entrevistados confirmaram a importância dos japoneses no processo de estruturação do município, conforme podemos observar no gráfico 2.

**Gráfico 2** - Principais responsáveis pela organização do município de Assaí décadas de 1930 a 1990.



**Org.:** Cibelle Tagawa Ávila.

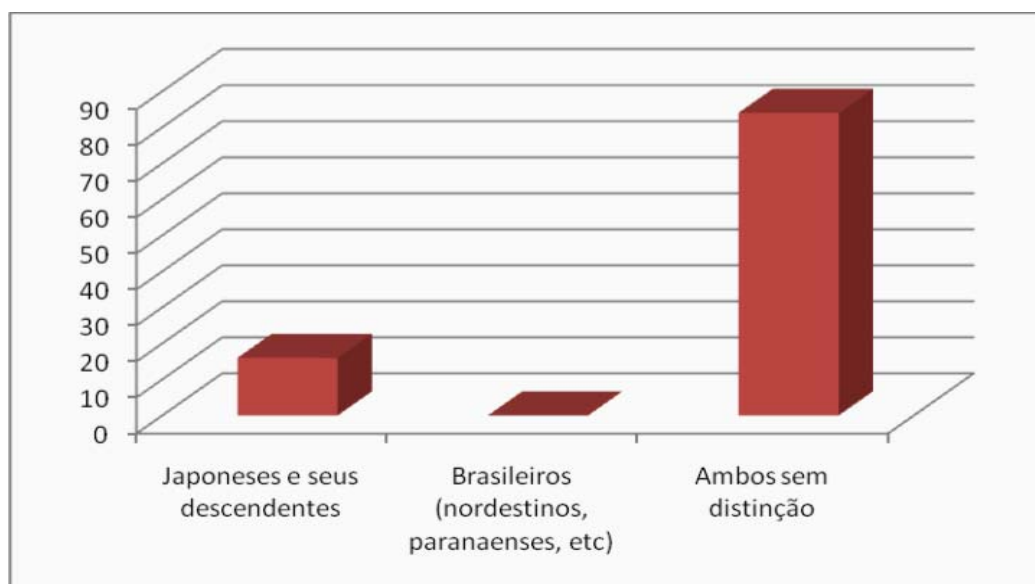
Questionamos também sobre quem seriam os principais responsáveis pela organização socioeconômica do município na atualidade, tendo como objetivo, verificar se os mesmos percebem as mudanças na ação dos nipo-brasileiros referente ao dia-a-dia da comunidade assaiense. Neste caso, nossa abordagem foi confirmada, conforme pode ser observado no gráfico 03.

Desta forma, podemos entender que é evidente que a territorialidade dos japoneses no município de Assaí já não é a mesma das observadas no período de 1930 a 1990, uma vez que os próprios japoneses e nipo-brasileiros reconhecem que os demais grupos da sociedade assaiense contribuem para a organização do

<sup>5</sup> Foram entrevistados 100 japoneses e nipo-brasileiros do município de Assaí que atualmente exercem atividades na sociedade, tais como professores e alunos, comerciantes, familiares de pioneiros e políticos.

município, apontando para o que Haesbaert (2005) define como multiterritorialidade em detrimento de uma territorialidade hegemônica dos nipo-brasileiros existente até então.

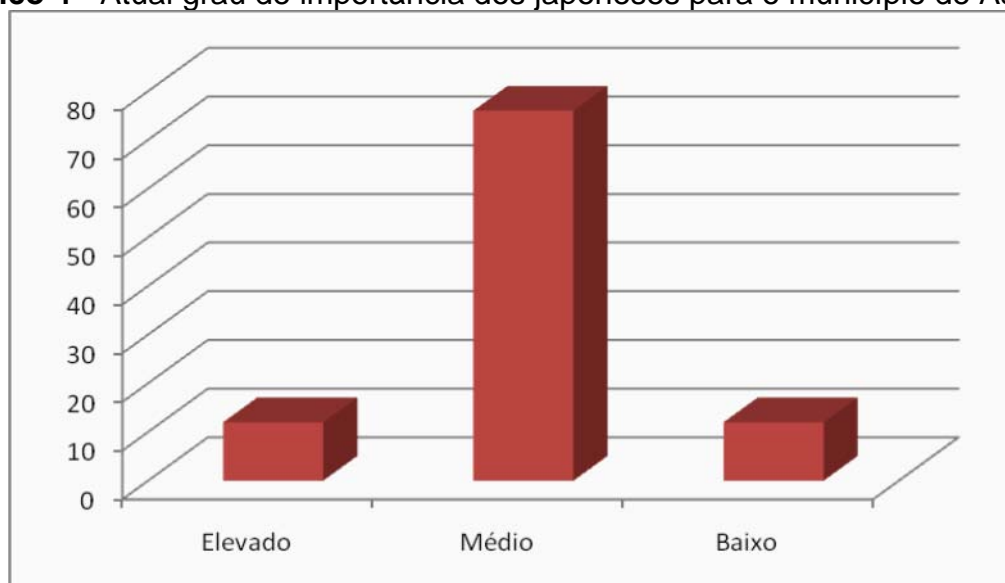
**Gráfico 3** - Principais responsáveis pela organização do município de Assaí atualmente.



**Org.:** Cibelle Tagawa Ávila.

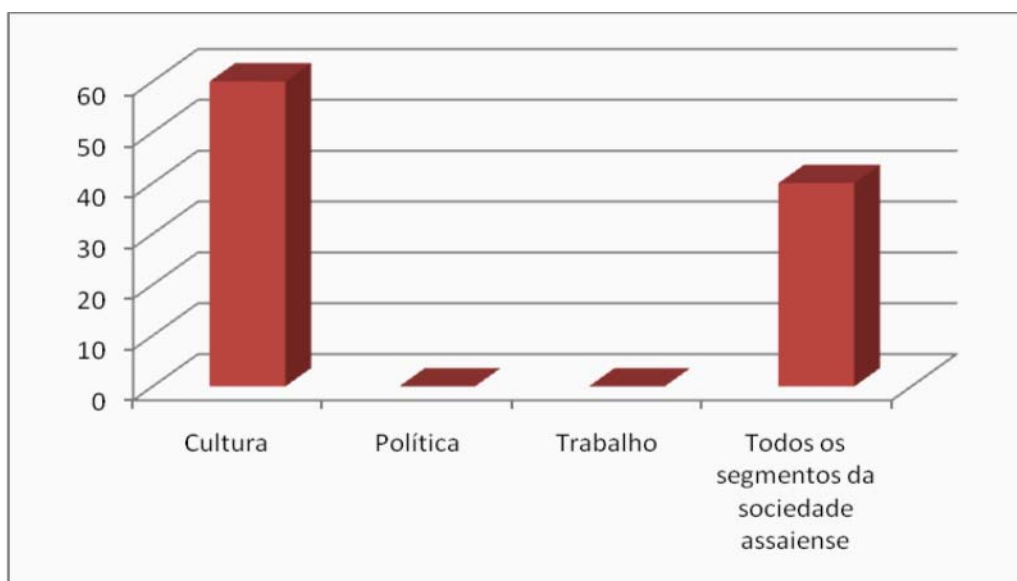
Questionamos também o atual grau de importância dos japoneses e nipo-brasileiros para a vida do município de Assaí e novamente pudemos perceber que os mesmos reconhecem a diminuição de sua hegemonia, uma vez que a maioria (76%) considera “médio”, ou seja a comunidade japonesa já não é a determinante nas ações do dia-a-dia do município, conforme podemos observar no gráfico 04.

Entendemos que ao caracterizar como “médio” a importância dos japoneses para a vida do município, os mesmos demonstram que a presença e sua atuação na sociedade já não é tão intensa, uma vez que até a década de 1970 era evidente a presença e participação dos mesmos na sociedade, ao serem maioria na agricultura, nas atividades comerciais e também pela influência socio-política.

**Gráfico 4** - Atual grau de importância dos japoneses para o município de Assaí

**Org.:** Cibelle Tagawa Ávila.

Questionamos também sobre qual seria a maior contribuição dos japoneses e nipo-brasileiros para o município de Assaí, buscando diagnosticar se sua contribuição reflete em determinado segmento da sociedade ou em todos, e obtivemos um resultado interessante: os japoneses e/ou nipo-brasileiros, demonstraram as duas perspectivas, embora a idéia de que o legado japonês está presente em todos os segmentos da sociedade tenha sido mais recorrente (60%), e 40% dos entrevistados acreditam que a contribuição dos japoneses e nipo-brasileiros, restringe-se somente às atividades culturais (gráfico 05). Podemos entender que estes 40% são os nipo-brasileiros mais jovens que atualmente percebem a participação dos nipo-brasileiros nas festas e eventos típicos da comunidade japonesa, uma vez que as ações políticas, econômicas e sociais estão mais restritas, conforme apontamos no capítulo anterior.

**Gráfico 5** - Contribuição dos japoneses para o município de Assaí.

**Org.:** Cibelle Tagawa Ávila.

A entrevista enquanto ferramenta de pesquisa, também foi utilizada como forma de diagnosticar a territorialidade japonesa em Assaí na atualidade, referente à área rural, sendo os presidentes das seções rurais, nossos entrevistados. Participaram da pesquisa as seções: São Sebastião da Amoreira; Cabiúna; Cebolão; Cedro; Central; Guarucaia; Jangada e Paineira.

Iniciaremos nossa explanação pela seção denominada São Sebastião da Amoreira, localizada a 18 km da área urbana de Assaí, sendo esta seção, presidida por Souza Koguishi, lavrador, nascido em Assaí, na seção Palmital, residindo em São Sebastião da Amoreira há 10 anos.

Koguishi tem quatro filhos, sendo um do sexo masculino, que trabalha no sítio com o pai, e três do sexo feminino, sendo que uma delas reside em Londrina e trabalha na Copel, outra é veterinária e atualmente reside no Estado do Mato Grosso. A caçula se mantém no sítio com os pais.

Segundo Koguishi, a seção possui 36 famílias associadas e ainda mantêm os seguintes eventos: Undokai, o concurso de canto e as aulas de nihongô (ensino da língua japonesa).

O *Undokai* é um evento organizado entre os moradores da seção, quando são promovidas olimpíadas locais, com competições esportivas entre os moradores da seção, sendo que as famílias competem entre si. Este evento tem o objetivo de socialização e confraternização entre os membros da seção.

Já o concurso de canto, no idioma japonês conta com competições individuais em categorias que vão desde o infantil até os idosos, quando são observados quesitos como oralidade, qualidade da voz, afinação, pronúncia correta do idioma. Os vencedores de cada categoria recebem premiações de incentivo.

O *nihongakko* é a escola onde são oferecidas aulas do idioma japonês aos associados que tenham interesse.

Koguishi afirmou ainda ter o desejo de que a cultura japonesa seja mantida, porém, não sabe como promover tal ação. Nota-se que de acordo com Sposito (2008), a comunidade e sua história é a base para a construção da identidade, e por consequência, tal identidade no que se refere à Assaí, está intimamente ligada ao processo de imigração japonesa. De forma contrária, também esta comunidade é a responsável por buscar manter as tradições e cultura, mas no caso de Assaí, torna-se uma missão bastante difícil, tendo em vista a falta de pessoas mobilizadas e com disponibilidade para tal ação.

Já com relação à seção Cabiúna, localizada na área rural do município de Assaí, há uma particularidade pois a seção está localizada em uma área rural que abrange dois municípios, ou seja, parte pertence ao município de Assaí e outra parte ao município de São Sebastião da Amoreira, sendo o Presidente da seção Cabiúna, Luiz Hiroshi Watanabe. Como o presidente não estava presente no momento da entrevista, o vice presidente, Mário Hirakuri se dispôs a nos atender.

O entrevistado tem 62 anos e sempre residiu na seção Cabiúna. Tem quatro filhos, sendo que nenhum deles se manteve no sítio, dois deles residem em Maringá, um apenas estudando e o outro, também trabalhando. Um terceiro filho mora em Londrina e trabalha na Empresa Brasil Sul e o último está trabalhando no Japão, caminho trilhado por muitos nipo-brasileiros nas últimas décadas.

A seção Cabiúna possui 36 famílias associadas e ainda mantém o *Undokai* como evento da comunidade.

Segundo o entrevistado, a cultura japonesa deve ser mantida, acreditando que o caminho para tal, seja a realização de eventos artístico/culturais promovidos junto às comunidades local e regional. Acredita ainda que é possível manter as tradições, mas não sabe especificar como fazê-lo.

A estratégia sugerida pelo entrevistado na busca da manutenção da cultura japonesa em Assaí, pode ser confirmada por Sack (apud HAESBAERT, 1997) como uma forma de manutenção da cultura japonesa tendo em vista que

“territorialidade é uma estratégia dos indivíduos ou grupo social para influenciar ou controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área”. Na formação da territorialidade algumas estratégias podem ser planejadas para a preservação das culturas locais, podendo então, a elaboração de eventos, conforme sugerida por Hirakuri, ser uma das estratégias na busca de uma territorialidade japonesa em Assaí.

Outra seção entrevistada através de seu presidente Paulo Takashi Kanematsu, foi a seção Cebolão, sendo que Kanematsu reside na seção Cebolão desde o ano de 1958. O presidente tem quatro filhos, sendo que apenas um deles continua morando no sítio do pai, os demais se mudaram. Uma filha reside em Cambé, atuando como professora, uma terceira mora em Assaí e o quarto filho está morando no Japão, fazendo intercâmbio. Ressalta o entrevistado que a esperança estava nos jovens moradores da seção, mas que os mesmos saíram em busca de grandes centros urbanos para morar e estudar.

São apenas três famílias associadas e a seção não promove nenhum tipo de evento artístico ou cultural.

Diante deste cenário, observa-se conforme Sposito (1996), que o processo de modernização e urbanização provoca rupturas no tecido social e traumas culturais. Assim, a territorialidade japonesa passa a não ser expressiva na seção em questão.

Kanematsu acredita que as tradições referentes à cultura japonesa devem ser mantidas, mas, também, não soube apontar caminhos para se alcançar tal resultado.

A próxima seção entrevistada foi a seção Cedro, representada pelo presidente Celso Oshima, que reside desde 1959, sendo natural de Nova Fátima-PR.

Tem dois filhos e nenhum deles mora na seção. A filha está em Londrina, fazendo curso pré-vestibular e o filho reside em Itú, no estado de São Paulo.

São oito famílias associadas, que ainda procuram manter as tradições. Realizam o *Undokai* com o apoio da Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, sendo que este evento já acontece há 65 anos na seção, porém se restringe a participação destas oito famílias.

A seção também participa de concurso de canto interagindo com outras seções como: seção Cabiúna, Palmital, São Sebastião da Amoreira, Paineira, Bálsamo e Figueira, tentando através destes eventos integrados, manter a tradição dos concursos de canto desenvolvidos em Assaí desde a década de 1940 e assim fortalecer a territorialidade japonesa destas seções, através de eventos integrados como é o caso do concurso de canto.

Outra seção entrevistada foi a seção Central sendo o presidente Mário Utsunomia o atual presidente; o mesmo tem 61 anos e está na seção Central desde 1950. É natural da cidade de Assaí, tem três filhos, dos quais, um mora em São Sebastião da Amoreira e dois moram em Assaí e trabalham com Informática. O mesmo não informou quantos associados possui a seção devido não saber precisar o número, afirmando que não realizam atividades entre os seus moradores, apenas participam de atividades como associados da LACA.

Uma característica que o diferenciou dos demais entrevistados é que, ao contrário dos entrevistados anteriores, não tem nenhuma expectativa em manter vivas as tradições da cultura japonesa devido a falta de interesse dos jovens em dar continuidade às atividades da comunidade japonesa, uma vez que percebeu que a maioria deles acaba desvinculando-se de Assaí ao sair da casa dos pais para estudar ou trabalhar em outros centros urbanos. Tal posicionamento do entrevistado frente a manutenção da cultura japonesa na seção Central, exibe características de multiterritorialidade, onde o presidente já não busca alternativas de manutenção da cultura japonesa.

Expectativas semelhantes ao presidente da seção central Utsonomia, demonstra o entrevistado da seção Guarucaia, Roberto Ueno, casado, sendo natural de Assaí e residente na seção há 53 anos, exercendo a atividade de agricultor.

A seção possui oito famílias associadas e assim como a Seção Central, não realiza nenhum tipo de atividade entre os moradores da seção.

O entrevistado demonstrou durante entrevista, não ter expectativas de manter viva as tradições da cultura japonesa. Acredita que esta perda das tradições é resultado da falta de comprometimento da Prefeitura na realização de parcerias, pois o mesmo acredita que o papel de preservação da cultura japonesa cabe ao poder público e não à seção Guarucaia.

Observa-se que o presidente Ueno transfere ao poder público municipal a responsabilidade pela manutenção da cultura japonesa, sendo que os

próprios nipo-brasileiros, que são os maiores interessados na preservação da cultura japonesa, já não se preocupam mais, ficando assim, cada vez mais evidente, a multiterritorialidade acontecendo em Assaí.

A seção seguinte a ser entrevistada foi a Jangada na pessoa do presidente Luiz Hakui, que reside na seção desde 1956, sendo natural de Assaí e atualmente conta com 64 anos de idade. Tem dois filhos e nenhum deles mora na seção. Um deles mora em Londrina, sendo estudante da Universidade Estadual de Londrina e o outro reside em Assaí, também estudante universitário em Londrina, com deslocamento diário.

A seção possui seis famílias associadas e assim como a maioria das seções entrevistadas, não realiza nenhuma atividade artístico/cultural entre os moradores da seção. Hakui ressaltou que somente há moradores na seção com mais de 50 anos de idade e se preocupa muito com a escassez de jovens na seção. Não acredita que se possa manter vivas as tradições da cultura japonesa somente com os moradores que lá residem.

E por fim, a última seção entrevistada foi a Paineira na pessoa do conselheiro Issamo Sakuma, tendo em vista que o presidente Júlio Hara estava ausente.

Sakuma nasceu no Japão e está na Seção há 65 anos, desde 1946 e tem 77 anos de idade. Têm oito filhos, dos quais, nenhum mora na Seção, um deles é agricultor na Seção Paineira e os demais residem em outras cidades. Um deles é agrônomo e mora em Curitiba; outro, mora em Londrina e trabalha na empresa Bratac de Fiação; quatro residem em Londrina, sendo um empresário no ramo de panificação, outro possui uma casa lotérica e uma filha concilia casa e filhos. Dois filhos estão em São Paulo – SP, uma filha administra a casa e filhos e o outro filho de Sakuma é empresário do ramo plástico. O último filho é metalúrgico e está, atualmente trabalhando no Japão.

A Seção possui 36 famílias associadas e 13 delas ainda permanecem residindo na seção. O Sr. Sakuma afirmou que as famílias estão mudando-se das Seções por falta de segurança.

Ao contrário dos entrevistados anteriores, o então conselheiro possui uma visão bastante otimista quanto a necessidade da preservação da cultura japonesa, porém acredita que se deve envolver os jovens nos cargos de direção para que estes se sintam responsáveis pela manutenção das Seções.



Como evento cultural, a Seção realiza o *Undokai*, em que mesmo sendo apenas um evento, realizam todas as ações de maneira conjunta e visam a preservação da cultura através desta atividade.

Assim como a maioria dos entrevistados, o entrevistado não tem expectativas quanto a na manutenção das tradições da cultura japonesa, pois não tem a esperança de que os jovens venham a ter interesse pela administração e conseqüentemente ocupar cargos de diretoria na seção, uma vez que os mesmos tiveram oportunidade de estudar e ao ingressarem na faculdade, acabaram mudando-se de Assaí, quebrando vínculos com a cidade e perdendo sua cultura. Afirmou ainda que a solução para o resgate da cultura local está em designar jovens para liderar as seções. O entrevistado também acredita que os mais velhos deveriam, ao longo de 10 anos, ir transferindo a responsabilidade e suas experiências para os mais novos para que durante esse processo, os mesmos estivessem preparados para liderar.

Pode-se observar que em todas as entrevistas a perda de identidade com a cultura japonesa é evidente, sendo que em algumas seções, tal fato é mais evidente e expressivo do que outros, porém a multiterritorialidade pode ser observada de forma representativa entre as associações nipo-brasileiras que ainda sobrevivem em Assaí e região.

#### *4.2.3 Os resultados das entrevistas com os Presidentes das Seções e seus descendentes.*

Conforme pode ser visualizado pelos gráficos e tabelas a seguir e já descritos no relato das entrevistas, a grande maioria dos presidentes das seções são idosos, a quase totalidade de seus filhos reside em outros municípios e possuem outras profissões não voltadas à agricultura.

**Quadro 1 - Idade dos Presidentes de Seção**

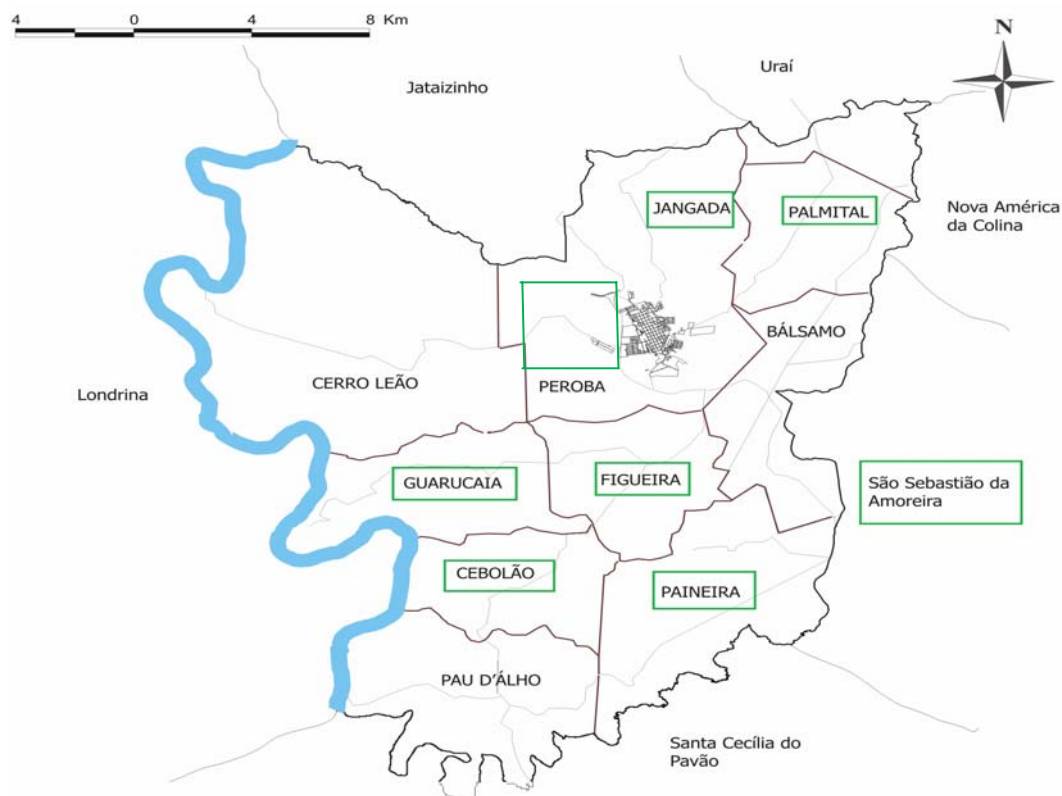
Seção	Faixa Etária			
	40 – 50 anos	51 – 60 anos	61 – 70 anos	Mais de 70 anos
Amoreira			<b>1</b>	
Cabiúna			<b>1</b>	
Cebolão			<b>1</b>	
Cedro			<b>1</b>	
Central			<b>1</b>	
Figueira		1		
Guaruaia		1		
Jangada			<b>1</b>	
Paineira			<b>1</b>	
Palmital			<b>1</b>	
SAMA	1			

**Fonte:** Pesquisa da autora (2011).

Segue abaixo um mapa com a localização das seções entrevistadas, lembrando que não foram entrevistadas todas as seções existentes no município, tendo em vista que nem todas foram fundadas por japoneses.

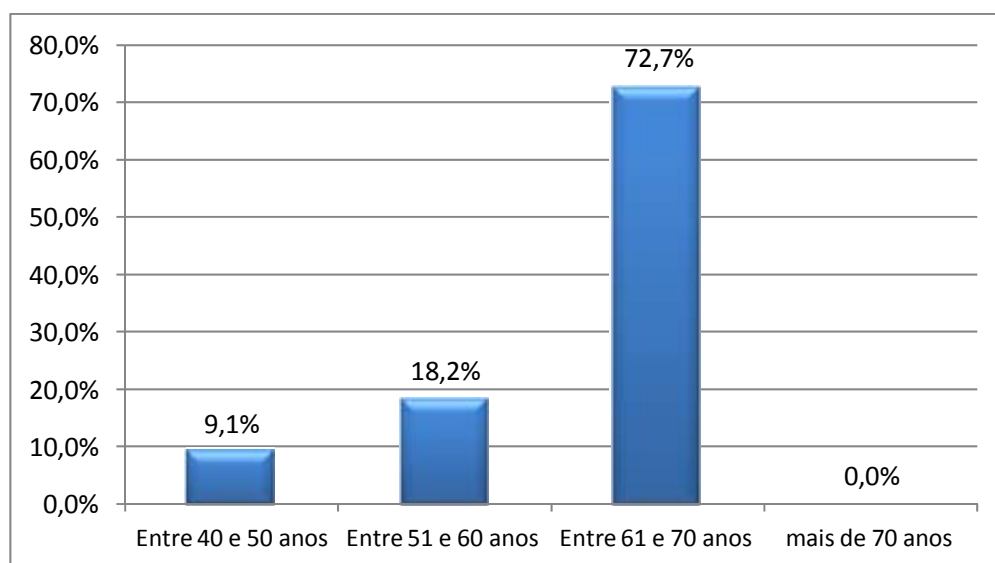
As seções entrevistadas estão com o sublinhado em verde no mapa abaixo, ressaltando que não constam no mapa as seções: Cabiúna e Cedro.

**Mapa 6 - Seções do município de Assaí Pr.**



**Fonte:** Assaí (2005).

**Gráfico 6 - Idade dos Presidentes de Seção**



**Fonte:** Pesquisa da Autora (2011).

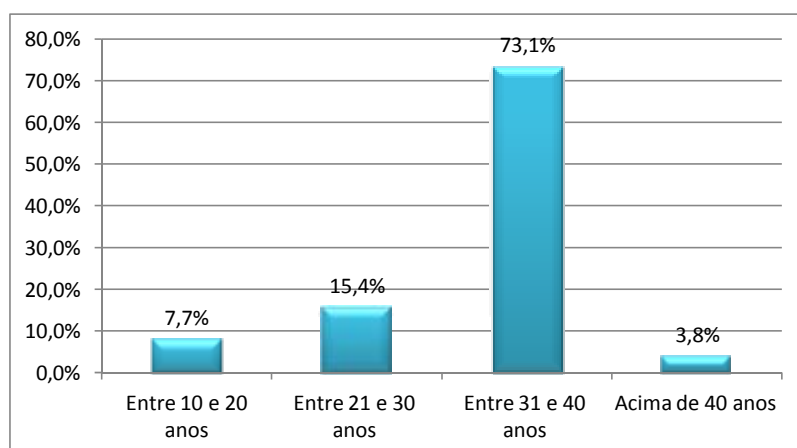
Como é possível verificar pelos quadro e gráfico 6, mais de 90% dos presidentes das seções têm mais de 50 anos e desses, a imensa maioria tem mais de 60 anos, e pelas informações, não conseguem sucessores. Entretanto, foi possível entender, que eles não dão abertura para que os novos participantes assumam as seções por receio de serem mais novos e acreditarem que talvez não tenham experiência necessária para exercer o cargo. Sendo assim, a questão que se coloca é: quem irá dar continuidade à este trabalho? Diante dos fatos apresentados a tendência é de desaparecimento da cultura japonesa em médio prazo, criando assim uma multiterritorialidade.

A propósito, Haesbaert (2004) defende a importância da multiterritorialidade para compreender as formas de identidade e territorialização na sociedade contemporânea. Segundo o autor “ nossos territórios são construídos hoje mais no movimento e na descontinuidade do que na fixação e na continuidade”. Sendo que, estamos constantemente envolvidos em várias territorialidades diferentes, difusas e mutantes.

**Quadro 2** - Idade dos Filhos dos Presidentes e/ou Responsáveis Pelas Seções.

Seção	Idade			
	10 – 20 anos	21 – 30 anos	31 – 40 anos	Mais de 50 anos
Amoreira		1		
Cabiúna		2	2	
Cebolão			2	
Cedro			2	
Central			3	
Guarucaia			2	
Jangada		1	1	
Paineira			7	1
SAMA	2			

**Fonte:** Pesquisa da Autora (2011).

**Gráfico 7 - Idade dos Filhos dos Presidentes e/ou Responsáveis Pelas Seções.**

**Fonte:** Pesquisa da autora (2011).

Verifica-se que a maioria dos filhos têm idades ideais para assumirem as seções (entre 31 e 40), pois, normalmente, nesta época da vida, o indivíduo já terminou seus estudos e muitos já têm família constituída, tornando-se menos nômades e se fixando com mais facilidade. Entretanto, a grande maioria deles já não mora nas seções e aqueles que moram, vêem as atividades japonesas desenvolvidas nas seções, somente como tradição da cultura e assim, se preocupam com a agricultura, com foco na viabilidade econômica e não se dedicam a manter as tradições, a história, não procuram buscar alternativas para manter as tradições e as próprias associações. (Quadro 2 e gráfico 7).

O quadro 3 confirma o fato de que a quase totalidade dos filhos dos presidentes já não residem nas seções.

**Quadro 3 - Localização de Moradia Atual dos Filhos dos Presidentes.**

Seção	Londrina	Assaí	Maringá	Curitiba	Mato Grosso	S.S. Amoreira	Cambé	São Paulo	Japão
Amoreira	1				1	2			
Cabiúna	1		2						1
Cebolão		2					1		1
Cedro	1							1	
Central						3			
Guaruaia		2							
Jangada	2								
Paineira	4	1		1				2	1
SAMA		2							

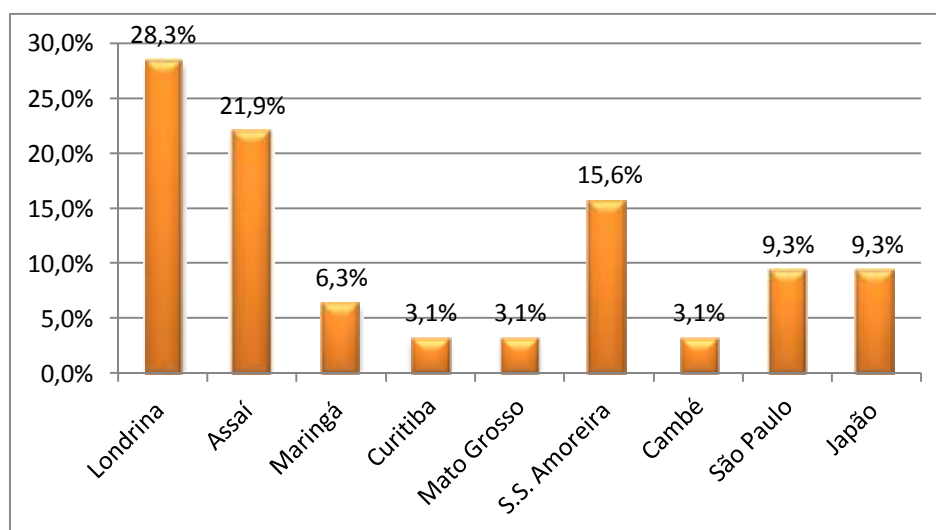
**Fonte:** Pesquisa da Autora (2011).

**Mapa 7** - Mapa político do Brasil com adaptações para ilustrar os estados onde residem filhos de presidentes de seções rurais de Assaí.



**Fonte:** IBGE (2002).

Analisando o mapa 07 observa-se que a maioria dos filhos de presidentes de seção de Assaí, moram no Estado do Paraná, estes moram em cidades do Paraná como: Londrina, Maringá, Curitiba, São Sebastião da Amoreira e Cambé representando 56,25 % dos filhos de presidente das seções entrevistadas, que estão fora de Assaí.

**Gráfico 8 - Localização de Moradia Atual dos Filhos dos Presidentes.**

**Fonte:** Pesquisa da Autora (2011).

Confirmando os dados citados anteriormente, observando no gráfico 8, apenas 21,9% dos filhos dos presidentes das seções permanecem em Assaí e destes, apenas três deles trabalham no campo, os demais estão na área urbana.

Conclui-se então que os filhos dos presidentes e demais moradores, mais jovens, que são a esperança para a comunidade nipo-brasileira para a manutenção da cultura japonesa de Assaí, seja pela globalização, seja pela necessidade da busca de novas oportunidades, estão se mudando para outras localidades, para morar e ou empreender, não havendo um vínculo que os façam permanecer no município apenas em prol da preservação da cultura japonesa ficando então bastante evidente que Assaí já passa por um processo de multiterritorialidade e que assim como analisa Haesbaert (apud FRAGA, 2011, p. 26):

Transitar por múltiplos territórios passa assim a ser uma realidade cada vez mais presente, embora não uma regra, pois diversos dados nos mostram que a mobilidade, enquanto se acelera para alguns, diminui para outros, acentuando na verdade as desigualdades com que vivenciamos esses distintos deslocamentos/velocidades e, sobretudo, a desigualdade com que temos a condição de, efetivamente, optar por partilharmos esse ou aquele movimento, essa ou aquela velocidade de deslocamento.



## 5 ASSAÍ E A MULTITERRITORIALIDADE

Verificou-se, com a pesquisa realizada nas seções rurais, que, embora os presidentes das seções acreditem que o futuro quanto a manutenção da cultura japonesa é responsabilidade dos jovens, se ressentem do fato de não haver jovens participando das associações e seções. Notou-se que os atuais presidentes não procuram incentivar a participação desses jovens e percebe-se, de certa forma, um conservadorismo e resistência em relação à inclusão de pessoas mais jovens na direção das seções. Sendo assim, acredita-se que como elemento motivador para a participação dos jovens nas associações e seções, devam ser criados departamentos/associações de jovens, que promovam atividades e eventos que sejam propostos pelos próprios jovens.

Também é interessante procurar, de alguma forma, promover eventos que mostrem à comunidade de nipo-brasileiros que a imigração japonesa em Assaí foi de extrema importância na sua constituição atual. Essa conscientização pode ser estendida aos demais membros da comunidade assaiense, independente de sua origem, como uma forma de promover a integração e união entre as comunidades.

Outro ponto fundamental foi verificar que, apesar da filiação à Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná, na busca de incentivo para criação de atividades e ações que visem a preservação da cultura e façam o recolhimento de mensalidade para a referida instituição, não se verificou por parte da Aliança, nenhum tipo de ajuda ou incentivo às associações japonesas a ela filiadas. A Aliança organiza eventos de canto, encontro de senhoras, entre toda a comunidade japonesa da região, porém, a participação nesses eventos gera custos, não havendo nenhuma atividade que não seja cobrada pela entidade em questão e que venham de fato promover a integração e preservação da cultura japonesa em Assaí e região como propõe o estatuto da entidade em questão.

Segundo informação do Presidente da LACA, Cairo Kogushi, , não há nenhum indivíduo disposto a ser seu sucessor, explicando que foram realizadas algumas reuniões para se discutir sobre o assunto, mas até o momento nada foi definido.

Dessa forma, com todas essas dificuldades relativas a sucessão, seja na LACA, seja nas seções, acrescida da falta de interesse dos mais jovens no que

se refere à preservação da cultura japonesa, se torna bastante difícil a preservação de tais tradições e, como consequência, uma multiterritorialidade vem surgindo no município.

Juntamente com as entrevistas realizadas com os presidentes de seções rurais e através dos questionários aplicados com a comunidade nipo-brasileira, ficam evidentes as mudanças recentes na territorialidade japonesa em Assaí, não como uma perda de importância dos japoneses, mas uma fusão entre uma cultura mais tradicional que por décadas foi preservada por ser restrita aos migrantes e seus descendentes junto à cultura local, reconhecida por seu caráter de reciprocidade e mistura.

Assaí caminha para tornar-se um espaço de multiterritorialidade apontado por Haesbaert (2005), uma vez que não há o predomínio de uma cultura e sim um conjunto de outras culturas, como a nordestina por exemplo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que teve como objetivo, entender o papel dos migrantes japoneses na formação do território em Assaí, sendo que os mesmos foram os pioneiros na ocupação do município, superando dificuldades de adaptação ao ambiente, promovendo a preservação cultural e imprimindo sua identidade no ambiente local, criando assim, uma territorialidade singular para o município.

Ao discutirmos os processos de migração japonesa no Brasil e no norte paranaense sob o olhar dos conceitos de território, territorialidade e identidade, observou-se as ações planejadas dos governos brasileiro e japonês para a colonização do município de Assaí, bem como a relevância dos japoneses para seu desenvolvimento até aproximadamente a década de 1970, sendo que a territorialidade japonesa em Assaí foi marcada em todas as áreas de atuação da comunidade: cultural, política e econômica fazendo assim, com que o município desenvolvesse uma identidade própria.

Tais ações dos japoneses no território, indo desde a ocupação e organização das propriedades divididas em seções, sua organização em associações, influências nas edificações urbanas e sua participação ativa na vida da sociedade assaiense, proporcionou alterações no papel dos japoneses em Assaí, uma vez que os mesmos foram fundamentais para a construção do município e a criação de uma identidade local, mas que uma série de mudanças socioeconômicas em escala nacional e local redefiniram sua participação e relevância para o município.

Essa discussão, realizada a partir de dados obtidos de forma empírica, forneceram subsídios para uma leitura da territorialidade japonesa em Assaí, permitindo observar que o município de Assaí, tradicionalmente conhecido como o município mais japonês do Brasil, já não é mais o mesmo. Com o passar dos anos, diversos processos socioeconômicos ocorreram e influenciaram as novas gerações a criar novas perspectivas acerca de Assaí, não sendo a cultura japonesa a única opção na identificação da territorialidade assaiense.

É importante ressaltar que os imigrantes japoneses tiveram um papel fundamental na colonização e desenvolvimento de Assaí, uma vez que o município surgiu da mobilização e organização dos japoneses, seja através da colonizadora

BRATAC e posteriormente organizações entre seções e associações japonesas locais, ressaltando a associação mãe denominada LACA, que através de esforços em conjunto com seus associados, garantiu aos japoneses e seus descendentes manterem-se unidos e preservarem por um tempo, suas tradições culturais mesmo longe do país de origem e mesmo expostos a uma nova cultura.

Tal associação também os ajudou a manter por décadas a territorialidade japonesa, manifestadas principalmente pelo domínio socioeconômico como: cooperativas agrícolas, casas comerciais, festas e eventos típicos como o *bon-odori* e *tanabata matsuri*, muito bem aceitos pelos brasileiros, principalmente por seu caráter de singularidade e da mesma forma a gastronomia e outros elementos culturais.

Porém, pode-se observar através das entrevistas realizadas durante esta pesquisa, que nos últimos anos, as novas gerações, por conta principalmente da globalização, foram descobrindo e valorizando novas culturas, havendo assim uma aculturação e diminuição da forte relação destes nipo-brasileiros, com a cultura japonesa, deixando de ser uma cultura exclusiva entre nipo-brasileiros e passando a fazer parte de uma cultura ambientada e vivida por todos os assaienses.

E por fim, constatou-se através da presente pesquisa que a territorialidade japonesa em Assaí, já não é mais predominante, surgindo então como resposta a esse processo, a multiterritorialidade, com a construção de um território muito mais diversificado e que reflete as ações e tradições de um povo que vive a coletividade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. P. **A Especialização industrial metalmecânica e transformações espaciais em Assaí-PR**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina;
- ASARI, A.Y. “... **E Eu Só Queria Voltar ao Japão**” (Colonos japoneses em Assaí). 1992. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo;
- ASSAÍ. PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano diretor de Assaí**. Assaí, 2005;
- \_\_\_\_\_. PREFEITURA MUNICIPAL. **Histórico de Assaí**. Disponível em: <http://www.pmassai.com.br/>. Acesso em: 09 ago. 2011.
- \_\_\_\_\_. PREFEITURA MUNICIPAL. **Histórico de Assaí**. Disponível em: <http://www.pmassai.com.br/>. Acesso em: 20 Fev. 2012.
- BOLIGIAN, L.; ALMEIDA, R.D. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: GERARDI, L.H.O. (org). **Ambientes: estudos de geografia**. Rio Claro: UNESP, 2003. p.235-248;
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: Corrêa, R. L; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia cultural: um século (3)** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p.83-132;
- CABRAL, M. Retorno de dekasseguis gera crise na cidade 'mais japonesa' do Brasil. **G1**. Disponível em <<http://www.g1.com/retorno+de+dekasseguis+gera+crise+na+cidade +'mais+japonesa'+do+brasil.htm>> . Acesso em 25/04/2009;
- CASTELLS, MI. **O Poder da Identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000;
- CODATO, Evandir. **Colonização agrícola: a colônia Três Barras – 1932-1970**. Curitiba, 1981. (Dissertação de Mestrado-Departamento de História da Universidade Federal do Paraná)
- DAMIANI, A.L. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, A.L.; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O.C.L. (orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p.48-61;
- DEMATTEIS, G. O território: Uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007;
- DERAL. **Dados agrícolas do município de Assaí**. DERAL: Cornélio Procópio, 2010;
- ENNES, M. A. Perseguindo a identidade. **Scientia Plena**. Itabaiana, v.3 n.5, p.197-202, 2007. Disponível em < [http://www.scientiaplenua.org.br/sp\\_v3n5p197\\_202.pdf](http://www.scientiaplenua.org.br/sp_v3n5p197_202.pdf)> Acesso em 25/02/2012;

FRAGA, N. C. Territórios e fronteiras (re)arranjos e perspectivas. In: FRAGA, N. C (org.) **Territórios paranaenses**. São Paulo: Editora Insular Ltda, 2011;

HAESBAERT, R. 1994. **O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”**. *Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia*. Curitiba: AGB, pp. 206-214;

\_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**: Por Uma geografia da América Latina: Do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2005. P.6674-6792;

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002;

IBGE. **Censo demográfico**: Paraná. 1960. Rio de Janeiro, 1962;

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico**: Paraná. 1970. Rio de Janeiro, 1973;

\_\_\_\_\_. **Recenseamento demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000;

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010: Assaí-PR**. Disponível em: [http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros\\_dados\\_divulgados/index.php?uf=41](http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=41). Acesso em: 11 ago. 2011;

\_\_\_\_\_. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: **Censos agropecuários, demográficos e industriais**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?z=t&o=1&i=P>> Acesso em Maio/2010;

IPARDES. BDweb - **Dados regionais e municipais**. Disponível em <[http://www.ipardes.gov.br/imp/imp.php?page=consulta&action=var\\_list](http://www.ipardes.gov.br/imp/imp.php?page=consulta&action=var_list) > Acesso em Julho e Setembro de 2010;

IPEADATA. **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?Tick=1395611875>> Acesso em Maio/2010;

JUSTINO, A. A presença nipônica no litoral do Paraná. **Gazeta do povo**, Londrina, 17 junho. 2008. 100 anos de imigração japonesa. Suplemento especial. p. 6-8.

KURODA, N. S. **Resgatar ou não, a cultura japonesa Assaí-PR**. 1995. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina;

LIMA, V.R.L.; MARINHO, M.; BRAND, A. História, identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v.36, n.37, p.363-388, jan.-dez, 2007;

MATINAGA, N.; ZANON, E.R. Vestígios da imigração japonesa no Norte do Paraná e sua cultura associada à técnica construtiva em madeira. In: ENCONTRO CIDADES NOVAS. A Construção de Políticas Patrimoniais, 2, 2009, Londrina. **Anais...** Londrina: UniFil, 2009;

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação**. São Paulo: Contexto, 2009;

NIPOCULTURA. **Bambu**. Disponível em  
<<http://www.nipocultura.com.br/?tag=bambu>> Acesso em 25/02/2012

OGUIDO, H. **De imigrantes a pioneiros: a saga dos japoneses no Paraná**. Curitiba: s. ed.1988;

PAULO, M. L. **As migrações internas e a configuração sócioeconômico-espacial de Assaí-PR: o caso dos nordestinos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina;

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993;

Rádio Líder AM. Disponível em: [www.radiolideram.com.br](http://www.radiolideram.com.br) Acesso em: 05 abril. 2012.

SAKURAI, C. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, B. (org.) **Fazer a América**. São Paulo: USP, 2000. p.201-38;

\_\_\_\_\_. Entre os sonhos e a realidade: reflexões. In: SPOSITO, S.; BONTEMPO, D.C.; SOUSA, A.A. (orgs.) **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2010;

SPOSITO, J. L. O Ressurgimento da Religião. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p.17-19, nov. 1996;

SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1996;

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008;

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão popular, 2007;

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Cultura. Memorial do Imigrante. **Imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2000;



\_\_\_\_\_. Governo do Estado de São Paulo. **História: a linha do tempo da imigração japonesa**, 2008. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/imigracaojaponesa/historia.php>. Acesso em: 08 ago. 2011.

SETO, C.; UYEDA, M.H. **Ayumi (caminhos percorridos)**: memorial da imigração japonesa. Curitiba e litoral do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002;

SILVA, C.H. **Território e identidade cultural**: a possível presença de uma rede em Assaí – PR. 2005. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina;

\_\_\_\_\_. **O encontro de territorialidades nas diásporas japonesa e nordestina em Assaí-PR**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba;

SILVA, J.B. Espaço e contradições. In: DAMIANI, A.L.; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O.C.L. (orgs.). **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p.42-47;

TSUKAMOTO, T. Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo migratório. In: SAITO, H.; MAEYAMA, T. (orgs.). **Estudos brasileiros**: assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973. p.13-31;

UTIAMADA, L.K. et al. **A colonização japonesa em Assaí**: o olhar do imigrante sobre o Norte do Paraná. Londrina: UEL, 2009;

VALVERDE, R.R.H.F. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **Ge USP** – Espaço e Tempo. São Paulo, n.115, 2004, p.119-126;

YAMAKI, H. et al. O processo de requalificação urbana em Assaí-PR. In: **Semina**. Londrina, v. 16, n.4, p. 581-590, dez. 1995;

YOSHIOKA, R. Síntese histórico – evolutiva da emigração japonesa no mundo. In: HARADA, K (org). **O nikkei no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

## **ANEXOS**

**ANEXO A****Entrevistas com membros da comunidade**

**Nome:** \_\_\_\_\_ **Idade:** \_\_\_\_\_  
**Profissão :** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_

**1 – Qual a importância dos japoneses e seus descendentes para ocupação de Assaí?**

---

---

---

---

---

**2 - O que é próprio dos japoneses em cultura e em sua opinião já foi incorporado na cultura assaiense nos seguintes segmentos:**

Gastronomia:

---

Atividades esportivas:

---

Religião:

---

Vocabulário:

**3 – Em sua opinião a presença e a influência dos japoneses em Assaí diminuiu ou manteve-se, por que?**

---

---

---

---

---

**4 – Você acredita que os japoneses e seus descendentes possuem maior influência política ou sócio-econômica em relação aos não descendentes? Por que?**

---

---

---

---

---

---

**5 – Você acredita que em Assaí a cultura japonesa tradicional possa estar se fundindo à brasileira, transformando-se em uma nova cultura mais flexível e diversificada ou a mesma continua sendo preservada há décadas?**

---

---

---

---

**6 – Assaí sempre foi conhecida como o município dos japoneses. Atualmente esta continua sendo a característica que define o município? senão como você definiria Assaí?**

---

---

---

---

## ENTREVISTA JAPONESES

1 – Em sua opinião, no passado quem foram os principais responsáveis pela organização socioeconômica do município de Assaí?

- ( ) Prioritariamente os japoneses
- ( ) Prioritariamente os nordestinos
- ( ) Ambos sem distinção

2 – Em sua opinião, atualmente quem é responsável pela organização socioeconômica do município de Assaí ?

- ( ) Prioritariamente os japoneses
- ( ) Prioritariamente os nordestinos
- ( ) Ambos sem distinção

3 – Quanto aos japoneses e descendentes de japoneses, atualmente qual o grau de importância dos mesmos para a vida do município de Assaí?

- ( ) Elevado
- ( ) Médio
- ( ) Baixo

4 – Atualmente, a maior contribuição dos japoneses para o município de Assaí é:

- ( ) Cultura
- ( ) Política
- ( ) Trabalho
- ( ) Contribuição em todos os segmentos da sociedade.